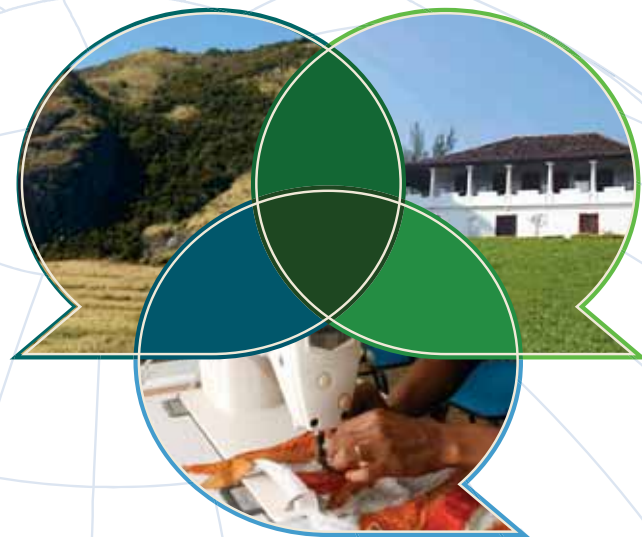


AGENDA 21

São Gonçalo



AGENDA



SÃO GONÇALO

FORUM PERMANENTE
DA AGENDA 21 LOCAL
DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

AGENDA 21 COMPERJ

Grupo Gestor:

Petrobras	Gilberto Maldonado Puig
Ministério do Meio Ambiente	Karla Monteiro Matos (2007 a junho de 2010) Geraldo Abreu (a partir de julho de 2010)
Secretaria de Estado do Ambiente (RJ)	Carlos Frederico Castelo Branco

Equipe:

Coordenação Geral: Ricardo Frosini de Barros Ferraz

Coordenação Técnica: Patricia Kranz

Redação: Arilda Teixeira
Janete Abrahão
Kátia Valéria Pereira Gonzaga
Patricia Kranz
Thiago Ferreira de Albuquerque

Pesquisa: Mônica Deluqui e Ruth Saldanha

Revisão de Conteúdo: Ruth Saldanha

Revisão: Bruno Piotto e Fani Knoploch

Leitura Crítica: Cláudia Pfeiffer

Edição de Texto: Vania Mezzonato / Via Texto

Colaboração: Ana Paula Costa
Bruno Piotto
Hebert Lima
Liane Reis
Luiz Nascimento
Nathália Araújo e Silva

Fomento dos Fóruns: Ana Paula Costa

Colaboração: Leandro Quintão
Paulo Brahim
Roberto Rocco

Projeto Gráfico: Grevy Conti Designers

Seleção e Tratamento de Imagens: Maria Clara de Moraes

Fotos: Jorge Goulart, Marcos Dias, Nilo Santos, Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Reynaldo Félix, Roberto Rocco, Sergio Ricardo Fonseca / Banco de Imagens Petrobras: Cris Isidoro e Ismar Ingber

Impressão: Stilgraf

MEMBROS DO FÓRUM DA AGENDA 21 DE SÃO GONÇALO

Primeiro Setor

Miguel Moraes – Câmara de Vereadores (a partir de 3/2010)

Marcos Aurélio Franco Rodrigues – Secretaria Municipal de Administração (a partir de 6/2010)

Eliana Sidaco – Gabinete da Prefeita

Vânia Fernandes Lemes – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Elias da Silva Cavalcanti – Secretaria Municipal de Saúde (a partir de 6/2010)

Evanildo Barreto - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia (de 2007 a 4/2010)

Juan Manuel Varas Flores - Subsecretaria Municipal de Agricultura e Pesca (2007 a 6/2010)

Luiz Vanderlei da Silva Dias - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (a partir de 2011)

Suplentes

Doralice Cordeiro

Thiago de Araújo Silva

Segundo Setor

Marco Antonio Muniz Manhães – Etros Máquinas e Equipamentos Ltda.

Paulo Domingos Barbosa Fontes Filho – Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo (Acesg)

Lucenil Carvalho – Techlabor - Firjan

Aécio Nanci – Casa de Saúde São José

Maurílio Soares – Pólo Automotivo

Suplentes

Aldeir de Carvalho

Sérgio Kunio Yamagata

Terceiro Setor

Emilia Candido do Nascimento – ONG Enfoco

Maria Lucidia Tavares da Cruz – ONG Salvarte

Oscarina Souza Siqueira – ONG Movimento de Mulheres em São Gonçalo

Sônia Regina dos Santos Ribas – ONG Ama

Maria das Graças Bispo – ONG Guardiões do Mar

Suplentes

Iolanda Rodrigues Pinheiro

Ana Maria do Sacramento

Comunidade

João Batista Miranda

José Eudes Pinheiro

Octávio Fernandes da Silveira

Heliomar da Silva (Bola)

Ilma Maria Bezerra de Sousa

Suplentes

Alquimérica Henrique da Silva

Luis Cesar Modesto do Rosário

Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) deverá entrar em operação em 2013. Situado em Itaboraí, vai transformar o perfil socioeconômico de sua região de influência.

Ciente da necessidade de estabelecer um relacionamento positivo com as comunidades sob influência direta de suas operações, a Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e organizações da sociedade civil, desenvolveu uma metodologia para implementar a Agenda 21 Local nos municípios localizados no entorno do Comperj.

Em todo o mundo, já foram desenvolvidas mais de 5 mil Agendas 21 Locais, e diversas empresas utilizaram ou utilizam a Agenda 21 em seus processos de planejamento e alinhamento com a sustentabilidade. No entanto, não se conhece experiência anterior que tenha fomentado um processo em escala semelhante, nem que empregue a Agenda 21 como base de política de relacionamento e de comunicação, o que torna esta experiência uma estratégia empresarial inédita.

A implementação de Agendas 21 Locais colabora para estruturar modelos sustentáveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esclarece o papel de cada setor social nesse processo. Além disso, neste caso, contribui para que os municípios se preparem mais adequadamente para os impactos e oportunidades advindos do desenvolvimento impulsionado pelo Comperj e por outras empresas que se instalarão na região.

A Agenda 21 Comperj expressa o compromisso por parte da Petrobras, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e de todos os demais envolvidos, de promover um desenvolvimento pautado na sustentabilidade no entorno da região em que o Comperj se insere.

Esse esforço só foi possível devido à ampla participação de toda a sociedade. Assim, agradecemos a todas as instituições, empresas, associações e cidadãos que, voluntariamente, dedicaram seu tempo e esforços ao fortalecimento da cidadania em seus municípios em busca de um modelo de desenvolvimento que leve qualidade de vida para todos.

Estendemos nosso agradecimento também a todas as prefeituras e câmaras de vereadores, ao Poder Judiciário e a outros representantes do Primeiro Setor por sua participação ativa nesse processo.

Esperamos que a Agenda 21, fruto de trabalho intenso e amplo compromisso, contribua para a construção de um futuro de paz e prosperidade para esta e as próximas gerações. Transformá-la em realidade é uma tarefa de todos.

Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj



Prezados munícipes,

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter abençoado as pessoas que nos ajudaram, direta e indiretamente, na realização deste trabalho dinâmico e eficiente que é o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável. Graças ao seu esforço e exemplo de cidadania, representantes do governo, empresários, ONGs e comunidade se uniram para a construção da Agenda 21 Local, o que para mim é motivo de orgulho.

Foi de acordo com esses princípios que a Petrobras fomentou a criação da Agenda 21 em São Gonçalo, visando ao desenvolvimento sustentável da região por meio da construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável na área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, que está sendo construído em Itaboraí, na qual São Gonçalo está inserido.

A Agenda 21 de São Gonçalo visa a um novo modelo de desenvolvimento e incentiva uma cidadania ativa e propositiva, com parcerias de diversos atores econômicos, sociais e formadores de opinião, vinculados não apenas à questão ambiental, mas também à participação democrática e à representação civil. Assim, os quatro setores reunidos (poder público, empresários, ONGs e comunidade) desenvolveram propostas detalhadas para melhorar e estruturar o município, reunidas em um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

São Gonçalo, que já teve o título de Manchester Fluminense, hoje tem a possibilidade de resgatar esse momento. É a grande chance de os gonçalenses terem melhores oportunidades e qualidade de vida. Em outras palavras, o esforço de planejar o futuro, com base nos princípios da Agenda 21, gera inserção social e oportunidades para que a sociedade e os governos possam definir suas prioridades nas políticas públicas.

Devemos agora nos conscientizar de que este é o momento de mobilização e de que temos o dever de preservar e melhorar nosso meio ambiente, e São Gonçalo está inserido neste contexto de conscientização para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Os representantes do Fórum da Agenda 21 Local estão atuantes, preocupados com o desenvolvimento sustentável do município. Temos que, unidos, mudar a história da humanidade para que as futuras gerações sejam mais conscientes e tenham um mundo de harmonia e muito melhor para desfrutar.

Assim, parablenizo todos os membros da Agenda 21 por este honroso e valioso trabalho, e por sua contribuição para uma sociedade voltada para o bem comum e o desenvolvimento sustentável do nosso município.

Atenciosamente,

Aparecida Panisset

Prefeita de São Gonçalo



Nestes maravilhosos tempos de mudanças e oportunidades, nosso município tem sido profundamente influenciado por pensamentos, crenças e ações de todos os seus habitantes. A história é criada não só por aqueles cujos nomes são reverenciados e celebrados, mas também pelos modestos e pelos desconhecidos.

Porém, diante de um quadro de desigualdade de renda, exclusão social, saúde pública precária, fome, analfabetismo, baixa qualificação profissional, crianças em situação de risco, precariedade nas habitações, alto índice de desemprego, agressões ao meio ambiente e disparidade e heterogeneidade socioeconômicas, culturais e regionais, não é possível pensar que tais questões devam ser resolvidas unicamente pela ação do poder público, ainda que a atuação deste em seus diversos níveis seja imprescindível e insubstituível para a universalização das políticas públicas. Não se pode mais atribuir unicamente às autoridades tal responsabilidade. O desenvolvimento social e ambiental sustentável é vital para que haja crescimento econômico, e, sem este, não se pode pensar no desenvolvimento humano.

A nova ordem mundial, a partir da década de 1990, não apenas trouxe novos conceitos, mas também definiu uma nova metodologia de trabalho para as partes interessadas, baseada na interação entre os diversos atores do espaço público. E a participação destes fica cada vez mais evidente na identificação de oportunidades, na descoberta de potencialidades e soluções inovadoras, bem como na busca de sinergia entre iniciativas e na promoção de parcerias para o bem-estar social. Nesse novo arranjo institucional, as organizações da sociedade civil vêm sendo percebidas como sujeitos políticos indispensáveis no processo de enfrentamento das questões socioambientais.

A participação e o compromisso do poder público, em parceria com a iniciativa privada, organizações do Terceiro Setor e lideranças locais, vêm contribuindo para diminuir as disparidades sociais nas mais diversas áreas. Com isso, ganha a sociedade, que encontra nas ações de responsabilidade social um reforço para a melhoria da qualidade de vida da população, assegurando seu compromisso com o fortalecimento da cidadania, a sustentabilidade do meio ambiente e a preservação do patrimônio público.

Seguindo estes princípios, a Petrobras fomentou a criação das Agendas 21 Locais, cujo principal objetivo é a construção de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, tendo seu material pautado pelas premissas da Agenda 21 brasileira, ativa e propositiva, com a parceria dos diversos atores econômicos e a participação democrática e representativa de toda a sociedade na construção do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável de São Gonçalo.

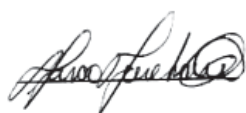
Agradeço a Deus, que nos inspira sempre em nossas atividades, e peço que nos dê a qualidade humana que mais afeta os resultados de nossas vidas: a confiança. Só com ela avançamos na direção dos nossos sonhos. Agra-

decemos aos profissionais que se dedicaram à elaboração deste trabalho, que demonstraram ser especialistas em suas áreas, e a todos os demais representantes e colaboradores. Esta iniciativa evidencia um ato cidadão, e o Fórum da Agenda 21 de São Gonçalo tem o compromisso de divulgar esta obra por todo o nosso município.

Aproveitamos para ressaltar o grande apoio e incentivo da Petrobras e de toda a sua equipe de consultores, bem como das ONGs que participaram de todo o processo da Agenda 21 em São Gonçalo.

Desejo a todos uma ótima leitura e um novo exercício de cidadania a partir dela.

Atenciosamente,



Marco Manhães

Coordenador do Fórum da Agenda 21 de São Gonçalo



Sumário

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21.....	15
A Agenda 21 Local.....	16
A Agenda 21 no Brasil.....	17
O COMPERJ.....	18
Agendas 21 Locais na Região.....	18
Premissas.....	19
Organização da Sociedade.....	20
Metodologia.....	20
Desafios e Lições Aprendidas.....	24
O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.....	27
Um pouco da história de São Gonçalo.....	28
O processo de construção da Agenda 21 Local.....	29
AGENDA 21 DE SÃO GONÇALO.....	32
Para ler a Agenda.....	32
Vetores Qualitativos e os 40 capítulos.....	33
Vocação e Visão de São Gonçalo.....	36
ORDEM AMBIENTAL.....	39
Recursos Naturais.....	40
Recursos Hídricos.....	46
Biodiversidade.....	51
Mudanças Climáticas.....	55

ORDEM FÍSICA.....	59
Habitação.....	60
Saneamento.....	66
Mobilidade e Transporte.....	73
Segurança.....	76
ORDEM SOCIAL.....	81
Educação.....	82
Educação Ambiental.....	85
Cultura.....	88
Saúde.....	91
Grupos Principais.....	95
Padrões de Consumo.....	103
Esporte e Lazer.....	105
ORDEM ECONÔMICA.....	109
Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social.....	110
Agricultura.....	117
Indústria e Comércio.....	121
Turismo.....	125
Geração de Resíduos.....	127
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO.....	133
Ciência e Tecnologia.....	134
Recursos Financeiros.....	138
Mobilização e Comunicação.....	144
Gestão Ambiental.....	146
AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO.....	154
Programas ambientais.....	154
Projetos sociais.....	156
GLOSSÁRIO (SIGLAS).....	158
PARTICIPANTES.....	162
CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS.....	170

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21

A sustentabilidade não tem a ver apenas com a biologia, a economia e a ecologia, tem a ver com a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza.
(Moacir Gadotti)

A vida depende essencialmente do que a Terra oferece – água, ar, terra, minerais, plantas e animais. Todavia, há algumas décadas, esses recursos naturais vêm dando sinais de esgotamento ou de degradação, principalmente em função do consumo dos seres humanos, que estão se apropriando de cerca de 20% da produção mundial de matéria orgânica. Como um planeta com recursos em grande parte finitos pode abrigar e prover a crescente população de seres humanos e as demais espécies que nele vivem?


Evidências científicas sobre os crescentes problemas ambientais levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a reunir 113 países, em 1972, no primeiro grande evento internacional sobre o meio ambiente – a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Uma das conclusões do encontro foi que era preciso rever a própria noção de desenvolvimento. Para tanto, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, em 1987, publicou o relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual foi consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

A Comissão declarou que a economia global, para atender às necessidades e interesses legítimos das pessoas, deve crescer de acordo com os limites naturais do planeta e lançou o conceito de sustentabilidade. “A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável – de assegurar que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.”

Em busca desse novo modelo de desenvolvimento, em 1992 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Rio-92. Tratou-se, na época, do maior evento voltado para o meio ambiente até então realizado pela ONU, contando com a representação de 179 nações e seus principais dirigentes.

Um dos principais resultados da Rio-92 foi o documento do Programa Agenda 21, que aponta o desenvolvimento sustentável como o caminho para reverter tanto a pobreza quanto a destruição do meio ambiente. O documento lista as ações necessárias para deter, ou pelo menos reduzir, a degradação da terra, do ar e da água e preservar as florestas e a diversidade das espécies de vida. Trata da pobreza e do consumo excessivo, ataca as desigualdades e alerta





“A Agenda 21 valoriza a cidadania promovendo justiça social, transparência e compromisso.”

para a necessidade de políticas de integração entre questões ambientais, sociais e econômicas.

Em seus 40 capítulos, o documento detalha as ações esperadas dos governos que se comprometeram com a Agenda 21 e os papéis que cabem a empresários, sindicatos, cientistas, professores, povos indígenas, mulheres, jovens e crianças na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo.

A Agenda 21 local

Mais de dois terços das declarações da Agenda 21 adotadas pelos governos nacionais participantes da Rio-92 não podem ser cumpridos sem a cooperação e o compromisso dos governos locais. Em todo o documento há uma forte ênfase na “ação local” e na administração descentralizada.

Mais precisamente, a ideia da elaboração das Agendas 21 Locais vem do capítulo 28 da Agenda 21, o qual afirma que é no nível local que as ações ocorrem concretamente e, assim, as comunidades que usam os recursos naturais para sua sobrevivência é que podem ser mais eficientemente mobilizadas para protegê-los.

A Agenda 21 Local é um processo de elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e de sua implementação por meio da formação de parcerias entre autoridades locais e outros setores, orientando-os rumo ao futuro desejado.

O processo de construção de Agendas 21 Locais se inicia com um levantamento dos problemas, preocupações e potencialidades de cada território, seguido da elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, de forma consensual e com ampla participação de todos os setores da sociedade.

A construção das Agendas 21 Locais se dá por meio dos Fóruns de Agenda 21, espaços de diálogo onde representantes de diversos setores da sociedade se reúnem regularmente para acompanhar a construção das Agendas 21 Locais e a viabilização dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A construção de Agendas 21 Locais é um processo contínuo – e não um único acontecimento, documento ou atividade. Não existe uma lista de tarefas a executar, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas de acordo com as circunstâncias e prioridades locais, e que deverão ser constantemente trabalhadas e atualizadas.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidas as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

A Agenda 21 no Brasil

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira se deu entre 1996 e 2002, e foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS). Durante esse período, cerca de 40 mil pessoas em todo o País foram ouvidas, em um processo que valorizava a participação cidadã e democrática.

No ano seguinte ao término da sua elaboração, a Agenda 21 brasileira foi alocada como parte integrante do Plano Plurianual (PPA) do governo federal – o que lhe proporcionou maior força política e institucional – e deu-se início à fase de implementação.

A Agenda 21 brasileira cita quatro dimensões básicas no processo de construção do desenvolvimento sustentável:

Ética – demanda que se reconheça que o que está em jogo é a vida no planeta e a própria espécie humana;

Temporal – determina a necessidade de planejamento a longo prazo, rompendo com a lógica imediatista;

Social – expressa o consenso de que o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado por uma sociedade democrática e mais igualitária;

Prática – reconhece que a sustentabilidade só será conquistada por meio da mudança de hábitos de consumo e de comportamentos.

Assim como nos demais países, a Agenda 21 brasileira não pode ser cumprida sem a cooperação e o compromisso dos governos locais.

COMPERJ

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um dos principais empreendimentos da Petrobras no setor petroquímico, está sendo construído no município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.

Quando entrar em operação, o complexo agregará valor ao petróleo nacional e reduzirá a necessidade de importação de derivados e produtos petroquímicos. Além disso, atrairá novos investimentos e estimulará a criação de empregos diretos, indiretos e por efeito renda, modificando o perfil socioeconômico da região do leste fluminense.

Para mais informações sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, acesse o *site* www.comperj.com.br

Mapa 1: Área de atuação da Agenda 21 Comperj



Agendas 21 locais na região

O projeto Agenda 21 Comperj é uma iniciativa de responsabilidade socioambiental da Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, que formam o Grupo Gestor do projeto. É parte do programa de relacionamento que a companhia está promovendo junto aos 15 municípios localizados nas proximidades do Comperj: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis. Juntos, estes municípios representam uma área de 8.116 km², com mais de oito milhões de habitantes, dos quais seis milhões correspondem à população do município do Rio de Janeiro.

O objetivo do projeto é criar e fomentar processos de Agenda 21 Locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em toda a região e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, hoje e no futuro.

O projeto Agenda 21 Comperj foi realizado simultaneamente em todos os municípios participantes, com exceção do Rio de Janeiro. Este município se encontra na fase de Consolidação Municipal (ver Metodologia), devido à complexidade local e aos planos de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ainda em elaboração.

A descrição e os documentos gerados em cada etapa podem ser encontrados no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Com o lançamento das Agendas e a implementação dos Fóruns Locais em cada município, o projeto é encerrado, e os Fóruns passam a ser acompanhados pelo Programa Petrobras Agenda 21 e a se relacionar diretamente com o Comperj.

Uma vez finalizadas, as Agendas 21 passam a ser uma referência para a implantação de políticas públicas e ações compensatórias e de responsabilidade socioambiental de empresas que deverão se instalar na região.

Premissas

O projeto Agenda 21 Comperj adota as premissas de construção de Agenda 21 preconizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA):

- Abordagem multissetorial e sistêmica, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental;
- Sustentabilidade progressiva e ampliada, ou seja, construção de consensos e parcerias a partir da realidade atual para o futuro desejado;
- Planejamento estratégico participativo: a Agenda 21 não pode ser um documento de governo, mas um projeto de toda a sociedade;
- Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e ao engajamento de pessoas, instituições e organizações da sociedade;
- Processo tão importante quanto o produto;
- Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.

Organização da sociedade

O projeto Agenda 21 Comperj substituiu a divisão paritária da malha social entre governo e sociedade civil, comumente adotada, pela divisão em quatro setores – público, privado, sociedade civil organizada e a comunidade – no

“Este é um espaço onde a população pode expressar seus anseios e colocar em prática a construção de um plano de ação para a sustentabilidade.”

intuito de identificar mais detalhadamente as demandas locais, fortalecendo a representação dos diversos segmentos.

SETORES	REPRESENTAÇÃO
Primeiro	Prefeituras, Câmaras de Vereadores, poderes Legislativo e Judiciário, órgãos e empresas públicos
Segundo	Empresas de capital privado, associações e federações do setor produtivo
Terceiro	ONGs, sindicatos, associações de classe, clubes, fundações
Comunidade	Associações de moradores e de pescadores, e cidadãos em geral

Metodologia

A metodologia do Projeto Agenda 21 Comperj é constituída de cinco etapas:

- 1) Mobilização da Sociedade;
- 2) Construção Coletiva;
- 3) Consolidação Municipal;
- 4) Formalização dos Fóruns Locais;
- 5) Finalização das Agendas.

A descrição resumida dessas etapas e dos produtos delas resultantes se encontra nas tabelas das páginas seguintes e de forma mais detalhada no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Para executar as quatro primeiras fases, foram contratadas, por meio de licitação, quatro Organizações Não Governamentais – Instituto Ipanema, Instituto de Estudos da Religião - Iser, Rodaviva e Associação de Serviços Ambientais - ASA –, encarregadas da mobilização dos setores sociais e da facilitação de oficinas.

Para o acompanhamento da fase de Finalização das Agendas, incluindo redação, diagramação, impressão e eventos de lançamento, foram contratados consultores especializados.

Como resultado deste processo, as diferentes demandas da sociedade foram identificadas e sistematizadas em um mapeamento detalhado do cenário local, contemplando anseios, propostas e visões dos quatro setores dos municípios abrangidos.

Com a sociedade local representada nos Fóruns de maneira paritária e com um objetivo comum, foi possível construir os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

Ao final das cinco etapas, as Agendas 21 Comperj compõem um mosaico do contexto regional e oferecem uma visão privilegiada do cenário no qual o Complexo Petroquímico será instalado, indicando as potencialidades que podem ser aproveitadas em benefício de todos, fortalecendo a cidadania e a organização social.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Mobilização da Sociedade Março de 2007 a Janeiro de 2008	Caravana Comperj, em cada município, para: <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o Comperj, o projeto de Agenda 21 e as demais ações planejadas para a região; • Identificar lideranças e atores estratégicos locais; • Sensibilizar e mobilizar os setores; • Envolver a comunidade no processo; • Divulgar o calendário de eventos relacionados à Agenda 21. 	Na região: <ul style="list-style-type: none"> • 15 Caravanas Comperj realizadas; • 1.589 representantes do poder público, 900 da iniciativa privada, 850 do Terceiro Setor e 5.038 municípios em geral, movimentos populares e associações de moradores mobilizados para a fase seguinte do processo; • Fórum Regional da Agenda 21 Comperj criado em reunião com a presença de 2.700 pessoas. 	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação e responsabilidade operacional
Construção Coletiva Janeiro a Setembro de 2008	Seis reuniões por setor em cada município para: <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer os setores, identificar seus interesses e promover o alinhamento da visão de cada um sobre o município; • Realizar o Levantamento das Percepções Setoriais (LPS), identificando preocupações e potencialidades; • Elaborar Planos de Ação Setoriais; • Eleger sete representantes de cada setor. 	Na região: <ul style="list-style-type: none"> • 369 reuniões ordinárias e 197 extraordinárias realizadas; • 292 representantes eleitos para participação nas atividades da fase seguinte. Em cada município: <ul style="list-style-type: none"> • Estágios de desenvolvimento do município em relação aos 40 capítulos da Agenda 21 Global identificados (Vetores Qualitativos); • Preocupações e potencialidades de cada setor identificadas; • Planos Setoriais elaborados; Setores sociais fortalecidos e integrados.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Fundação José Pelúcio (UFRJ) ONGs Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Fórum Regional Agenda 21 Comperj	Coordenação estratégica Coordenação executiva Responsabilidade operacional Monitoramento

1 Os Vetores Qualitativos foram elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a construção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a relacioná-los com a realidade local e planejar aonde gostariam de chegar.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES
Consolidação Municipal Novembro de 2008 a Junho de 2009	Duas oficinas com os representantes dos quatro setores de cada município para: <ul style="list-style-type: none"> • Integrar os setores, orientando-os para um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável do município; • Obter consenso sobre os estágios dos vetores estabelecidos pelos quatro setores; • Obter consenso sobre as preocupações e potencialidades elencadas pelos quatro setores; • Identificar a vocação e construir uma visão de futuro para o município com base na realidade local, bem como oportunidades e demandas decorrentes da implantação do Comperj; • Elaborar um plano de ação com base nos temas estruturantes de planejamento; Elaborar o detalhamento preliminar de propostas para viabilizar o plano de ação.	Na região: 30 oficinas de 20 horas cada. Em cada município: <ul style="list-style-type: none"> • Consenso acerca das preocupações e potencialidades municipais e estágios dos vetores identificados; • Planos de ação municipais elaborados; • Primeira versão de Vocação e Visão de Futuro do município; • Propostas de ação detalhadas, prioridades e próximos passos estabelecidos e possíveis parceiros e fontes de financiamento identificados; • Setores sociais integrados em um Fórum da Agenda 21. 	MMA/SEA/Petrobras (Grupo Gestor) Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Consultoria Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade operacional e metodológica ILTC ²

“Espero que o Comperj traga oportunidade de crescimento e desenvolvimento sócioeconômico e colabore com a melhoria da qualidade de vida da população.”

² ILTC – Instituto de Lógica, Filosofia e Teoria da Ciência

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES
<p>Formalização dos Fóruns Locais</p> <p>Julho a Dezembro de 2009</p>	<p>Duas oficinas em cada município para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar os Fóruns para sua organização, estruturação e formalização através de projeto de lei ou decreto; • Desenvolver o Regimento Interno; • Aprimorar a vocação e a visão de futuro municipal; • Realizar a análise técnica das propostas de ação. 	<p>Na região:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28 oficinas e diversas visitas técnicas realizadas; • Portal na internet para relacionamento e divulgação do projeto lançado. <p>Em cada município:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto ou projeto de lei criando o Fórum da Agenda 21 Local aprovado; • Regimento interno do Fórum elaborado; • Fórum organizado com estruturas de coordenação, secretaria executiva e grupos de trabalho; • Primeira versão do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável finalizada; • Segunda versão da vocação e da visão de futuro municipal desenvolvida; • Propostas de ação analisadas tecnicamente. 	<p>MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)</p> <p>Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA</p> <p>Coordenação estratégica e executiva</p> <p>Responsabilidade operacional e metodológica</p>
<p>Finalização das Agendas</p> <p>Janeiro de 2010 a Junho de 2011</p>	<p>Consultoria e serviços para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar dados estatísticos e informações técnicas; • Levantar e produzir material visual; • Redigir, editar, revisar, diagramar e imprimir as Agendas. <p>Duas oficinas em cada município, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Validar os textos de diagnósticos; • Atualizar e validar as propostas de ação. <p>Cinco encontros de coordenação dos Fóruns de Agenda 21 Locais para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a integração e fomentar o apoio mútuo entre os Fóruns locais. <p>Encontros, reuniões locais e contato permanente para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a integração do Fórum com o poder público local; • Desenvolver e fomentar o Fórum Local. 	<p>Na região:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28 oficinas e diversos encontros e reuniões locais e regionais realizados; • Comitê Regional da Agenda 21 Comperj estruturado para apoiar os Fóruns e planejar e facilitar ações regionais ou intermunicipais. <p>Em cada município:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fórum de Agenda 21 Local em funcionamento; • Agenda 21 Local publicada e lançada; • Site do Fórum Local em funcionamento; • Vídeo da Agenda 21 local produzido. 	<p>MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)</p> <p>Consultores contratados</p> <p>Coordenação estratégica e executiva</p> <p>Responsabilidade técnica e operacional</p>

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Processos participativos são sempre muito complexos. A ordem de grandeza deste projeto – 15 municípios envolvidos e mais de 8 mil participantes diretos – se por um lado o tornava mais estimulante, por outro aumentava os desafios para o sucesso da iniciativa.

O primeiro deles foi o fato de se tratar de um projeto iniciado pela Petrobras tendo como elemento definidor do território de atuação os municípios influenciados pela implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Em geral, processos de Agenda 21 Local são iniciados pelo poder público municipal ou por organizações da sociedade civil, sendo, por vezes mais difícil obter a adesão do Segundo Setor. Além disso, empresas do porte da Petrobras despertam resistências e expectativas muitas vezes desmedidas.

No entanto, a atenção dedicada ao projeto, coordenado e acompanhado pela Petrobras, e a transparência na condução dos processos minimizaram posturas negativas e foram decisivas para conseguir o comprometimento de todos os participantes.

A inovação metodológica de iniciar o trabalho dividindo os segmentos sociais foi bem-sucedida, propiciando que os interesses ficassem bem definidos e alinhados internamente nos setores e, depois, igualmente representados. Embora o sistema simplificado de indicadores – os Vetores Qualitativos – precise ser aperfeiçoado, ficou clara sua utilidade para que todos tomassem conhecimento do conteúdo da Agenda 21. No entanto, a complexidade de alguns temas e a falta de correspondência de outros com a realidade local dificultaram a compreensão de alguns participantes.

O tempo dedicado às etapas iniciais constituiu uma limitação para uma melhor identificação de lideranças representativas, para que novas pessoas se incorporassem ao processo e para a capacitação dos participantes em tantos e tão variados temas. Estes percalços foram trabalhados nas etapas seguintes.

Outra questão foi o equilíbrio delicado entre usar a mesma metodologia para todos os municípios e fazer as adaptações necessárias às diferentes realidades encontradas. Quanto mais o processo evoluía, mais as diferenças se acentuavam. Mesmo assim, foi possível alcançar um resultado que reflete as peculiaridades de cada município e o grau de maturidade de cada grupo mantendo uma estrutura semelhante e apoiando a todos da mesma forma.

A construção do consenso em torno das preocupações, potencialidades e ações identificadas foi bem-sucedida graças à concordância em torno de objetivos comuns, ao estabelecimento de regras claras e à ação de facilitadores experientes. A consolidação dos Fóruns requer uma boa compreensão do que

é representatividade e tempo para que esta se desenvolva. O debate sobre o Regimento Interno foi um momento rico e determinante para a sustentabilidade dos Fóruns. Assim, foi encaminhado sem pressa, com foco nos valores que cada grupo desejava adotar e por meio do desenvolvimento de critérios para a tomada de decisão.

A criação de um portal com um *site* para cada município, com notícias atualizadas, divulgação de oportunidades, editais e boas práticas, biblioteca, vídeos e ferramentas de interatividade, como o *chat*, traz inúmeras possibilidades de comunicação, funcionando como uma vitrine do projeto e uma janela dos Fóruns para o mundo.

Além de democratizar e dar transparência às atividades de cada Fórum Local, o portal proporciona a troca de experiências entre eles, criando uma sinergia para seu desenvolvimento. As limitações de acesso à internet na região são uma barreira que esperamos seja superada em breve.

Finalmente, a integração entre os saberes técnico e popular é um dos aspectos mais gratificantes do processo e foi conduzida cuidadosamente com a construção dos textos das Agendas a partir do contato constante com os Fóruns. As preocupações e potencialidades indicadas por consenso nas reuniões foram suplementadas por informações técnicas obtidas de diversas fontes, como institutos de pesquisa, prefeituras e agências governamentais diversas.

O processo de consulta continuou durante a etapa de finalização da Agenda. Sempre que as informações coletadas divergiam da percepção dos participantes e quando incongruências ou questões técnicas eram identificadas, os consultores se dedicavam a dirimir as dúvidas, por telefone, *e-mail* ou em reuniões presenciais. Os Fóruns também se empenharam em qualificar o trabalho realizado, que foi aprimorado progressivamente. A evolução deste processo pode ser verificada nos documentos postados no *site* de cada município na internet.

Ao longo do processo foram necessárias diversas adaptações, naturais em processos participativos, já que estes, por sua natureza, não ocorrem exatamente de acordo com o planejado. Todos os envolvidos aprenderam a flexibilizar suas expectativas e atitudes em prol do bem comum.

O resultado que apresentamos agora é a síntese deste percurso de mais de três anos, durante os quais foram construídas novas relações e aprofundado o entendimento de todos os envolvidos sobre o modelo de desenvolvimento almejado para a região. A diversidade é uma premissa da sustentabilidade e, assim como a participação, demanda transparência e responsabilidade individual e coletiva pelos resultados alcançados.

Um processo de Agenda 21 Local é a construção participativa do consenso possível entre interesses diversos, com o objetivo comum de promover a

qualidade de vida e a justiça social, sem perder de vista os limites impostos pelo planeta e tendo um futuro sustentável como horizonte comum.

A Agenda 21 publicada é o início da jornada rumo a este futuro.



Membros e facilitadores do Fórum da Agenda 21 de São Gonçalo

O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Área total: 251 km²

População: 945.752 habitantes (IBGE – 2010)

Economia: Serviços e indústria

PIB: R\$ 8,2 bilhões (IBGE – 2008)

Participação PIB estadual: 2,5% (Ceperj – 2007)

Localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio, no lado oriental da Baía de Guanabara, São Gonçalo apresenta três tipos de relevo: morros isolados, serras e planícies.

A exuberância que a vegetação exibiu nos tempos da colonização não existe mais. A ocupação humana foi devastando toda a vegetação natural para a implantação de cultura de cítricos (laranja e limão). Nas escarpas das serras, ainda há remanescentes de floresta e, nas áreas que sofrem inundações, a vegetação é rasteira.

O município possui uma extensa rede hidrográfica, formada pelos rios Bomba, Guaxindiba, Imboçu, Aldeia, Muriqui e Alcântara, todos sob intenso processo de assoreamento e recebendo grande carga de esgotos domésticos. Na região havia também três lagoas que não existem mais.

São Gonçalo possui a terceira maior população do Estado, distribuída por cinco distritos. A proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e o fato de ser passagem obrigatória para a Região dos Lagos fazem do município um ponto estratégico para negócios.

O comércio é um dos mais ativos da região, com grandes redes de supermercados, além de um grande *shopping center*, de porte regional, que gera cerca de 2,5 mil empregos diretos.

Todavia, São Gonçalo ainda é considerada uma cidade-dormitório, perfil que tende a mudar diante dos investimentos em infraestrutura e no trabalho de mudança da imagem da cidade, com a valorização de seus monumentos históricos e do potencial econômico, cultural e natural.

PIB – Produto Interno Bruto é um indicador que mede a produção de um território, levando em conta três grupos principais: agropecuária (agricultura, extrativa vegetal e pecuária); indústria (extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil); e serviços (comércio, transporte, comunicação, serviços da administração pública e outros).



O Rodoshopping é uma referência no comércio de São Gonçalo

Um pouco da história de São Gonçalo

O território onde se localiza o município de São Gonçalo era habitado, na época do descobrimento do Brasil, pelos índios Tamoios, cujos domínios se estendiam até Angra dos Reis.

A região fez parte da Capitania de São Vicente e, mais tarde, da Capitania do Rio de Janeiro. Na primeira metade do século 17, foi doada em sesmaria ao colonizador Gonçalo Gonçalves, que construiu, às margens do Rio Guaxindiba, uma capela dedicada a São Gonçalo, santo de sua devoção, como marco da colonização.

Em 1646, a localidade-sede da sesmaria, com aproximadamente 6 mil habitantes, foi transformada em freguesia, e a capela alçada à categoria de paróquia. Posteriormente, a sede da sesmaria foi transferida para as margens do Rio Imboassu, onde foi construída uma segunda capela, a Matriz de São Gonçalo.

Na época, as principais atividades econômicas desenvolvidas no entorno da Baía de Guanabara eram a agricultura e a criação de gado.

No século 18, com a partilha das sesmarias iniciais, engenhos de açúcar se estabelecem na região. Campos era o principal produtor de açúcar, e o ciclo do ouro movimentava a economia do Rio de Janeiro.

A capela de São João, no Porto do Gradim, e a Fazenda da Luz, em Itaoca, são lembranças do passado colonial. A freguesia de Itaipu, às margens das lagoas de Itaipu e Piratininga, completava a extensão de São Gonçalo.

Em 1860, 30 engenhos do município exportavam sua produção pelos portos de Guaxindiba, Boassu, Porto Novo, Porto Velho e Ponta de São Gonçalo, que originaram nomes de bairros. As fazendas do Engenho Novo e Jacaré, ambas de propriedade do barão de São Gonçalo, bem como o Cemitério dos Pachecos são marcos históricos da época.

Em 1819, São Gonçalo passou a se chamar Distrito da Vila Real da Praia Grande, abrangendo parte dos municípios de Maricá e Itaboraí e as regiões de Itaipu, Piratininga e Icarai, que hoje são bairros de Niterói.

Em 1835, a Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Nictheroy, passando a ser a capital da Província do Rio de Janeiro, tendo São Gonçalo como um de seus distritos.

Durante todo o século 19, o ciclo do café impulsionou o povoamento do planalto fluminense. O trecho que se estende de Porto das Caixas, em Itaboraí, até Neves foi responsável pelo assentamento de aglomerações urbanas que utilizavam as estações de trem de Guaxindiba, Alcântara, São Gonçalo e Porto da Madama.

Em 1890, o distrito de São Gonçalo foi emancipado politicamente de Niterói, transformando-se em cidade. Idas e vindas marcaram sua condição geopolítica até 1929, quando foi definitivamente estabelecido como município.

Na década de 1930, a citricultura começa se desenvolver nas regiões de Campo Grande, Nova Iguaçu e São Gonçalo. Todavia, o ciclo da laranja dura pouco diante das dificuldades de exportação provocadas pela 2ª Guerra Mundial. A terra passa a ser destinada a loteamentos da periferia metropolitana.

Em 1943, com a divisão territorial do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo perde o distrito de Itaipu para Niterói, ficando com os cinco distritos que permanecem até os dias atuais.

Nas décadas de 1940 e 50, São Gonçalo tornou-se um dos mais importantes polos industriais do antigo Estado do Rio de Janeiro, atraindo metalúrgicas, fábricas de cimento e indústrias químicas, farmacêuticas e de produtos alimentares. Era conhecido como a “Manchester Fluminense”, uma referência à cidade industrial inglesa.

São Gonçalo tem um parque industrial variado, que inclui empresas como Plastigel, Tintas Internacional, Eletro Vidro, Comercial Gerdau, CCPL, Quaker Alimentos, os laboratórios farmacêuticos B. Braun e Herald's, além de fábricas de roupas.



São Gonçalo conta com um diversificado parque industrial

O processo de construção da Agenda 21 Local em São Gonçalo

De março a julho de 2007, a Petrobras realizou a Caravana Comperj, que visitou São Gonçalo para divulgar o empreendimento e as ações de relacionamento propostas para a região, convidando lideranças a participar do processo de construção da Agenda 21 Local.

Em 25 de setembro de 2007, em reunião em Itaboraí, com a presença de 2.700 pessoas dos 14 municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, foi escolhido um representante de cada segmento social (governo, empresariado, ONGs e comunidade), por município, para formar o Fórum Regional da Agenda 21 Comperj.

Assim, cada município tinha quatro representantes neste Fórum, que ficou responsável pelo monitoramento dos encontros e pelo andamento das Agendas 21 municipais. O Fórum Regional tinha caráter consultivo ao Grupo Gestor e a tarefa de facilitar a integração de ações de caráter regional ou de grupos de municípios.

Em dezembro de 2007, quatro ONGs (ASA, Instituto Ipanema, Instituto Roda Viva e Iser) iniciaram o trabalho de mobilização, utilizando as estratégias mais adequadas a cada um.



Reunião do Segundo Setor



Grupo de trabalho da primeira Oficina Municipal

Em São Gonçalo, a mobilização do poder público enfrentou alguns desafios devido à falta de cultura local com os processos participativos. Já o Segundo Setor compareceu de forma expressiva. Os empresários reuniram-se num grupo coeso e interessado, que participou ativamente do processo de construção da Agenda 21 Local. Da mesma forma, os representantes do Terceiro Setor e da comunidade se envolveram no projeto desde o início.

Logo ficou claro que, em São Gonçalo, o movimento social de mulheres empreendedoras, principalmente negras, tem muita força; e que as instituições que trabalham com saúde e preservação ambiental estão engajadas e reconhecem a Agenda 21 como um instrumento de participação social. Houve grande demanda por reuniões extraordinárias por parte da comunidade, com o objetivo de levar a todos os bairros da cidade a oportunidade de participar da construção da Agenda 21 Local.

Em janeiro de 2008, começou uma rodada de três reuniões para o levantamento das percepções de cada segmento, utilizando Vetores Qualitativos elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a construção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a planejar aonde gostariam de chegar.

Na primeira reunião, após a leitura do título dos capítulos e da descrição de cada estágio, era solicitado que os participantes escolhessem aquele que melhor retratasse São Gonçalo. Nas duas reuniões seguintes, os resultados orientaram a produção de um painel de preocupações e potencialidades locais.

Foram realizados mais três encontros por setor, nos quais os participantes identificaram as ações necessárias para prevenir ou mitigar as questões identificadas como preocupações e para aproveitar, da melhor forma possível, as potencialidades levantadas.

No início da Fase Setorial houve certa flutuação no número de participantes, o que dificultou o andamento das reuniões. Mas, com o prosseguimento das oficinas, os grupos se tornaram mais coesos. O Primeiro Setor modificou as representações devido à alteração dos quadros da prefeitura, e os novos representantes se engajaram mais efetivamente no processo.

Na última dessas reuniões, cada segmento indicou cinco representantes e dois suplentes para compor o Fórum da Agenda 21 de São Gonçalo, totalizando 28 componentes.

A Fase de Consolidação do Processo reuniu os quatro segmentos para, coletivamente, agrupar as potencialidades e preocupações apontadas por cada um deles. Em 5 de fevereiro de 2009, os representantes de todos os setores da sociedade de São Gonçalo viajaram até Rio Bonito para trabalhar na primeira

oficina de consolidação, que contou com a presença de 20 representantes que elogiaram bastante o trabalho.

Nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2009, foi realizada a oficina para iniciar o processo de construção de vocação e visão de futuro de São Gonçalo, consolidar as ações em propostas e iniciar seu detalhamento. Este trabalho foi realizado com uma nova estrutura, agrupando os 40 capítulos da Agenda 21 Global, conforme suas afinidades, em: Ordem Física, Ordem Ambiental, Ordem Social, Ordem Econômica e Meios de Implementação. Cada uma dessas ordens foi, por sua vez, dividida em temas.

Em novembro de 2009, foram contratados quatro consultores para desenvolver e implementar uma metodologia de fortalecimento dos Fóruns e redigir as Agendas.

Em 2010, após uma análise dos resultados alcançados, iniciou-se uma nova rodada de oficinas para aprimorar o trabalho. Em São Gonçalo, foram realizadas três reuniões de revisão do material, apresentação do *site* e um acompanhamento mais constante, com o objetivo de ajudar na formação de parcerias e apoiar a elaboração de ações de comunicação. Durante todo o período, o Fórum do município manteve sua mobilização com algumas dificuldades, porém com presença expressiva do Primeiro Setor e sem conflitos. O regimento interno foi aprovado em janeiro de 2010.

Em 19 de março, 1º de outubro e 3 de dezembro de 2010, foram realizadas reuniões com todos os coordenadores para promover a troca de experiências e fomentar ações regionais estratégicas.

Em 23 de junho de 2010, os membros do Fórum da Agenda 21 de São Gonçalo foram oficialmente empossados pela Prefeita Aparecida Panisset.

O Fórum se mantém ativo, reunindo-se regularmente, desenvolvendo diversas atividades e buscando novas parcerias para implementar seu Plano de Ação.



Posse do Fórum da Agenda 21 de São Gonçalo



Primeira reunião dos coordenadores dos Fóruns da Agenda 21 Comperj

AGENDA 21 DE SÃO GONÇALO

Para ler a Agenda

Este trabalho é resultado do empenho e esforço conjunto de moradores de São Gonçalo, bem como de técnicos e consultores que atuaram nas diversas fases do projeto Agenda 21 Comperj.

O trabalho foi dividido em cinco ORDENS e 23 TEMAS, referentes aos 40 capítulos da Agenda 21. Cada tema apresenta a situação do município de acordo com os dados e informações mais recentes.

ORDENS	TEMAS	CAPÍTULOS DA AGENDA 21 GLOBAL
ORDEM AMBIENTAL	Recursos Naturais	10, 11, 12, 13, 16
	Recursos Hídricos	17 e 18
	Biodiversidade	15
	Mudanças Climáticas	9, 15 e 18
ORDEM FÍSICA	Habitação	7
	Saneamento	18 e 21
	Mobilidade e Transporte	5
	Segurança	3, 23, 23, 25, 26, 27
ORDEM SOCIAL	Educação, Educação Ambiental e Cultura	36
	Grupos Principais	23, 24, 25, 26, 27, 28, 29
	Saúde	6
	Esporte e Lazer	23, 24, 25, 26, 27, 36
	Padrões de Consumo	4
ORDEM ECONÔMICA	Geração de Renda e Inclusão Social	3
	Agricultura	3, 14, 32
	Indústria e Comércio	3, 30
	Turismo	3, 36
	Geração de Resíduos	19, 20, 22
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Ciência e Tecnologia	31, 35
	Recursos Financeiros	2, 33, 34, 37
	Comunicação e Mobilização	8, 40
	Gestão Ambiental	1, 8, 28, 38, 39 40

Estão elencadas também, e evidenciadas *por fontes em itálico*, as preocupações dos moradores e as potencialidades do município, conforme percebidas e apontadas por consenso pelos participantes do processo.

Logo após um breve diagnóstico da situação em que se encontra o município, estão listadas as propostas e seus respectivos níveis de prioridade (alta - ●, média - ● ou baixa - ●). As propostas reúnem um conjunto de ações, elaboradas para solucionar as preocupações elencadas, e de estratégias que promovam o melhor aproveitamento das potencialidades identificadas.

As ações estão subdivididas em LINHAS DE ATUAÇÃO. Dessa forma, é possível identificar todas as ações de uma agenda, segundo a atividade demandada para sua execução, independentemente do tema.

Ao final de cada TEMA encontram-se reunidos os possíveis parceiros e as possíveis fontes de financiamento elencadas para as propostas de seus temas.

No *site* www.agenda21saogoncalo.com.br está disponível a Ficha de Detalhamento de cada proposta, com a lista dos possíveis parceiros para sua execução, os especialistas da cidade que podem colaborar com o projeto, as fontes de financiamento identificadas e os primeiros passos para sua implementação, além das PERCEPÇÕES, dos PLANOS SETORIAIS e demais resultados.

No CD encartado nesta publicação encontram-se todos os resultados do processo e uma versão digital da Agenda 21 de São Gonçalo.



Os Vetores Qualitativos e os 40 capítulos da Agenda 21 de São Gonçalo

A seguir, o resultado da consolidação realizada em São Gonçalo das percepções de todos os que participaram da Fase de Construção Coletiva, avaliando a situação do município em relação a cada um dos capítulos da Agenda 21.

Estágios da tabela:

- 1 - *Quase nada foi feito*
- 2 - *Já existem ações encaminhadas*
- 3 - *Já há alguns resultados*
- 4 - *Estamos satisfeitos*

Capítulos da Agenda 21	Estágio			
	1	2	3	4
1 Preâmbulo	■			
2 Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e nas políticas internas	■			
3 Combater a pobreza	■			
4 Mudar os padrões de consumo	■			
5 Dinâmica demográfica e sustentabilidade	■			
6 Proteger e promover a saúde humana	■			
7 Promover assentamentos humanos sustentáveis	■			
8 Integrar o meio ambiente e o desenvolvimento nas tomadas de decisão	■			
9 Proteger a atmosfera	■			
10 Integrar o planejamento e o gerenciamento dos recursos do solo	■			
11 Combater o desflorestamento	■			
12 Gerenciar ecossistemas frágeis: combater a seca e a desertificação	■			
13 Gerenciar ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas	■			
14 Promover o desenvolvimento rural e a agricultura sustentáveis	■			
15 Conservar a diversidade biológica	■			
16 Gerenciamento responsável ambientalmente da biotecnologia	■			
17 Proteção dos oceanos, todos os mares, inclusive internos, e áreas costeiras, e a proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos para a vida	■			
18 Proteger a qualidade e suprimento dos recursos de água limpa: aplicação de abordagens integradas ao desenvolvimento, gerenciamento e uso dos recursos hídricos	■			
19 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os produtos químicos tóxicos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos e produtos perigosos	■			

Capítulos da Agenda 21	Estágio			
	1	2	3	4
20 Gerenciar de forma ambientalmente sustentável os resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos perigosos	■			
21 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os resíduos sólidos e os relacionados ao esgotamento sanitário	■	■		
22 Gerenciar de forma segura e ambientalmente responsável os resíduos radioativos	■			
23 Fortalecer o papel dos principais grupos sociais	■	■		
24 Ação global para as mulheres pelo desenvolvimento sustentável e equitativo	■	■		
25 Crianças e jovens e o desenvolvimento sustentável	■	■		
26 Reconhecer e fortalecer o papel dos povos indígenas e suas comunidades	■			
27 Fortalecer o papel das Organizações Não-Governamentais: parceiras para o desenvolvimento sustentável	■	■		
28 Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21	■	■		
29 Fortalecer o papel dos trabalhadores e sindicatos	■	■		
30 Fortalecer o papel da indústria e dos negócios	■	■	■	
31 Comunidade científica e tecnológica	■			
32 Fortalecer o papel dos fazendeiros	■	■		
33 Recursos e mecanismos financeiros	■	■		
34 Tecnologia ambientalmente responsável: transferência, cooperação e capacitação	■			
35 Ciência para o desenvolvimento sustentável	■	■		
36 Promover a educação, consciência pública e treinamento	■	■		
37 Mecanismos nacionais e internacionais de cooperação para a capacitação em países em desenvolvimento	■	■		
38 Arranjos institucionais internacionais	■	■		
39 Instrumentos e mecanismos legais internacionais	■			
40 Informação para a tomada de decisões	■			

Vocação e Visão de São Gonçalo

*“Uma visão sem ação não passa de um sonho.
Ação sem visão é só um passatempo.
Mas uma visão com ação pode mudar o mundo.”
(Joel Baker – vídeo: A Visão do Futuro)*

A Vocação é o conjunto de competências, recursos e produtividade local de um município (em todos os sentidos: econômico, ambiental, artístico-cultural, turístico, educacional).

A Visão de Futuro define o que se espera do município e deve representar de forma clara e abrangente o que se deseja alcançar. Agrega as pessoas e as inspira e motiva a fazer as melhores escolhas nos momentos de decisão e a enfrentar com perseverança a espera pelos resultados.

Os participantes fizeram uma série de reuniões para construir sua Vocação e Visão de Futuro. O resultado foi revisto na Oficina Local e o que apresentamos a seguir é ainda um trabalho em progresso, que o município deverá refinar até chegar à versão definitiva.

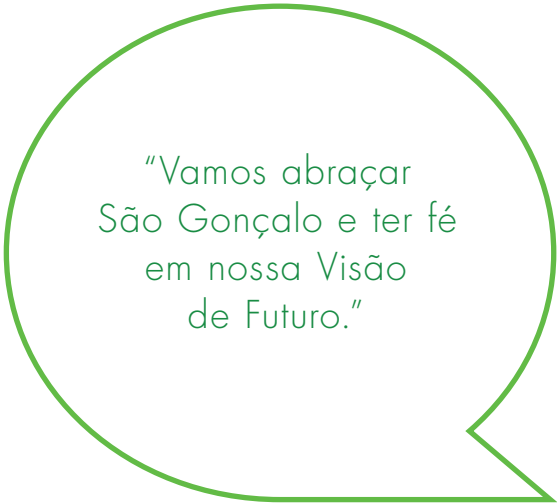
Vocação

- Existência de número significativo de artesãos.
- Existência de polo de produção naval / peças – empresas com tecnologia de ponta.
- Existência de indústrias com grande capacidade de produção na área de metal-mecânica.
- Existência de um polo de confecção (vestuário).
- Histórico de indústrias de transformação e beneficiamento.
- Histórico de acessibilidade para escoamento da produção.
- Existência de *campi* universitários privados (com diversos cursos) e públicos (centro de formação de professores).
- Existência de diversidade cultural no município (música, dança, teatro, artes plásticas, folia de reis, jongo, samba, capoeira e artes marciais).
- Histórico de produção pesqueira artesanal e existência de associações de pesca.
- Existência de incentivo pelos clubes e pelas ligas desportivas do município para formação de atletas.
- Existência de fragmentos de Mata Atlântica e proximidade da APA Guapimirim e dos manguezais.
- Existência de um vulcão no município com potencial para o ecoturismo.

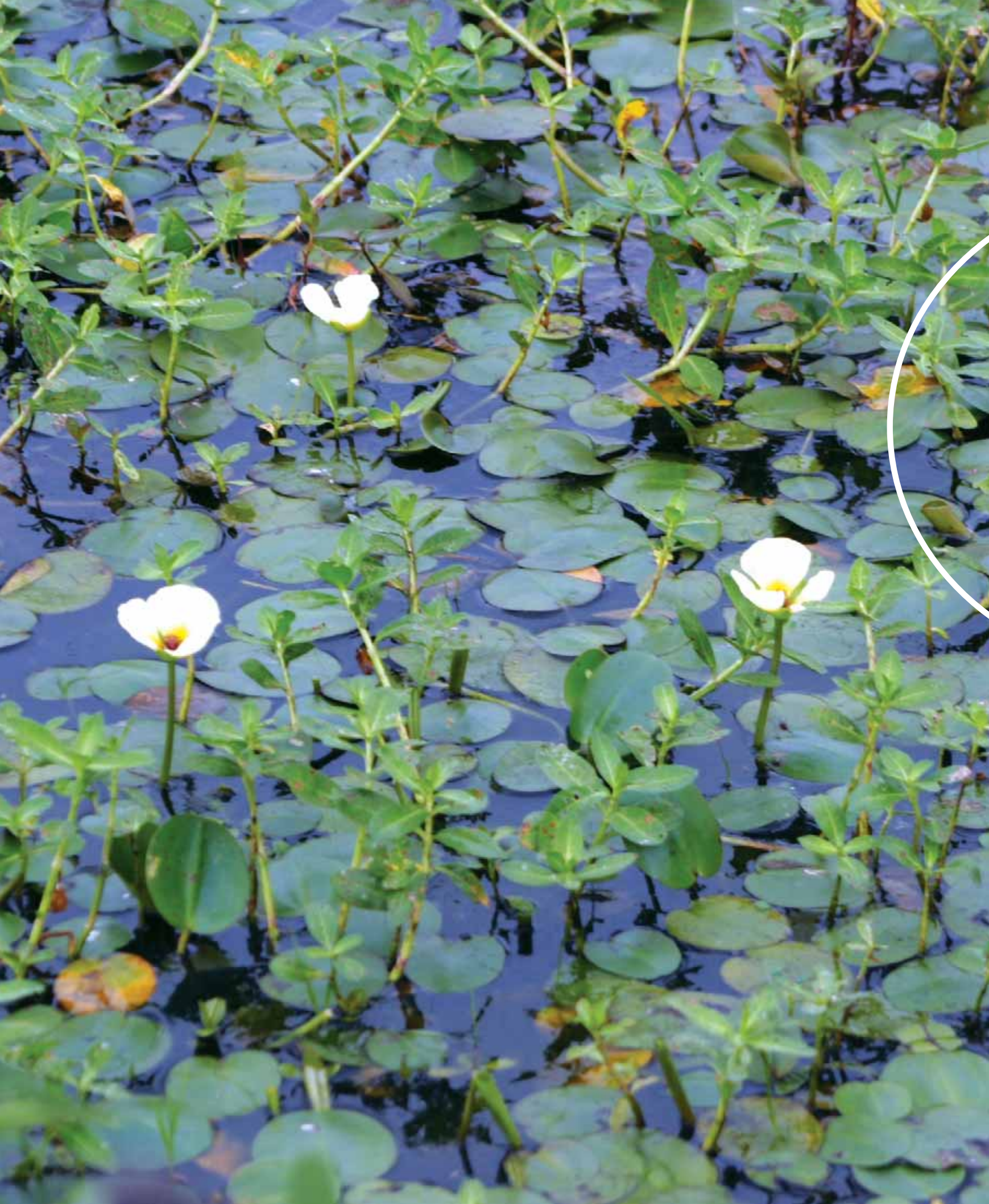
- Existência de área rural consolidada com potencial para o turismo rural.

Visão de futuro

- Ser excelência em turismo de negócios.
- Ter um terminal rodoviário digno que atenda à demanda de todo o município.
- Ter um anel rodoviário.
- Ter todo o transporte municipal de massa interligado.
- Ter uma malha rodoviária periférica de excelência.
- Ser um município que tenha excelência em transportes.
- Ser reconhecido pela qualidade na área de saúde pública.
- Ter o esgoto domiciliar e industrial 100% tratado.
- Ter uma rede hospitalar pública eficiente (ter um hospital de referência).
- Ter um consórcio de saúde pública no Leste Fluminense.
- Ser reconhecido como o município que recuperou todos os corpos d'água e reflorestou e mantém a mata ciliar.
- Ter gerenciamento costeiro integrado, com inclusão das populações tradicionais.
- Ser reconhecido como município que não contribui para a poluição da Baía de Guanabara.
- Ser reconhecido nacionalmente como município que possui bibliotecas públicas de excelência em cada distrito e conta com uma forte campanha de incentivo à leitura.
- Ser a cidade que mais investe em educação e cultura.
- Ser um centro de formação profissional e tecnológica reconhecido regionalmente.
- Ter vida cultura e de entretenimento comparada às das grandes metrópoles.
- Ter parque de indústria naval de excelência.
- Ter complexo pesqueiro de beneficiamento e escoamento de produção.
- Ter indústrias farmacêuticas comprometidas com qualidade ambiental.
- Ser um município que mais apoia o microempresário.
- Ser um município que possui gestão pública participativa e transparente, reconhecido nacionalmente.
- Ter centros poliesportivos para a preparação de atletas.



“Vamos abraçar São Gonçalo e ter fé em nossa Visão de Futuro.”





1

Ordem Ambiental

RECURSOS NATURAIS

Mata Atlântica – Com árvores que atingem de 20 a 30 metros de altura, a Mata Atlântica originalmente ocupava quase todo o litoral brasileiro, com 15% do território do País. Devido ao intenso desmatamento, iniciado logo após a chegada dos europeus, hoje em dia restam apenas 7% de sua área original – é considerada uma das florestas tropicais mais ameaçadas do planeta. Com rica biodiversidade – estima-se que 8 mil espécies de sua flora sejam endêmicas –, a Mata Atlântica tem outras peculiaridades: 39% dos mamíferos, inclusive mais de 15% dos primatas, como o mico-leão-dourado, 160 espécies de aves e 183 de anfíbios também só são encontrados ali.

Chamamos de recursos naturais tudo o que obtemos da natureza com os objetivos de desenvolvimento, sobrevivência e conforto da sociedade. São classificados como “renováveis” quando, mesmo explorados por algum tempo em determinado lugar, continuam disponíveis, e como “não renováveis” quando inevitavelmente se esgotam.

A vida humana depende dos recursos naturais – terra, água, florestas, recursos marinhos e costeiros – e de suas múltiplas funções. Tanto os seres humanos quanto os demais seres vivos, agora e no futuro, têm direito a um meio ambiente saudável, que forneça os meios necessários a uma vida digna. Para isto, é preciso manter os ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais em quantidade e qualidade apropriadas.

Não é possível pensar em um futuro para a humanidade sem construir uma relação adequada entre o homem e a natureza que o cerca. E essa magnífica variedade de formas de vida não pode ser vista apenas como “recursos naturais”, sem a valorização dos inúmeros benefícios intangíveis que nos traz.

São Gonçalo tem uma diversidade de relevos que favorece a *existência de áreas ainda florestadas*. Segundo dados do Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica², *ainda há manchas de áreas verdes a serem preservadas*. O município tem cerca de 15% de seu território cobertos por remanescentes

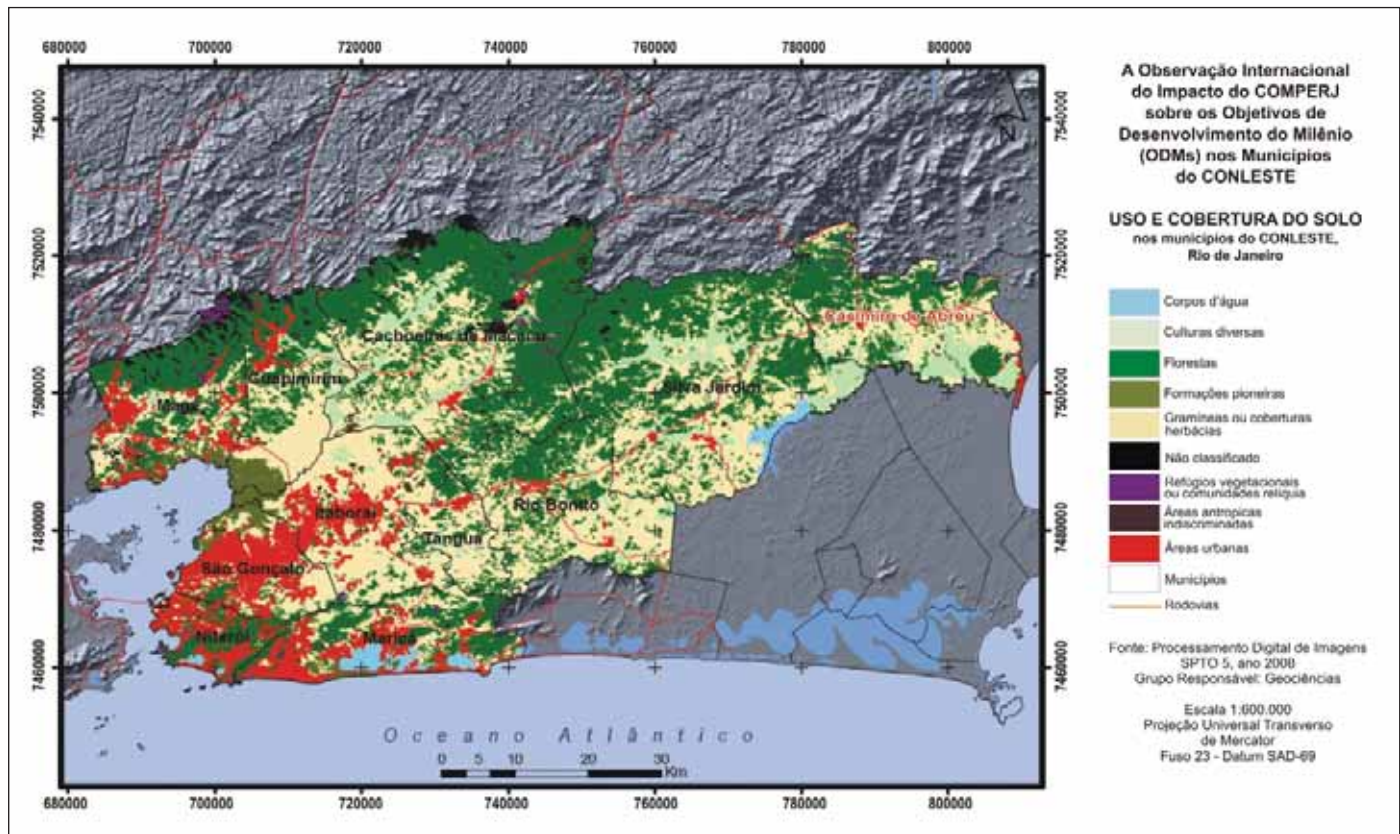


APA do Engenho Pequeno

² Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica, 2009.

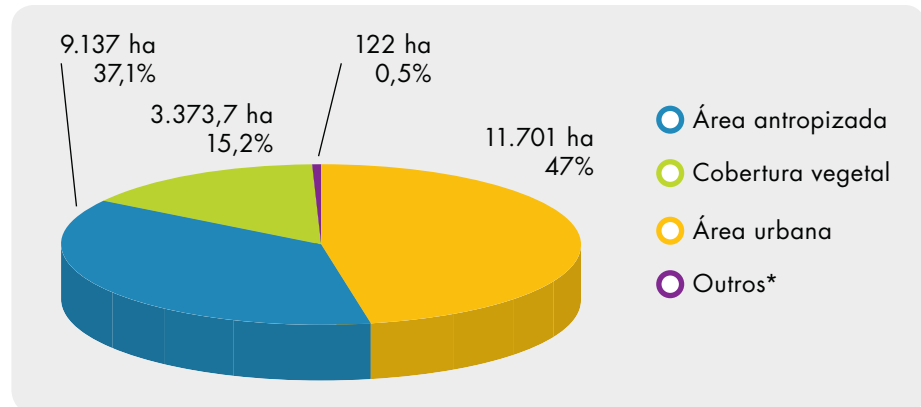
florestais, encontrados em topos de maciços costeiros na divisa com Niterói, em pequenas áreas na porção norte do município e nas escarpas das serras. Em localidades que sofrem com as inundações durante os meses mais chuvosos, a vegetação é rasteira, e os manguezais são comuns.

Mapa 2: Cobertura vegetal do município de São Gonçalo e arredores



Fonte: UFF/ONU Habitat, 2010.

Gráfico 1: Proporção do uso do solo



(*). Inclui água, afloramentos rochosos e usos não identificados.

Fonte: Laboratório interdisciplinar de Meio Ambiente – Lima/Coppe/UFRJ, com base em geoprocessamento de imagens Landsat e CBERS e ProBio – Levantamento dos remanescentes de Mata Atlântica (2008).

As Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável e as *Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Engenho Pequeno e de Guapimirim, que contam com plano de manejo especificado em lei*, abrangem 5% do território de São Gonçalo. Uma pequena parte (0,2%) do município está inserida na Estação Ecológica da Guanabara, que é uma UC de Proteção Integral. Com relação ao sistema de gestão ambiental das UCs, o grupo ressaltou a *falta de uma Comissão Tripartite na APA do Engenho Pequeno, o que ampliaria o potencial de participação social na gestão da UC e, portanto, nas estratégias para sua conservação*.

Atualmente, a *existência das APAs* não é capaz de evitar os problemas relacionados à *escassez dos recursos naturais*. Os participantes percebem que *há insuficiência de áreas protegidas, de corredores ecológicos e de programas de controle, monitoramento e fiscalização para as APAs locais* já constituídas.

A *ausência de um plano de prevenção, correção e recuperação de áreas com erosão* deve-se também à *falta de projetos de conservação ambiental e de planejamento integrado entre as três esferas governamentais, para gerenciar e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais*. Além disso, nota-se a *presença de áreas que podem sofrer com o processo de desmatamento*.

Mesmo com a *existência de um Batalhão Florestal Estadual*, há preocupação com a *ausência de políticas emergenciais em caso de catástrofes e acidentes ambientais*. Foi apontada também a *falta de um Plano de Conservação*.

A degradação ambiental é uma das maiores preocupações relacionadas ao tema e tem entre suas consequências a *baixa qualidade de vida*, devido à

Unidades de Conservação (UC)

– Áreas naturais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) legalmente instituídas pelo poder público, com limites definidos e características relevantes, com objetivos de conservação e sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

Áreas de Proteção Ambiental (APA)

– Unidades de conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais nelas existentes. Área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Plano de manejo – Plano de uso racional do meio ambiente visando à preservação do ecossistema, em associação com sua utilização para outros fins. É o instrumento básico de planejamento de uma unidade de conservação.

falta de conservação e preservação dos recursos naturais. Entre os fatores que afetam o bem-estar da população, o grupo mencionou que o município se caracteriza por *ter poucas áreas verdes dentro da malha urbana, ocasionando a aridez da cidade.*

Um exemplo dos problemas ambientais enfrentados por São Gonçalo é a *exploração das pedreiras localizadas nas colinas do município, sem preocupações com o desenvolvimento sustentável.* Sob este aspecto, é preciso desenvolver ações para *fiscalizar, informar e educar, reflorestando as áreas degradadas e alertando para a exclusão social e econômica* decorrente de práticas não sustentáveis.

Além da *escassez de informações a respeito do mapeamento florestal do município*, também *falta um levantamento detalhado dos recursos naturais e dos dados referentes aos seus ecossistemas.* Para os moradores de São Gonçalo, a *falta de um programa de democratização de informações relativas aos recursos naturais* é resultado da *ausência de um sistema de informação sobre a região (água, solo, fauna e flora, entre outros).*

O desmatamento avança sobre trechos pequenos e médios da Mata Atlântica que já estão isolados entre si, reduzindo as chances de conectá-los a fragmentos de vegetação mais extensos e, portanto, ecologicamente viáveis. Outro aspecto importante para a conservação de remanescentes florestais está associado ao fato de terem sido registrados desmatamentos no interior e em zonas de amortecimento das Unidades de Conservação.



O Alto do Gaia é o ponto mais alto do município

Corredor ecológico ou de biodiversidade – Nome dado à faixa de vegetação que liga grandes fragmentos florestais ou unidades de conservação, separados pela atividade humana (estradas, agricultura, clareiras abertas pela atividade madeireira etc.), proporcionando à fauna o livre trânsito entre as áreas protegidas e, conseqüentemente, a troca genética entre as espécies. É uma das principais estratégias utilizadas na conservação da biodiversidade de determinado local.

Erosão – Processo pelo qual a camada superficial do solo é retirada pelo impacto de gotas de chuva, ventos e ondas, e é transportada e depositada em outro lugar. Desgaste do solo.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Gestão de ecossistemas frágeis**

■ Estudos técnicos

1. Realizar um levantamento georreferenciado dos ecossistemas frágeis (espaços propensos à desertificação e seca) do município.

■ Comunicação

2. Divulgar informações adequadas aos proprietários rurais.

■ Planejamento

3. Elaborar um plano de ação para o gerenciamento dos ecossistemas frágeis.
4. Elaborar um plano de manutenção da cobertura florestal em áreas propensas à erosão.

■ Fiscalização

5. Cobrar medidas de prevenção para o desmatamento de encostas.

● **Controle da exploração mineral**

■ Gestão pública

1. Implantar diretrizes do Plano Diretor para a exploração mineral nas áreas de montanhas.
2. Adequar-se à legislação federal, que exige das empresas mineradoras a recuperação das áreas degradadas.
3. Rever os prazos de licenciamento dos empreendimentos de exploração mineral.

● **Plano de emergência**

■ Gestão pública

1. Implementar o plano de emergência no município, elaborado recentemente pela UFF.

■ Comunicação

2. Divulgar o plano de emergência.

■ Planejamento

3. Promover simulações de situações de emergência com a população.

● **Articulação institucional**

■ Articulação

1. Articular as Secretarias Municipais para definir políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.
2. Efetivar parcerias com o setor privado.
3. Criar parcerias e convênios com instituições de ensino e pesquisa.

■ Planejamento

4. Revitalizar a Linha Verde, para o atendimento imediato das denúncias ambientais.

● **Conservação e recuperação de áreas verdes**

■ Gestão pública

1. Desenvolver e implementar um Plano de Conservação Ambiental que promova a recuperação de áreas verdes.
2. Criar Unidades de Conservação que possibilitem o acesso da população ao patrimônio ambiental municipal.

■ Fiscalização

3. Monitorar e fiscalizar a preservação das áreas verdes e a restauração da flora nativa.

■ Infraestrutura

4. Criar um horto municipal, com banco de sementes.

■ Planejamento

5. Promover o reflorestamento das áreas de risco (margens de rios, encostas).
6. Realizar ações que visem à preservação ambiental de áreas verdes por parte da iniciativa pública e privada.

● **Gestão das áreas de proteção ambiental**

■ Gestão pública

1. Criar uma Área de Proteção Ambiental na área compreendida entre o Largo da Ideia e a Fazenda do Barão de São Gonçalo.
2. Criar uma comissão tripartite para as Áreas de Proteção Ambiental do município.

3. Criar a Guarda Ambiental Municipal.
4. Delimitar as Áreas de Proteção Ambiental do município com ecolimites naturais, evitando o desmatamento, a caça e a ocupação irregular.
5. Criar um corredor ecológico entre a Área de Proteção Ambiental de Engenho Pequeno e a Área de Proteção Ambiental da Serra da Tiririca.

■ Planejamento

6. Promover o reflorestamento das Áreas de Proteção Ambiental do município, principalmente nas nascentes, com espécies nativas endêmicas.
7. Ampliar o Conselho Municipal de Meio Ambiente para agregar os Conselhos das Áreas de Proteção Ambiental.

■ Elaboração de programas

8. Criar programa de controle, monitoramento e fiscalização para as Áreas de Proteção Ambiental do município.

● Pesquisas e divulgação científica sobre meio ambiente

■ Planejamento

1. Promover a pesquisa científica nas instituições de ensino.
2. Sistematizar as informações em um banco de dados acessível pela internet, atualizado regularmente.

■ Estudos técnicos

3. Inventariar os recursos naturais do município, como solos, recursos hídricos, flora e fauna, por meio de parcerias com universidades que detenham conhecimento e tecnologia.

■ Comunicação

4. Divulgar as informações sobre recursos naturais em linguagem popular.

Possíveis parceiros

Batalhão Florestal . Câmara Municipal . Corpo de Bombeiros . Defesa Civil . Embrapa . Empresas ligadas ao Comperj . Guarda Municipal . Inea . Mídia local . Ministério do Meio Ambiente . MP . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretarias Estaduais (Segurança, Educação, Ambiente) . Secretarias Municipais (Educação, Segurança, Meio Ambiente) . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Basf . HSBC . BP . BVS&A . Capes . CIID . Claro . CNPq . Coca-Cola . Conservação Internacional do Brasil . Embrapa . Embratel . Empresas ligadas ao Comperj . Faperj . Fauna e Flora International . Finep . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção da Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . IBM . Moriah Found . PDA . Pibic . Rainforest Action Network . Shell . Sophie Danfort Conservation Biology Fund . Tenda Engenharia . Turner Foundation . Unesco . Vale . Vivo . WWF.

RECURSOS HÍDRICOS

Poluição – Alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente pelo lançamento de quaisquer substâncias sólidas, líquidas ou gasosas, que se tornem efetiva ou potencialmente nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, ou causem danos ou prejuízos à flora e fauna.

Assoreamento – Deposição de sedimentos (areia, detritos etc.) originados de processos erosivos, transportados pela chuva ou pelo vento para os cursos d'água e fundos de vale. Provoca a redução da profundidade e da correnteza dos rios, dificultando a navegação e diminuindo a massa de água superficial.

Bacia hidrográfica – Área drenada por um rio principal e seus afluentes, incluindo nascentes, subafluentes etc. É a unidade territorial de planejamento e gerenciamento das águas.

A água é essencial à vida no planeta. Embora seja um recurso renovável, seu consumo excessivo, aliado ao desperdício e à poluição, vem causando um déficit global, em grande parte invisível. Cada ser humano consome direta ou indiretamente quatro litros de água por dia, enquanto o volume de água necessário para produzir nosso alimento diário é de pelo menos 2 mil litros. Isso explica por que aproximadamente 70% da água consumida no mundo vão para a irrigação (outros 20% são usados na indústria e 10% nas residências).

Segundo a ONU, cerca de um terço da população mundial vai sofrer os efeitos da escassez hídrica nos próximos anos. A análise do ciclo completo de uso e reúso da água aponta o desaparecimento de mananciais como poços, lagos e rios, e destaca a pouca atenção dada à diminuição das reservas subterrâneas.

O Brasil conta com recursos hídricos em abundância, o que levou à disseminação de uma cultura de despreocupação e desperdício de água. No entanto, o País enfrenta problemas gravíssimos: muitos cursos d'água sofrem com poluição por esgotos domésticos e dejetos industriais e agrícolas, e falta proteção para os principais mananciais.

O uso sustentável dos recursos hídricos depende do conhecimento da comunidade sobre as águas de sua região e de sua participação efetiva em seu gerenciamento.

O município de São Gonçalo está inserido na região hidrográfica da Baía de Guanabara, compreendendo as bacias hidrográficas do Guaxindiba/Alcântara e Caceribú. Além disso, sofre influência da bacia dos rios Guapi-Macacu.

A Bacia do Guaxindiba/Alcântara, com uma área de aproximadamente 144,6 km², situa-se na porção leste da Baía de Guanabara, ocupada pelos municípios de Niterói, São Gonçalo e uma pequena parte de Itaboraí. O Rio Guaxindiba nasce no bairro do Anaia, em São Gonçalo, e percorre cerca de 30 km antes de desaguar na Baía de Guanabara, passando pela APA de Guapimirim, a maior área preservada de manguezal da Baía.

Mapa 3: Bacia dos rios Guaxindiba/Alcântara



Fonte: Inea/PDBG (2009).

A Bacia do Rio Caceribú é um dos principais contribuintes da Baía de Guanabara. Com quase 846 km² e 60 quilômetros de extensão, é a segunda maior área de drenagem de toda a região hidrográfica.

Compreendendo os municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Guapimirim, a bacia hidrográfica dos rios Guapi-Macacu é responsável pelo abastecimento dos municípios de São Gonçalo e Niterói. *O município faz parte do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara*, que promove a gestão integrada dos recursos hídricos.



A APA de Guapimirim protege os manguezais de quatro municípios



Vista do maciço de Itauna

Lençol freático – Depósito de água natural no subsolo, águas subterrâneas que alimentam os rios perenes, garantindo a presença de água durante todo o ano. A profundidade do lençol freático depende de vários fatores.

Mata ciliar – Vegetação na margem dos rios, lagos, nascentes, represas e açudes. Consideradas áreas de preservação permanente, as matas ciliares protegem as margens contra a erosão, evitando o assoreamento, permitem a conservação da flora e da fauna, regulam os fluxos de água e são a proteção mais eficiente dos solos onde se encontram.

Apesar da grande variedade de nascentes e rios, *não há conhecimento sobre as microbacias do município*, o que favorece a *falta de gerenciamento ambiental*. De acordo com os participantes do Fórum, *o município não possui uma política de gestão de recursos hídricos* eficiente para minimizar os impactos ambientais e a *contaminação do lençol freático*. Além disso, *os recursos hídricos não estão protegidos de forma eficaz, não havendo uma política local de uso do solo*.

O grupo denunciou atividades que causam a *destruição das nascentes, manguezais e matas ciliares* da Baía de Guanabara. Uma das medidas sugeridas para minimizar o problema é *desenvolver campanhas de informação* por meio de programas de educação ambiental. Este tipo de atividade pode contribuir para solucionar as questões referentes à *falta de divulgação do Programa de Replanteio das Matas Ciliares, da Subsecretaria de Agricultura e Pesca*.

As *áreas de mangue* são um importante patrimônio ambiental de São Gonçalo. Sua *biodiversidade e potencial econômico* já foram temas de *projetos de pesquisa desenvolvidos por universidades*. Contudo, *a falta de fiscalização da ocupação das áreas costeiras e manguezais tem permitido a degradação desses ecossistemas e de outras localidades próximas com potencial econômico semelhante*.

O grupo apontou a existência de um *mapa de sensibilidade ambiental* que possibilita a *implantação de um programa de gerenciamento costeiro, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Laboratório de Biologia Marinha, a ser gerenciado pelo Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro*, o que poderia incentivar a *aplicação de técnicas modernas para a exploração dos recursos hídricos*.

Entre os possíveis impactos dos empreendimentos que venham a se instalar na região, *a possibilidade de construção de um porto na Praia da Beira* preocupa as comunidades de pescadores que moram nos arredores, e há expectativas de que as autoridades locais desenvolvam, de forma participativa, *políticas de incentivo à pesca e de proteção ao meio ambiente*.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Política municipal de Recursos Hídricos

■ Gestão pública

1. Utilizar o Plano Diretor da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas para a Baía de Guanabara como orientador dos trabalhos.
2. Prover o apoio necessário à participação dos membros da sociedade civil no Comitê da Baía de Guanabara.
3. Implementar os programas de despoluição dos rios e cursos d'água de São Gonçalo.

■ Elaboração de programas e projetos

4. Elaborar projetos de restauração e recuperação das áreas de manguezais com a participação da população ribeirinha.

● Gestão das microbacias

■ Gestão pública

1. Realizar a gestão das sub-bacias do município com a contribuição dos trabalhos científicos já realizados pela UFF.

■ Comunicação

2. Divulgar as informações sobre as microbacias de São Gonçalo em escolas e comunidades através dos principais veículos de comunicação.

■ Elaboração de projetos

3. Desenvolver projetos de revitalização e de recuperação das microbacias hidrográficas locais.

■ Planejamento

4. Desenvolver e implementar um plano de monitoramento das microbacias.
5. Revitalizar a Linha Verde, com pronto-atendimento.

● Recuperação de matas ciliares

■ Planejamento

1. Recuperar as matas ciliares e áreas de nascentes com o replantio de espécies nativas da Mata Atlântica.
2. Criar viveiros nas comunidades, pelo menos um por distrito.

■ Estudo técnico

3. Identificar e demarcar as nascentes que se encontram em áreas particulares de forma a possibilitar sua proteção.

■ Fiscalização

4. Fiscalizar as áreas de nascentes e matas ciliares, aplicando multas aos infratores.

■ Elaboração de programas

5. Criar nas escolas programas de sensibilização sobre a recuperação das matas ciliares.

● Proteção dos manguezais

■ Elaboração de programas

1. Elaborar e implementar programas de recuperação de áreas degradadas em regiões de manguezal, com a participação dos pescadores artesanais e da comunidade do entorno.

■ Infraestrutura

2. Promover o saneamento básico das áreas próximas da orla marítima e dos manguezais.

■ Comunicação

3. Assegurar a continuidade dos projetos educacionais de comunicação para sensibilizar a população sobre a importância da preservação dos manguezais.
4. Informar a população quanto à importância da destinação correta do lixo.

■ Fiscalização

5. Ampliar a fiscalização do desmatamento nos manguezais.
6. Fiscalizar o descarte de resíduos sólidos nos manguezais.

■ Estudo técnico

7. Realizar pesquisa sobre o potencial econômico da diversidade biológica existente no município em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico.

● Gestão da zona costeira

■ Estudos técnicos

1. Elaborar diagnóstico da área costeira.
2. Demarcar as zonas de interesse.
3. Realizar estudos ambientais sobre a viabilidade de instalação de um porto na Praia da Beira.

■ Gestão pública

4. Ampliar a área de aplicação do gerenciamento integrado e sustentável das zonas costeiras e do meio ambiente marinho.
5. Promover a gestão adequada das áreas costeiras.

■ Comunicação

6. Divulgar o mapa de sensibilidade ambiental existente.

■ Fiscalização

7. Promover o controle e a fiscalização das áreas costeiras.

● Recuperação dos rios

■ Capacitação

1. Capacitar os gestores e funcionários públicos em políticas de gestão dos recursos hídricos e uso do solo.

■ Gestão pública

2. Desenvolver e implementar o plano de despoluição dos corpos hídricos.
3. Promover a renaturalização dos rios, retornando os rios desviados aos seus cursos originais.

Possíveis parceiros

ANA . Batalhão Florestal . Cedae . Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá . Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . Delegacia do Meio Ambiente . Emater . Empresas ligadas ao Comperj . Empresas de telefonia móvel (Oi, Vivo, Claro, Tim, Embratel) . Grupo Queiroz Galvão . Horto do Fonseca . Inea . Ministério do Meio Ambiente . MP . ONGs . Prefeitura Municipal . Seeduc . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Educação, Infraestrutura, Urbanismo e Habitação, Obras) . Subsecretarias Municipais (Educação Ambiental, Parques e Jardins, Recursos Hídricos) . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Concessionária Autopista Fluminense . Banco Santander . Capes . CNPq . CT-Hidro . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Ministério de Meio Ambiente . Plastigel . Sophie Danforth Conservation Biology Foundation . Tenda Engenharia . Turner Foundation . WWF.

BIODIVERSIDADE

A biodiversidade é a base do equilíbrio ecológico do planeta. Sua conservação deve se concentrar na manutenção das espécies em seus ecossistemas naturais, por meio do aumento e da implantação efetiva das áreas protegidas, que asseguram a manutenção da diversidade biológica, a sobrevivência das espécies ameaçadas de extinção e as funções ecológicas dos ecossistemas.

A biodiversidade interfere na estabilização do clima, na purificação do ar e da água, na manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, além de apresentar benefícios culturais, paisagísticos e estéticos.

As principais formas de destruição da diversidade biológica são urbanização descontrolada, ocupação irregular do solo, exploração mineral, desmatamentos e fragmentação de ecossistemas, queimadas, superexploração de recursos naturais, utilização de tecnologias inadequadas na produção florestal, pesca, agropecuária e industrial, indefinição de políticas públicas e implantação de obras de infraestrutura sem os devidos cuidados. Acrescentam-se ainda a introdução de espécies exóticas da flora e da fauna e a comercialização ilegal de espécies silvestres.

O Brasil possui 25% da biodiversidade mundial, reunindo uma riqueza difícil de mensurar, pois há espécies que sequer foram identificadas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima o valor do patrimônio genético brasileiro em US\$ 2 trilhões (quatro vezes o PIB nacional). As cifras em jogo são altas. Produtos da biotecnologia (biodiversidade explorada), como cosméticos, remédios e cultivares, constituem um mercado global que chega a US\$ 800 bilhões por ano, cifra semelhante à do setor petroquímico.



Caranguejos são típicos da fauna de manguezais



Manguezais são importantes ecossistemas para a preservação da biodiversidade



Colhereiro-Rosa

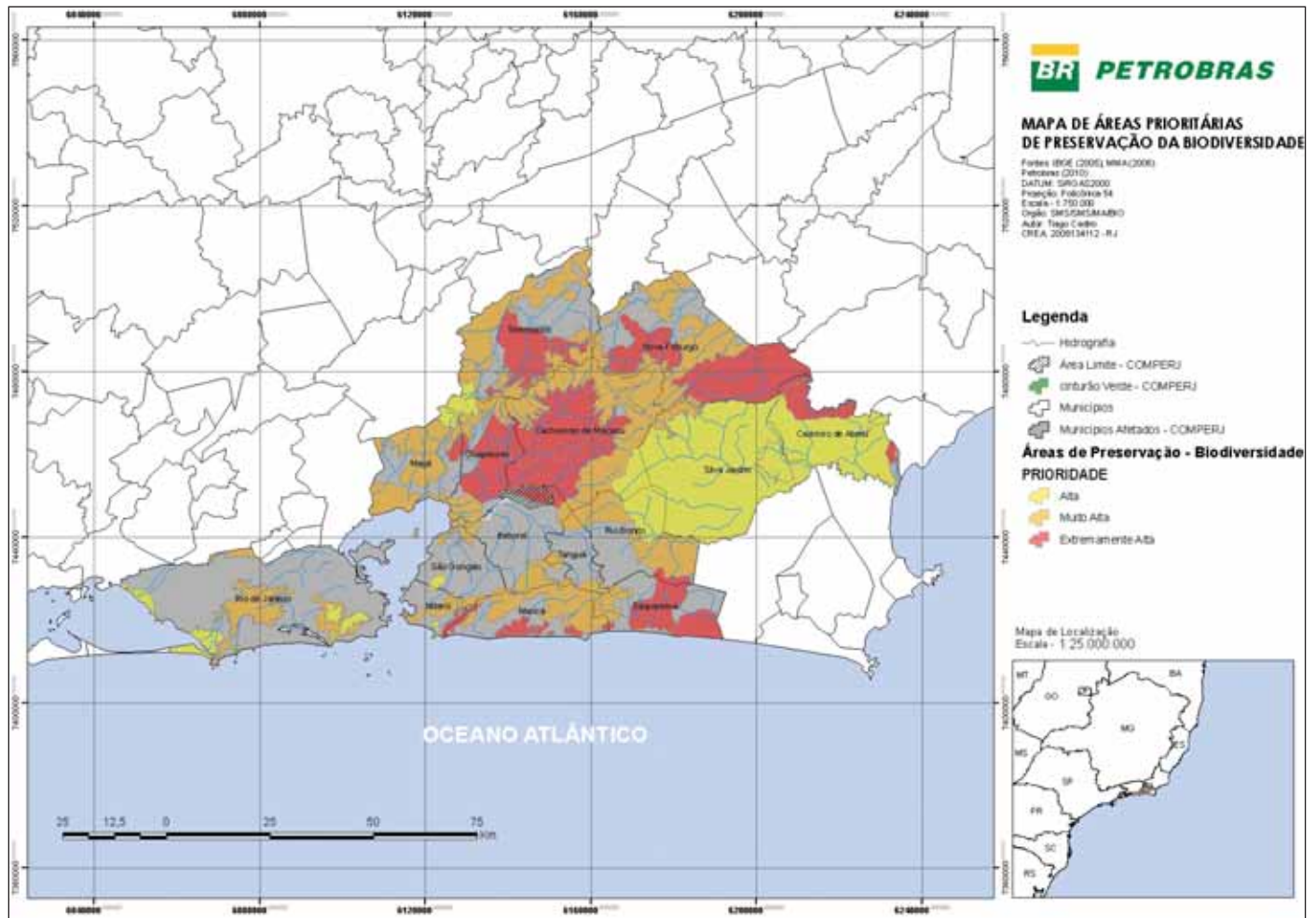
São Gonçalo abriga distintos ecossistemas. A existência de áreas florestais na região que compreende as APAs do Engenho Pequeno e de Guapimirim, além da Estação Ecológica da Guanabara, possibilitou a identificação de diversas espécies.

A exploração descontrolada dos recursos naturais tem resultado na *má conservação da biodiversidade* e, apesar da *existência do Batalhão Florestal, que atua em conjunto com a prefeitura na fiscalização das feiras realizadas no município, os instrumentos de controle, fiscalização e conservação da biodiversidade são ineficientes.*

Paralelamente, a *falta de um inventário dos recursos naturais e da biodiversidade* é outro problema a ser sanado. Mesmo com a *existência de centros universitários na região*, o município ainda não possui infraestrutura adequada para a realização de pesquisas científicas. Segundo os participantes do processo, a *ausência de um levantamento detalhado da fauna e flora local deve-se à falta de recursos humanos e financeiros* para que os pesquisadores realizem suas atividades.

Uma das medidas a serem adotadas para o desenvolvimento de ações estratégicas de preservação da biodiversidade é a realização de atividades de Educação Ambiental. Utilizando os *conhecimentos tradicionais* sobre a fauna e a flora do município, é possível desenvolver programas e projetos que promovam o manejo sustentável dos ecossistemas. Com o apoio do poder público local, estas iniciativas podem ser importantes para a tomada de decisões ligadas à gestão da biodiversidade.

Mapa 4: Áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade no município de São Gonçalo e arredores



Fontes: IBGE, MMA, Petrobras (2010).

Um dos maiores problemas ambientais de São Gonçalo são as áreas fragmentadas de Mata Atlântica, que, ao ficarem isoladas umas das outras, diminuem progressivamente suas chances de se conectarem. Desta forma, seu potencial de manutenção dos processos ambientais fica cada vez menor, contribuindo para a perda da biodiversidade regional.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Levantamento de fauna e flora

■ Articulação

1. Propor parcerias do poder público, universidades e iniciativa privada para desenvolver inventários de fauna e flora, sistematizando esses dados em um banco de dados acessível à população.
2. Criar convênios e parcerias com as universidades, Embrapa, Pesagro, Sebrae, Senai e Faperj.

■ Planejamento

3. Organizar um banco de projetos a partir dos dados coletados.
4. Reunir as informações sobre os recursos naturais do município que estão dispersos.
5. Criar um Museu da Biodiversidade, com um espaço interativo dedicado à preservação das espécies ameaçadas de extinção.

■ Comunicação

6. Divulgar os herbanários do município, valorizando sua importância na história e cultura local.

● Conservação da biodiversidade

■ Elaboração de programas

1. Elaborar programas voltados para a proteção da biodiversidade.

■ Comunicação

2. Promover ações educativas e de sensibilização nas escolas e comunidades.

■ Articulação

3. Promover a integração das ações do Batalhão Florestal com outros órgãos ambientais.

■ Infraestrutura

4. Ampliar o efetivo e a aquisição de equipamentos para o Batalhão Florestal.
5. Criar um grupamento florestal na Guarda Municipal, devidamente habilitado e capacitado, para a proteção do meio ambiente no município.

■ Fiscalização

6. Fiscalizar as feiras livres, visando combater a comercialização ilegal da fauna e flora locais.

Possíveis parceiros

Batalhão Florestal . Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . Empresas ligadas ao Comperj . Guarda Municipal . Inea . ICMBio . Ministério do Meio Ambiente . MP . ONGs . Pmerj . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Educação, Meio Ambiente) . Subsecretaria Municipal de Educação Ambiental . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BP . Capes . CNPq . Embrapa . Empresas ligadas ao Comperj . Fauna e Flora International . Finep . FNMA . Foundation of Deep Ecology . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . HSBC . Ministério do Meio Ambiente . CCR-Ponte . Rainforest Action Network . Turner Foundation . WWF.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aumento da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera contribui para a retenção de calor na Terra, provoca a elevação da temperatura média do planeta e é a principal causa das mudanças climáticas. Isso se deve, principalmente, à queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral), ao desmatamento, às queimadas e aos incêndios florestais.

As principais consequências do agravamento do efeito estufa são: temperaturas globais médias mais elevadas, resultando em ruptura dos sistemas naturais; mudanças nos regimes de chuva e nos níveis de precipitação em muitas regiões, com impactos na oferta de água e na produção de alimentos; maior incidência e intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, enchentes, incêndios e secas; elevação do nível do mar e alterações de ecossistemas, como o aumento de vetores transmissores de doenças e sua distribuição espacial.

Na maioria dos países, a maior dificuldade para controlar a emissão de GEE reside na queima de combustíveis fósseis para a obtenção de energia. Já no Brasil, as principais causas são as queimadas e as emissões dos veículos automotores. A temperatura média no País aumentou aproximadamente 0,75 °C no século 20, o que tem intensificado a ocorrência de secas e enchentes, e provocou o surgimento de fenômenos climáticos que não ocorriam no Brasil, como furacões.

Em São Gonçalo, o clima é tropical, apresentando verão quente e úmido, e inverno frio e relativamente seco. Com base nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia (Inmet, 2006), a temperatura média anual é de 25 °C e a precipitação média anual é de 1.200 mm, aproximadamente.

O crescimento urbano desordenado contribui para as mudanças climáticas na região. Além disso, o desmatamento dos remanescentes florestais de Mata Atlântica resulta no aumento da temperatura e modifica a umidade relativa do ar.

No município existe uma grande frota de veículos e, apesar da *existência de veículos movidos a gás e de postos de abastecimento de GNV, os incentivos municipais para a utilização deste tipo de combustível ainda são insuficientes*. Paralelamente, *o mau estado de conservação de carros, caminhões e ônibus favorece o aumento da concentração dos gases de efeito estufa*.

Há grande preocupação com o *aumento da emissão de poluentes atmosféricos por parte das indústrias instaladas na região e, em especial, com aquelas agregadas ao Comperj*. Esta preocupação se estende à possível *instalação de indústrias poluentes* no município, pois o grupo teme a *precariedade na*

fiscalização e licenciamento de atividades em relação à proteção atmosférica e as consequências que esta limitação possa trazer para São Gonçalo e sua população.

Devido à falta de pavimentação de ruas e de políticas públicas voltadas à proteção da atmosfera, o número de atendimentos ambulatoriais causados por problemas respiratórios vem aumentando consideravelmente.

O grupo ressaltou que no município há indústrias que poderiam desenvolver políticas focadas na qualidade ambiental. Contudo, a falta de informações, esclarecimentos e incentivos dos governos municipal, estadual e federal às empresas para programas e projetos de crédito de carbono dificulta a realização de ações estratégicas relacionadas ao tema.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Combate às mudanças climáticas**

■ **Articulação**

1. Criar parcerias para esclarecer, orientar e divulgar a questão dos créditos de carbono.

■ **Infraestrutura**

2. Canalizar os esgotos com a utilização de biodigestores, adequados para recuperar o gás metano para a produção de energia elétrica e utilização como gás de cozinha.

■ **Capacitação**

3. Aplicar os recursos obtidos com os créditos de carbono municipais para cursos de capacitação sobre mudanças climáticas.
4. Capacitar o quadro técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

■ **Fiscalização**

5. Criar medidas de monitoramento das emissões de gases de efeito estufa.

● **Combate à poluição atmosférica**

■ **Gestão pública**

1. Realizar concursos públicos para a contratação imediata de fiscais ambientais.

■ **Capacitação**

2. Capacitar os quadros técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para atuar adequadamente na área de licenciamento ambiental.

■ **Infraestrutura**

3. Instalar uma rede de monitoramento da qualidade do ar em São Gonçalo, implantada por módulos prioritários (áreas urbana e industrial).

■ **Planejamento**

4. Promover o controle adequado da qualidade do ar no município.
5. Realizar ações educativas nas empresas e cooperativas.
6. Promover a arborização adequada da cidade, objetivando a melhoria da qualidade do ar.
7. Realizar atividades de Educação Ambiental para promover e viabilizar a prática da compostagem, evitando a queima do lixo.

■ **Comunicação**

8. Divulgar periodicamente os laudos sobre a qualidade do ar no município em veículos de comunicação de grande circulação.
9. Informar a população sobre os impactos ambientais causados pela queima do lixo.

■ **Fiscalização**

10. Fiscalizar e punir com rigor as indústrias poluentes.
11. Fiscalizar a queima, ilegal, de lixo.

● **Transporte ecoeficiente**

■ **Fiscalização**

1. Realizar vistoria rigorosa no licenciamento pelo Detro em veículos automotores que não seguem os padrões do Conama.

■ **Infraestrutura**

2. Implementar transporte de massa, hidroviação e alternativo, que utilize gás natural como combustível.
3. Modernizar a frota municipal, própria e terceirizada, para veículos a gás ou bicombustíveis.

Possíveis parceiros

Batalhão Florestal . Conama . Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . Detran . Detro . Empresas ligadas ao Comperj . Empresas de transportes coletivos . Guarda Municipal . Inea . Ministério do Meio Ambiente . MP . ONGs . Pmerj . Polícia Rodoviária (Estadual, Federal) . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Educação, Infraestrutura, Urbanismo e Habitação, Obras) . Subsecretaria Municipal de Educação Ambiental . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Asdi . Capes . CNPq . Embrapa . Empresas ligadas ao Comperj . Fauna e Flora International . Finep . FNMA . Foundation of Deep Ecology . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Ministérios (Transportes, Meio Ambiente) . PDA . Rainforest Action Network . WWF.





2

Ordem Física

HABITAÇÃO

A Agenda 21, em seu capítulo 7, afirma que o acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas e que o objetivo dos assentamentos humanos é melhorar as condições de vida e de trabalho de todos, especialmente dos pobres, em áreas urbanas e rurais.

Essa menção especial aos mais pobres se deve ao fato de que estes tendem a estar nas áreas ecologicamente mais frágeis ou nas periferias das grandes cidades. Moradores instalados em assentamentos precários estão mais sujeitos a problemas como falta de saneamento e de serviços públicos adequados e a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra.

O déficit habitacional do Brasil é de 5,8 milhões de domicílios. Com os projetos de habitação popular no País sendo guiados pelo menor preço, é importante considerar os novos parâmetros propostos pela construção sustentável ao se planejarem os investimentos necessários para atender a essa imensa demanda.

Além de evitarem o desperdício de água e de energia, novas tecnologias garantem conforto e segurança, e facilitam a utilização de materiais que causam menos impactos ambientais. As habitações sustentáveis também se mostram mais econômicas e eficientes a médio prazo.

Déficit habitacional – Número de domicílios improvisados ou rústicos, inadequados para se viver e/ou onde existe coabitação familiar e/ou onde famílias pobres pagam um aluguel que excede 30% da sua renda familiar.

O município de São Gonçalo, segundo a pesquisa ONU-Habitat/UFF, apresentou, no período de 2008 a 2009, um crescimento de 3,81% no número de domicílios particulares permanentes urbanos, enquanto na região do Conleste³ esse percentual foi de 6,82%.

Entre 2006 e 2008, a área urbanizada de São Gonçalo aumentou 17,45%, um índice inferior ao observado na região do Conleste, que foi de 27,23%. O município continuou com 69 assentamentos urbanos precários, mas a área ocupada por eles cresceu apenas 9,63%, enquanto no Conleste esse crescimento foi bem maior (18,31%). Em 2008, esses assentamentos somavam cerca de 25 mil residências, o que correspondia a 7,4% do total de domicílios particulares permanentes urbanos.

De acordo com informações da Secretaria de Habitação referentes a abril de 2010, há um déficit habitacional de 30 mil casas no município. O programa federal Minha Casa, Minha Vida prevê a construção de 25 mil unidades. O grupo informou que *existem áreas livres para edificação*.

³ Conleste – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense. Reúne os municípios do entorno de Itaboraí, onde será instalado o Comperj: Itaboraí, Niterói, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Magé, Maricá, Rio Bonito, Silva Jardim, Araruama e Tanguá.

O município conta com uma Secretaria de Habitação e, para fins de gestão, com Conselho e Fundo municipais, *Plano Local de Habitação e Interesse Social*, além do *Plano Diretor*. Todavia, *faltam transparência e divulgação do Plano Urbanístico, que redefine as áreas urbanas, rurais, residenciais e industriais, e dos demais programas públicos.*

Apesar de São Gonçalo dispor de legislação e plano específicos para a regularização fundiária, os participantes se queixaram da *burocracia para solucionar problemas fundiários* e informaram que ainda *falta regularização fundiária e edificação (edificação) da maioria dos imóveis do município.*

Segundo os membros do Fórum, há um processo de *crescimento urbano desordenado* e, *por não haver uma política habitacional eficiente, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) estão sendo degradadas.* Também há *ocupação das áreas de risco e muitas moradias desordenadas na orla.*

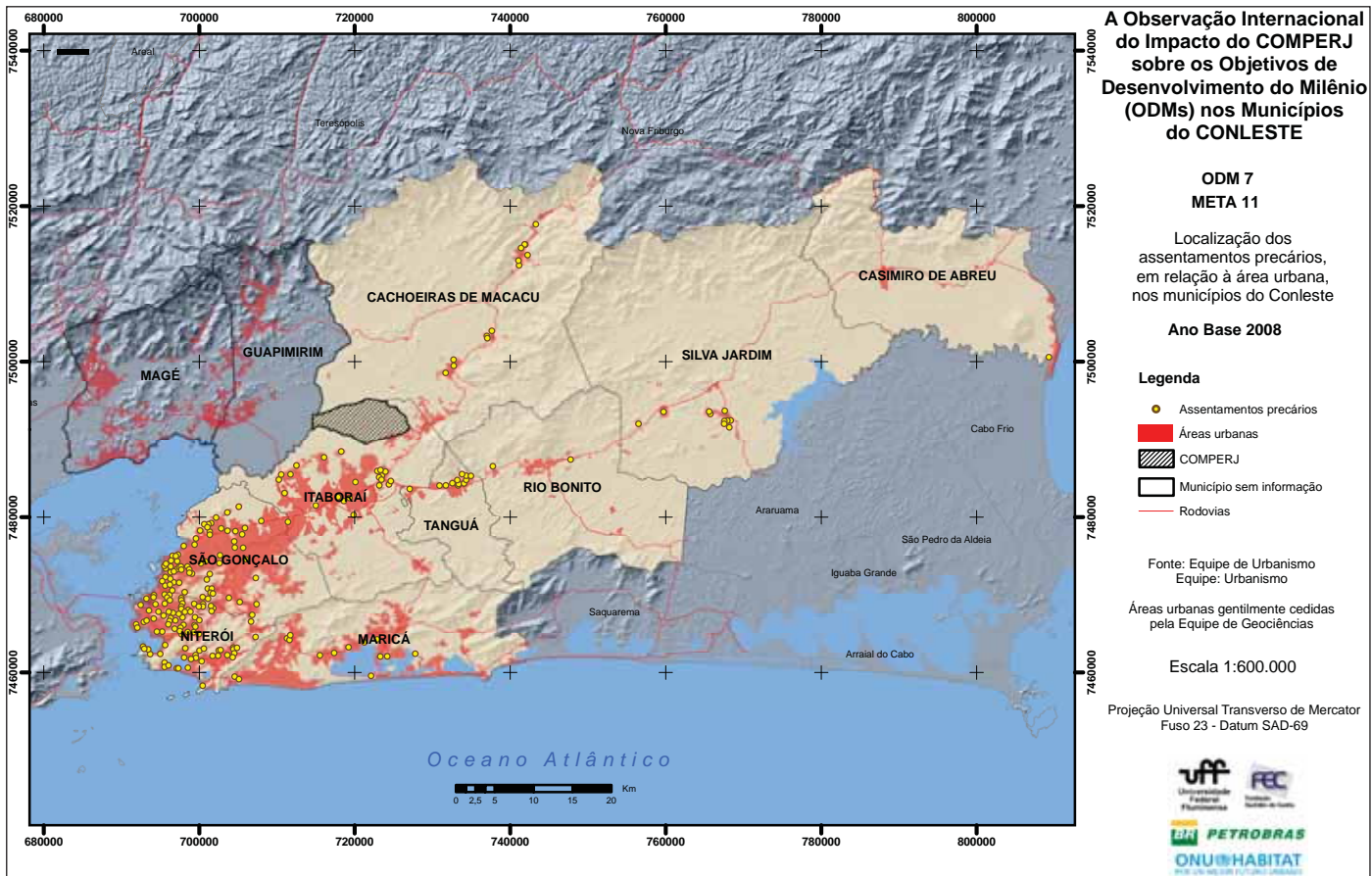
Há poucos investimentos em habitação para prevenir a ocupação irregular do solo urbano e faltam fiscalização urbana e controle para novas construções, o que gera grande número de assentamentos ilegais. Porém, está em curso uma *articulação com o governo federal para regularização de terras ocupadas.*

Apesar da *ocupação desordenada, a maioria das encostas de São Gonçalo ainda não sofre ocupação de favelas* e há *políticas de defesa contra inundações e degradação ambiental.* Existe também uma *parceria entre a Uerj e a Defesa Civil para monitoramento pluviométrico e identificação de áreas de risco de enchentes e de movimento de terra.*

Segundo o grupo, *as enchentes no município são provocadas pela falta de manutenção da rodovia Rio-Manilha, que bloqueia a passagem da água.*

Os participantes afirmam que *faltam conservação das ruas e dos prédios públicos* e instalação de *placas com nomes de rua e de sinalização.*

Mapa 5: Localização dos assentamentos precários em relação à área urbana nos municípios do Conleste



Fonte: UFF/ONU Habitat (2010).

Assentamentos precários – 1)

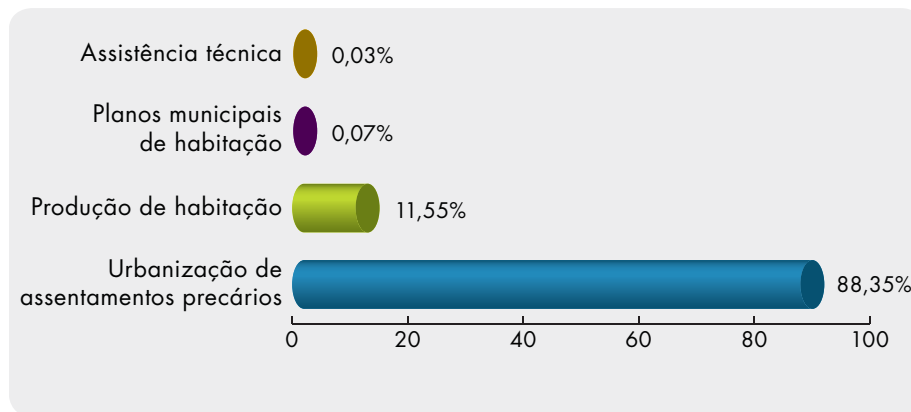
Favelas, vilas, mocambos; 2) Loteamentos irregulares e moradores de baixa renda; 3) Cortiços; 4) Conjuntos habitacionais degradados (Fonte: Ministério das Cidades).

O programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, está financiando 21 projetos habitacionais que deverão beneficiar 14 mil famílias em São Gonçalo. Alguns projetos estão em andamento, outros em fase de estudo de viabilidade ou aguardando a escolha de terrenos.

Há também projetos de regularização fundiária (urbanização e saneamento, melhorias habitacionais e construção de novas moradias). Um deles, localizado na Vila Esperança, vai beneficiar 500 famílias e conta com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O início das obras está previsto para este ano.

As ações previstas pelo PAC na área da Habitação para o período de 2007 a 2010 somam investimentos no valor de R\$ 120 milhões para a região do Conleste, assim distribuídos:

Gráfico 2: Distribuição dos investimentos do PAC nos municípios do Conleste



Fonte: Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste. Ano 2009 – Relatório do Termo Aditivo

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Incentivo à gestão territorial

■ Gestão Pública

1. Integrar as Secretarias e Subsecretarias Municipais, em relação ao uso e controle de ocupação do solo.
2. Organizar o planejamento urbano, por meio do do Plano Diretor.
3. Implementar o Plano Local de Habitação de Interesse Social.
4. Utilizar o Urbanizador Social como instrumento de gestão das áreas urbanas.

■ Comunicação

5. Divulgar as ações do Conselho Municipal de Políticas Urbanas.
6. Incentivar a participação popular nas tomadas de decisão relacionadas às políticas públicas na área da habitação:

■ Articulação

7. Utilizar o Fórum da Agenda 21 Local como mecanismo de controle social voltado para a habitação.

● Ações para evitar a ocupação de áreas de risco

■ Planejamento

1. Desenvolver um plano de emergência para responder a eventuais acidentes.
2. Criar um plano de remoção de moradores que residem em áreas de risco.
3. Realizar ações de reflorestamento nas áreas de risco, com a participação popular.

■ Fiscalização

4. Monitorar a ocupação de áreas de risco.
5. Fiscalizar, adequadamente, os programas de remanejamento de áreas de risco.

● Medidas para evitar a ocupação nas Áreas de Proteção Ambiental

■ Gestão Pública

1. Exigir o cumprimento do Plano Diretor, evitando possíveis ocupações na área de entorno das APAs.

■ Fiscalização

2. Acionar os fiscais ambientais, a partir de momento em que haja a ocupação irregular nas APAs da região.

■ Elaboração de programas

3. Elaborar programas de regularização fundiária, visando evitar a degradação ambiental.

● Combate à favelização

■ Infraestrutura

1. Estabelecer condições adequadas de moradias e assentamentos para as pessoas remanejadas.

■ Articulação

2. Formalizar parcerias público-privadas, de interesse comum, visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores de São Gonçalo (avaliar o critério paridade).

■ Gestão pública

3. Desapropriar as áreas não utilizadas para a construção de casas populares.
4. Destinar os recursos municipais para a melhoria e ampliação das moradias.

■ Planejamento

5. Priorizar a construção de casas populares, com financiamento da Caixa Econômica Federal.

■ Soluções Inovadoras

6. Utilizar materiais recicláveis e reaproveitáveis nas construções, com o objetivo de reduzir custos e gerar menos resíduos.

■ Fiscalização

7. Monitorar as áreas com o risco de favelização, por meio de fiscalização permanente.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Crea . Defesa Civil . Empresas ligadas ao Comperj . IBGE . Inea . Iterj . Lideranças Comunitárias . MP . OAB . ONGs . Pedreira Anhanguera - Empresa de Mineração . Prefeitura Municipal de Niterói . Secretarias Municipais (Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Infraestrutura, Urbanismo e Habitação) . Sindicatos . Subsecretaria Municipal de Comunicação . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . Bird . BNDES . Caixa Econômica Federal .
Fundo Setorial de Transporte . Defesa Civil . Empresas ligadas
ao Comperj.

SANEAMENTO

Saneamento ambiental é o conjunto de práticas voltadas para a conservação e a melhoria das condições do meio ambiente em benefício da saúde. Envolve abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de doenças transmissíveis.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE, em 2009, 62,6% dos domicílios brasileiros urbanos eram atendidos, ao mesmo tempo, por rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta, porém com grande disparidade entre as regiões do País (13,7% no Norte e 85,1% no Sudeste). Consequência da rápida urbanização do País, esse quadro indica que o saneamento é um dos pontos mais críticos da crise urbana no Brasil e demanda medidas urgentes da maioria dos municípios brasileiros.

Além do comprometimento ambiental resultante da ausência de saneamento adequado, são consideráveis as perdas econômicas e sociais causadas pela morbidade e mortalidade que atingem principalmente as crianças. O Ministério da Saúde estima que cada R\$ 1 investido em saneamento retorna em R\$ 5 de custos evitados no sistema de saúde pública.

São Gonçalo ainda não conta com um Plano Municipal de Saneamento.

Esgoto Sanitário

De acordo com informações da Cedae para o estudo ONU-Habitat/UFF, em 2008 apenas 5.635 (1,6%) dos 340.645 domicílios particulares urbanos em São Gonçalo estavam ligados à rede de esgoto, caracterizando uma situação de extrema precariedade.

Segundo estudo publicado pela ONG Trata Brasil, o município encontra-se entre os piores do País em termos de cobertura de esgotamento sanitário.

A situação descrita pelos membros do Fórum da Agenda 21 destaca a *falta de saneamento básico*, a existência de *esgoto a céu aberto e sem tratamento*, e a *falta de mais Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs)*.

Também foi identificada a *falta de um cinturão de coleta de efluentes líquidos para tratamento adequado, causando malefícios, como poluição dos mares e rios, odor insuportável da orla marítima e decadência da pesca no município*.

Por outro lado, encontra-se em *implantação o sistema de saneamento básico nas áreas de Jardim Catarina, Salgueiro e Rio Imboassu (PAC)* e foi identificado potencial para *ETEs com reutilização dos gases em projetos sustentáveis sociais*.

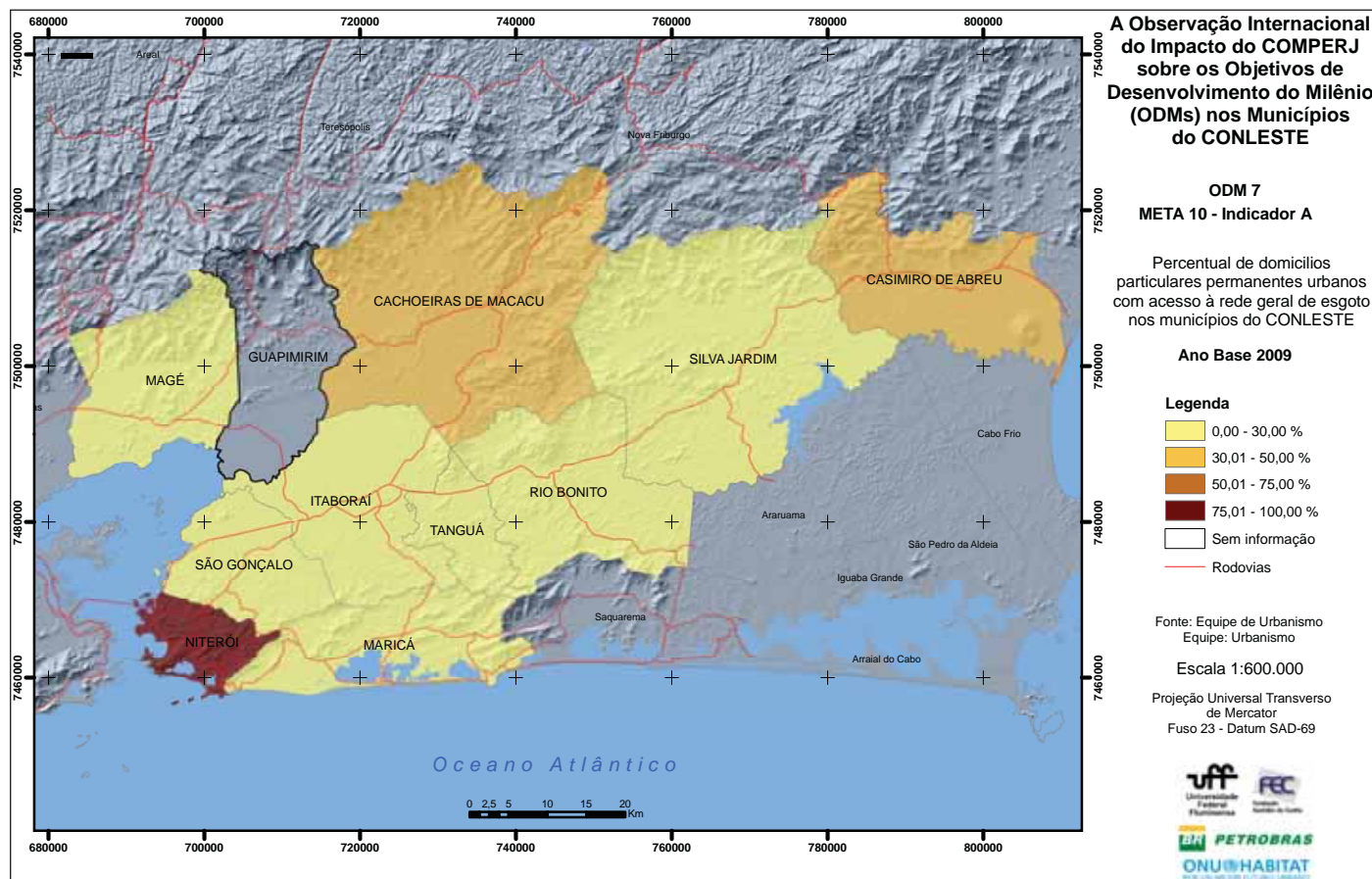
Os projetos do município para a área de saneamento incluem a construção de rede de coleta de esgoto, estação de tratamento e implantação de fossas-filtro, além de implantação de rede de abastecimento de água, que vão beneficiar mais de 170 mil famílias. Já estão liberados para estes projetos R\$ 56 milhões em recursos do PAC.

Também está prevista a revisão e a retomada do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara em todo o município, o que inclui a finalização das ligações residenciais à rede principal e desta às subutilizadas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs). Esta obra vai consumir R\$ 20 milhões de recursos do PAC/Cedae. Os dados constam do Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio do Conleste e referem-se a 2009.

Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) – Infraestrutura que trata as

águas residuais de origem doméstica e/ou industrial, comumente chamadas de esgotos sanitários ou despejos industriais. Após o tratamento, são escoadas para o mar ou rio com um nível de poluição aceitável (ou, então, são “reutilizadas” para usos domésticos), através de um emissário, conforme a legislação vigente para o meio ambiente receptor.

Mapa 6: Percentual de domicílios particulares urbanos com acesso à rede geral de esgoto nos municípios do Conleste no ano de 2008



Fonte: UFF/ONU Habitat (2010).

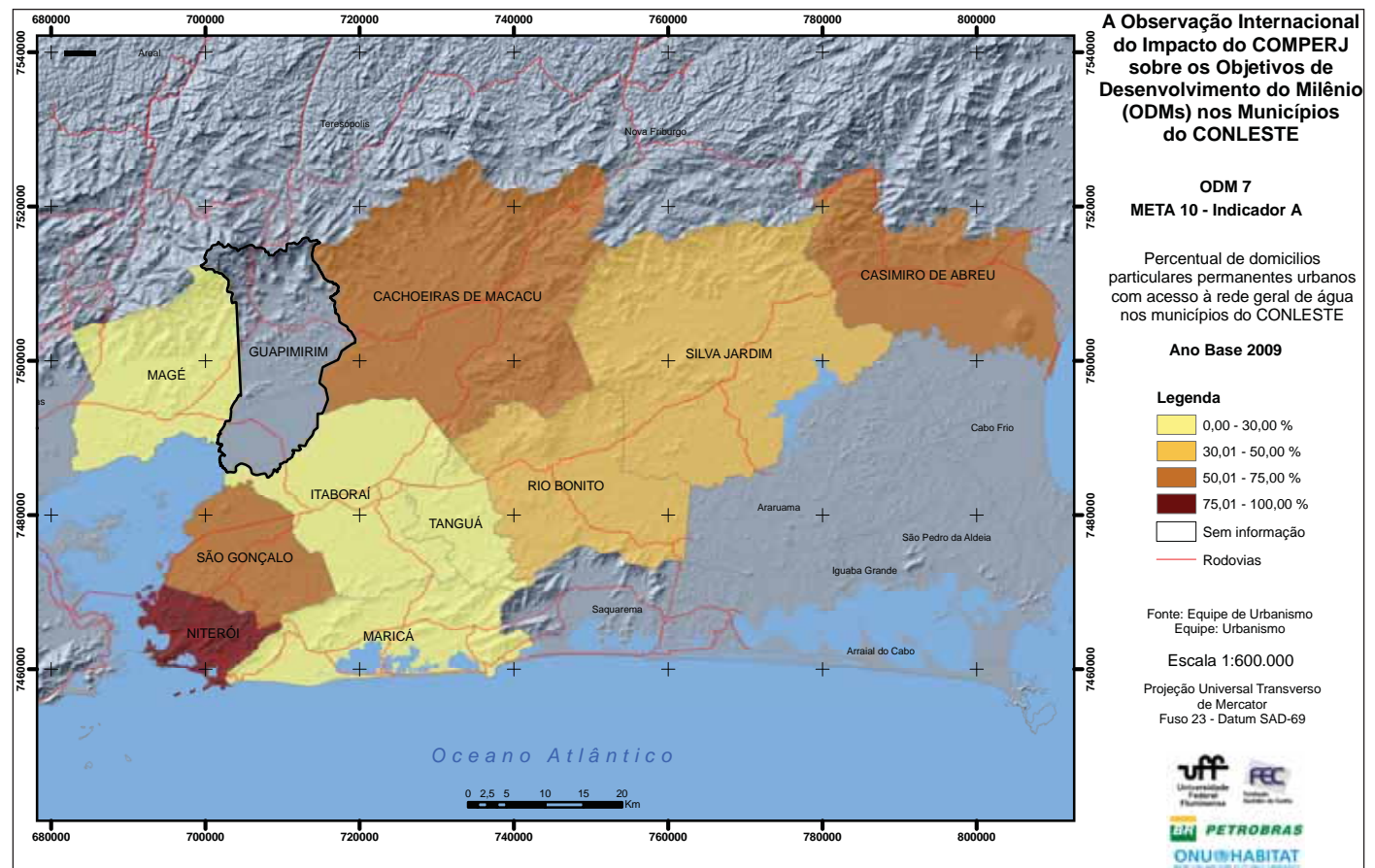
Abastecimento de Água

O aumento do número de residências não foi acompanhado pela ampliação dos serviços de abastecimento de água. Entre 2006 e 2008 houve, na realidade, uma redução de 22,83% no número de unidades atendidas por esse serviço⁴. Em 2008, a água chegou a 33,38 dos domicílios particulares urbanos, ficando abaixo da média do Conleste (45,57%) Tal situação levou os participantes a afirmarem que *falta água potável* no município.

A existência da *Estação de Tratamento Imunana Laranjal* foi considerada uma potencialidade.

⁴ Segundo a Ceda, esta redução do número de ligações deve-se à desativação das extremidades de alguns ramais da rede devido a problemas técnicos de abastecimento de água.

Mapa 7: Percentual de domicílios particulares urbanos com acesso à rede geral de água nos municípios do Conleste no ano de 2008



Fonte: UFF/ONU Habitat (2010).

Resíduos Sólidos

Segundo os participantes, cerca de 65% dos resíduos sólidos do município são *coletados* e encaminhados a um *aterro controlado (lixão)* em final de vida útil, *mal localizado* (próximo a uma APA) e *em situação irregular*.

Os participantes reclamaram da *falta de coleta dos resíduos sólidos* e da *inexistência de monitoramento do poder público para coleta seletiva*. Foi informado na prefeitura que o recolhimento é feito por empresa particular e destinado ao Aterro Sanitário de Itaoca. O lixo inerte (resíduos de obras e outros) é recolhido por outras empresas credenciadas. Em áreas de risco, a situação da coleta de lixo é crítica e na área rural é praticamente inexistente.

Os participantes reclamaram que *não há aterro sanitário no município, nem gestão integrada de resíduos sólidos, faltando políticas de manejo para o setor de resíduos sólidos e efluentes líquidos e eficiência na coleta, transporte,*

Aterros – Existem três formas de disposição de resíduos em aterros: os aterros sanitários, para onde são destinados os resíduos de origem urbana (domésticos, comerciais, públicos, RSSS etc.), industriais (somente resíduos de origem industrial, considerados perigosos Classe I – NBR 10004) e os aterros controlados para lixo residencial urbano, onde os resíduos são depositados, recebendo depois uma camada de terra por cima. Na impossibilidade de se proceder à reciclagem do lixo, pela compostagem acelerada ou pela compostagem a céu aberto, as normas sanitárias e ambientais recomendam a adoção de aterro sanitário e não controlado.

tratamento e destinação final dos resíduos sólidos. Eles demonstraram preocupação com o aumento da produção desse tipo de resíduo com a instalação do Comperj.

Por outro lado, *existem condições adequadas para a criação de um aterro sanitário, já tendo sido realizada uma licitação e escolhido o local.* De acordo com o Plano Diretor Metropolitano de Resíduos Sólidos, existe contrato de concessão por vinte anos com empresa que está solicitando Licença Prévia (LP) para a nova área. O grupo também indicou a *possibilidade de implantação de biodigestores.*

Os participantes mencionaram a necessidade de *implantação de políticas públicas que estimulem e organizem a coleta sustentável, definindo postos fixos de coleta seletiva e seleção do lixo residencial, beneficiando as cooperativas de catadores. Há oportunidades de negócios com recicláveis.*

A coleta de resíduos tóxicos (pilhas e baterias) é disponível apenas através do programa realizado pelo Banco Real, que não é suficiente. Os participantes informaram também que *falta programa público de coleta de resíduos hospitalares.*

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Melhoria do abastecimento água no município**

■ **Gestão Pública**

1. Ampliar a capacidade da Estação de Tratamento de Água Laranjal, atendendo a todos os bairros do município.

■ **Planejamento**

2. Promover visitas à Estação de Tratamento de Imunana-Laranjal, para que a população conheça todo o processo, desde a captação da água até chegar às casas.
3. Regularizar e qualificar os trabalhadores que atuam na perfuração de poços artesianos.

■ **Fiscalização**

4. Fiscalizar a exploração de poços semi-artesianos, aliado à legalização e monitoramento dos já existentes e das concessões futuras.

● **Incentivo à coleta seletiva e reciclagem**

■ **Elaboração de programas e projetos**

1. Elaborar projetos específicos para a implantação e o monitoramento da coleta sustentável.
2. Elaborar um projeto-piloto de coleta seletiva, com um cronograma estabelecido, visando a sua implantação em todo o município.

■ **Infraestrutura**

3. Instalar usinas de tratamento e processamento de resíduos sólidos, destinando o seu produto às cooperativas de catadores.
4. Ampliar o número de cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos, para que cada bairro conte com pelo menos uma delas.

■ **Articulação**

5. Estabelecer parcerias entre as cooperativas de catadores e a concessionária coletora de lixo, repassando aos catadores os valores referentes à tonelage de lixo coletado e beneficiado pelas mesmas.

■ **Planejamento**

6. Aplicar os princípios dos 3Rs (Reduzir, Reciclar e Reutilizar), em todos os órgãos públicos da cidade.
7. Promover ações voltadas para o consumo consciente e reciclagem.

8. Implementar a coleta seletiva nas escolas municipais e privadas.

■ **Comunicação**

9. Utilizar os veículos de comunicação local para promover campanhas de educação ambiental.

10. Criar programas de divulgação sobre a os problemas causados pelo lixo e os benefícios da coleta seletiva.

11. Incentivar as empresas instaladas na região a adotarem um programa de geração de resíduos.

● **Ações para encerrar as atividades do lixão de Itaoca**

■ **Fiscalização**

1. Criar um sistema de monitoramento do lixão.
2. Fiscalizar a utilização dos equipamentos de destinação do lixo hospitalar no lixão.

■ **Infraestrutura**

3. Instalar um aterro sanitário, consorciado com os municípios limítrofes.

■ **Estudos técnicos**

4. Incentivar a pesquisa e a utilização de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.

● **Melhoria no atendimento da coleta de lixo**

■ **Gestão pública**

1. Criar uma empresa municipal de coleta de lixo.

■ **Elaboração de programas e projetos**

2. Elaborar projetos voltados para a formação de garis comunitários.

■ **Planejamento**

3. Ampliar os serviços de coleta de lixo, de forma a atender todas as localidades do município.

4. Estabelecer um calendário de coleta de lixo, indicando os respectivos locais, data e hora.

■ **Infraestrutura**

5. Adequar os caminhões de coleta de lixo às normas ambientais vigentes.

6. Prover equipamentos de segurança para os trabalhadores que atuam na coleta de lixo.

● Medidas para melhorar o sistema de esgoto

■ Infraestrutura

1. Construir uma rede primária de esgoto e elevatórias para atender todos os bairros do município.
2. Criar centrais de tratamento de esgoto para cada cinco a dez bairros, criando um mecanismo de recolhimento do esgoto sanitário, residencial e industrial.
3. Construir fossas anaeróbicas para localidades de menor densidade populacional, utilizando o sistema de coleta “vac-all”.

● Estratégias para evitar a queima do lixo

■ Comunicação

1. Informar a população sobre os malefícios causados pela queima do lixo, por meio de campanhas publicitárias.

■ Capacitação

2. Capacitar os agentes ambientais para coibir a queima do lixo em terrenos baldios.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal. Cedae. Empresas ligadas ao Comperj. FGV. Inea. Ministério das Cidades. Prefeitura Municipal. SEA. Secretarias Municipais (Administração, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Planejamento, Educação, Obras, Saúde). Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES. Empresas ligadas ao Comperj. Fecam. Finep. LOA. Ministérios (Cidades, Minas e Energia, Meio Ambiente).

MOBILIDADE E TRANSPORTE

Praticamente todos os aspectos da vida moderna estão ligados a sistemas de transporte que permitem o deslocamento de pessoas, matérias-primas e mercadorias. Nosso ambiente, economia e bem-estar social dependem de transportes limpos, eficientes e acessíveis a todos. No entanto, os meios de transporte disponíveis são insustentáveis e ameaçam a qualidade de vida e a saúde da população e do planeta.

Nos últimos 30 anos, os investimentos públicos no Brasil privilegiaram a infraestrutura voltada para a circulação dos automóveis. Além da poluição atmosférica e sonora, este modelo de transportes gera um trânsito caótico e violento, que causa acidentes com milhares de mortes todos os anos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o setor de transportes já é responsável por um quarto das emissões de dióxido de carbono em todo o mundo. A tendência é que entre 2005 e 2030 essas emissões aumentem 57%, sendo 80% deste crescimento nos países em desenvolvimento e, em sua grande maioria, provenientes de carros particulares e caminhões.

Sistemas de transportes sustentáveis demandam uma boa distribuição de serviços nos bairros, de forma a reduzir a necessidade de deslocamentos, assim como transporte público de qualidade e ciclovias.

O município de São Gonçalo está estudando a elaboração de um Plano Diretor de Transporte Urbano. Há preocupação com o *monopólio do transporte público*, que, aliado ao *desconhecimento do Plano Diretor* e à *inexistência do Conselho de Transporte*, leva a uma série de deficiências no atendimento à população. Apesar de haver *vias de acesso aos municípios vizinhos da Baía de Guanabara*, *faltam transportes para os grandes centros*, *assim como vias rápidas e transporte coletivo eficiente*.

São Gonçalo não possui uma rodoviária, mas a estimativa é de que a maioria dos bairros é servida por ônibus. *Falta investimento no transporte e fiscalização do poder público*.

Atualmente, a ligação de São Gonçalo com os outros municípios é feita por ônibus e vans, que ligam os bairros do município entre si e a Niterói, Rio de Janeiro (Centro, Méier, Campo Grande, Estácio, Praça da Bandeira e Vila Isabel), Magé e Maricá. Existe empresas que oferecem transporte com acesso a cadeirantes.

Considerando dados do IBGE e do Denatran para 2009, São Gonçalo tinha, naquele ano, uma frota de 152.478 carros particulares, o que representava uma média de um carro para cada 6,5 habitantes.

Plano Diretor – Lei municipal que estabelece diretrizes para a adequada ocupação do município, determinando o que pode e o que não pode ser feito em cada parte do mesmo. É o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural e na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida à população.



O município tinha uma rede ferroviária que foi desativada, e o grupo informou que *falta investimento em veículos leves sobre trilhos e terminal marítimo de passageiros e cargas pesadas*. Eles também apontaram, considerando a importância dos transportes para a sustentabilidade, a *falta de ciclovias e de áreas de lazer*, além de *estudo de impacto viário*.

Apesar de a maioria dos bairros ser servida por ônibus, o transporte público é considerado ineficiente

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Fortalecimento do setor de transportes

■ Gestão pública

1. Elaborar um projeto de lei que estabeleça a criação do Conselho Municipal de Transportes, distribuindo tarefas e responsabilidades entre os setores envolvidos (governo, empresas e sociedade civil organizada).
2. Discutir no âmbito do Plano Diretor Municipal, o planejamento integrado do transporte no município.

■ Planejamento

3. Promover a participação da população na elaboração e divulgação das propostas do Plano Diretor Municipal.

■ Articulação

4. Promover a articulação do Fórum da Agenda 21 Local com o Conselho Integrado de Segurança Pública Municipal, que também trata das questões relacionadas ao tema mobilidade e transporte.

● Organização do transporte público

■ Gestão pública

1. Promover políticas públicas em defesa do transporte coletivo.
2. Integrar ações municipais e estaduais, visando o cumprimento dos contratos vigentes com as empresas de transporte.
3. Revisar as concessões de transporte público.
4. Abrir novas concessões para linhas que atenderão regiões onde o transporte público é deficiente.
5. Estudar a melhor estratégia para a utilização do transporte coletivo alternativo.
6. Reduzir o valor das passagens.

■ Planejamento

7. Racionalizar os serviços de transporte público.

■ Infraestrutura

8. Ampliar o serviço de transporte fornecido pela Prefeitura, sem custos adicionais a todos os estudantes, pessoas com deficiência e da terceira idade.
9. Criar um consórcio para a construção de um terminal rodoviário no Terceiro Distrito, onde existe espaço.
10. Promover a reativação da linha férrea.

11. Estudar a viabilidade de implementação do metrô de superfície, ligando São Gonçalo aos municípios de Itaboraí e Niterói.

● Melhoria na infraestrutura de mobilidade

■ Planejamento

1. Reordenar o espaço viário, com o objetivo de contemplar todos os veículos (carros e bicicletas).

■ Infraestrutura

2. Criar alternativas para a desobstrução das principais vias de acesso do município.
3. Pavimentar as vias de acesso principais e secundárias.
4. Priorizar a utilização do piso inter-travado nas vias secundárias.

■ Elaboração de projetos

5. Reativar o Projeto Rio - Manilha.

● Estimulo à utilização do transporte hidroviário

■ Infraestrutura

1. Implementar o projeto de transporte hidroviário que liga São Gonçalo à Praça XV e a Paqueta.
2. Estudar a viabilidade da ampliação do sistema hidroviário, visando desafogar as vias terrestres do entorno da Baía de Guanabara.

Possíveis parceiros

Alerj . ANTT . Câmara Municipal . Coppe – UFRJ . DER . Detro . Dnit . Fetranpor . Firjan . Inea . Marinha do Brasil . Ministérios (Educação, Transportes) . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretarias Estaduais (Educação, Transporte) . Secretarias Municipais (Infraestrutura, Urbanismo e Habitação, Transporte, Fazenda) . Sest-Senat . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . Bird . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT – Energ . CT – Transporte . DER . Finep . LDO . PAC.

SEGURANÇA

Justiça e paz são aspirações humanas legítimas. Sua falta representa uma perda para a qualidade de vida. Segurança é um tema que transcende as ações policiais e judiciais de repressão e contenção da violência armada e prevenção de mortes.

Relaciona-se diretamente com a redução da evasão escolar, distribuição de renda, inclusão social, atenção básica à saúde, reforma urbana e rural, e solução das questões habitacionais. Ao tratar do tema, também é preciso dedicar atenção especial às questões que envolvem violência doméstica, de gênero, racismo e todo tipo de intolerância.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), só a criminalidade violenta custa cerca de R\$ 140 bilhões por ano ao País. Os custos totais da criminalidade são estimados em 10% do PIB brasileiro. Portanto, segurança pública também está relacionada a desenvolvimento econômico.

No Rio de Janeiro, com indicadores de segurança no mesmo patamar dos de países em guerra, o desafio da construção de um Estado seguro e acolhedor para seus cidadãos é a questão de fundo por trás de todos os objetivos. Conquistar a redução e o controle da violência armada implica compromissos e processos de longo prazo, com financiamento continuado e envolvimento de amplos setores da sociedade, aliados a políticas públicas eficazes.

Em São Gonçalo, como em todos os municípios do estado, a Secretaria Estadual de Segurança (Seseg) é o órgão responsável pela segurança pública. A partir de 1999, para estruturar o setor, foram criadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), que reúnem um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Pmerj) e uma ou mais Delegacias de Polícia Civil (Pcerj).

Cada Aisp criou um Conselho Comunitário de Segurança para avaliar a área e a qualidade do serviço prestado pela polícia com a gestão participativa da sociedade, contribuindo para a adoção de soluções integradas e para o acompanhamento dos resultados das medidas adotadas. O município de São Gonçalo é atendido pela Aisp 7 e, além do 7º BPM, possui quatro delegacias.

Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), o Estado do Rio de Janeiro fechou o mês de janeiro de 2010 com significativa redução em alguns crimes, quando comparados ao mesmo mês do ano anterior: 17,6% nas incidências de homicídio, 24,4% nos roubos de veículo, 15,7% nos roubos de rua, 31,5% nos roubos em coletivos, 13,4% nos roubos de aparelhos celulares e 13,9% nos roubos a transeunte. Já o crime de latrocínio apresentou um aumento de 46,2% (de 13 para 19). Os dados desagregados por ocorrências registradas pela Polícia Civil (72ª, 73ª, 74ª e 75ª DPs) indicam que, em 2009, foram feitos

32.440 registros de ocorrências criminais nestas delegacias. Chama a atenção o total de roubos a transeuntes, lesões corporais e ameaças físicas.

São Gonçalo conta com uma Guarda Municipal, cujo efetivo é de 301 profissionais, todos concursados, capacitados localmente e habilitados para trabalhar com trânsito, proteção do patrimônio e ronda escolar. Na área de segurança atuam o Batalhão Florestal e a Polícia Militar.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Gestão da segurança pública e suas demandas**

■ **Gestão pública**

1. Priorizar os serviços de inteligência.
2. Criar um Plano de Cargos e Salários para os profissionais de segurança pública.
3. Integrar a Secretaria Municipal de Segurança com a Guarda Municipal nas ações de policiamento urbano.

■ **Capacitação**

4. Capacitar os profissionais da área de segurança pública, considerando critérios de humanidade, sociabilidade, respeito à vida, ética e transparência.

■ **Planejamento**

5. Planejar as ações de segurança pública com base nos diagnósticos e estatísticas disponíveis.

■ **Infraestrutura**

6. Ampliar e qualificar o efetivo de segurança pública no município, valorizando e equipando seus profissionais.
7. Melhorar a iluminação pública, sobretudo em áreas de risco, elevados e vias secundárias.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Empresas ligadas ao Comperj . FGV . Guarda Municipal . ISP . Ministério da Justiça . MP . OAB . ONGs . Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro . Pmerj . Prefeitura Municipal . Secretaria Municipal de Segurança Pública . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Comissão Europeia . Empresas ligadas ao Comperj . Governo do Estado do Rio de Janeiro . Pronasci . LOA . LDO.



Piscinão de São Gonçalo

GOVERNO DO Rio de Janeiro
SOMANDO FORÇAS





3

Ordem Social

EDUCAÇÃO



Faltam investimentos para melhorar as escolas em São Gonçalo

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação, em todas as suas formas, molda o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos com habilidades, perspectivas, conhecimento e valores necessários para se viver e trabalhar.

O capítulo 36 da Agenda 21 Global afirma que a educação e a consciência pública ajudam as sociedades a desenvolver plenamente suas potencialidades e que o ensino, tanto formal quanto informal, é indispensável para modificar a atitude das pessoas, de forma a capacitá-las para avaliar e enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Para despertar a consciência ambiental e ética, também são fundamentais valores e atitudes, técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública efetiva nos processos decisórios.

Segundo o Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste (2009), o acesso ao Ensino Fundamental é praticamente universalizado nas grandes cidades brasileiras, e, em geral, as crianças chegam a ele na idade adequada. Todavia, o índice de reprovação ainda é elevado, o que impede que muitas concluam esse nível de ensino.

Apesar da adoção de políticas para reverter essa situação, continuam altas as taxas de reprovação, demandando ações mais eficazes de correção do fluxo escolar. Entre elas se incluem maior atenção às condições materiais de trabalho na escola, aumento do tempo de permanência dos alunos em suas dependências e investimentos na formação de professores e educadores.

O município de São Gonçalo, segundo dados da Fundação Cide em 2006⁵, possuía 218 escolas de Educação Infantil, 318 de Ensino Fundamental, 88 de Ensino Médio, 76 de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e 16 de Educação Especial. Os participantes do Fórum da Agenda 21 Local temem que, com o *crescimento populacional, possa ocorrer falta de vagas escolares*.

O grupo apontou que há *falta de investimentos em educação fundamental e técnica* para melhorias quantitativas e qualitativas, percepção confirmada pelas notas do município no Índice de Desenvolvimento na Educação Básica (Ideb, 2007). Tendo como parâmetro o melhor resultado nacional, que foi de 6,0, São Gonçalo obteve 3,8 para as séries iniciais e 3,4 para as séries finais. Um dos motivos identificados para os maus resultados do ensino no município foi a *falta de integração entre pais e escolas*.

⁵ Em 31/03/2009, a Fundação Cide foi incorporada à Fesp, que passou a se denominar Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – Ceperj.

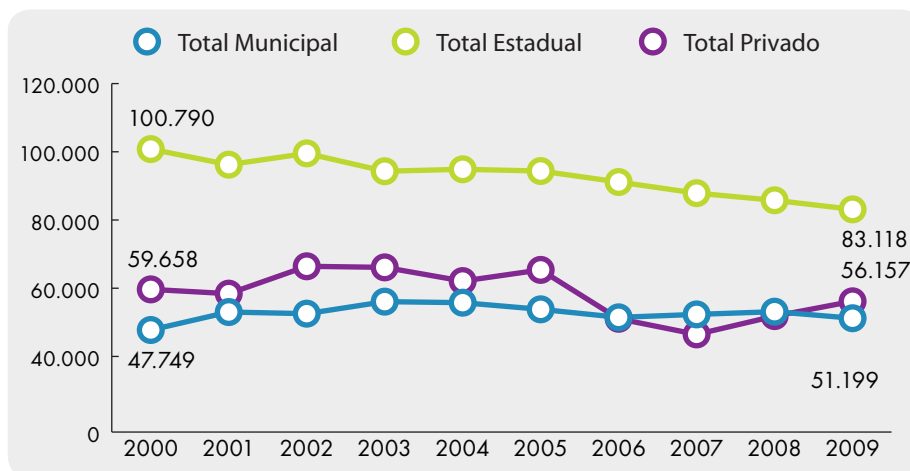
Tabela 1: Idebs observados nos anos de 2005, 2007, 2009 e metas para a rede municipal em São Gonçalo

Município	Ideb observado			Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	3,8	3,8	3,9	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4	5,7	6,0
Anos finais	2,9	3,4	3,1	3,0	3,1	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar (2010).

Os dados indicam que, embora a Educação Infantil e o Ensino Fundamental sejam responsabilidade do município, parte considerável do atendimento nesses níveis é feita por instituições privadas, e a oferta de creches não atende à demanda.

Gráfico 3: Número de matrículas



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (2010)

Os participantes do Fórum reconhecem como pouco expressivo o número de instituições de Ensino Superior existentes no município – quatro privadas e uma pública (Uerj, a universidade aberta) – e indicaram que há necessidade de *umentar* a oferta deste nível de ensino *no município*. Também foi apontada a *carência de ofertas de vagas em cursos técnicos, profissionalizantes, de inclusão digital e outros voltados para temas socioambientais*.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Foi criado em 2007 para medir a qualidade da educação, estabelecendo uma escala que vai de zero a dez. É calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Ou seja, quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será a sua classificação. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. Em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Fortalecimento da educação

■ Gestão pública

1. Ampliar a rede pública escolar.
2. Criar uma equipe técnica que avalie, oriente e encaminhe familiares e responsáveis dos alunos ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras), onde existem programas de geração de renda.

■ Infraestrutura

3. Criar um centro de pesquisa para acompanhar e divulgar as necessidades na área de educação, de acordo com o crescimento da população de forma a embasar a tomada de decisões pelas autoridades municipais e pelo Fórum da Agenda 21 Local.
4. Construir bibliotecas públicas, atualizando o acervo da única biblioteca do município com a inclusão de livros em braille.

■ Planejamento

5. Ampliar os projetos de leitura nas escolas.

■ Elaboração de programas

6. Elaborar programas de orientação vocacional e acompanhamento dos alunos nas escolas e criar oficinas nas mesmas.

■ Articulação

7. Fortalecer a parceria entre a escola e a comunidade, dando continuidade aos programas governamentais existentes.

■ Comunicação

8. Divulgar todos os programas educacionais existentes no município.

■ Capacitação

9. Promover a qualificação e atualização de todos os profissionais de educação do município, incluindo a formação nas linguagens Libras e braille.

● Reestruturação do ensino técnico

■ Planejamento

1. Identificar as demandas profissionais regionais para atualização da oferta de cursos técnicos.

2. Promover a retomada das atividades do Sistema S.

■ Infraestrutura

3. Instalar escolas técnicas públicas, com profissionais qualificados no corpo docente.

■ Elaboração de projetos

4. Implantar um projeto de ensino integral técnico, privilegiando a educação formal e profissional em turnos diferentes, vinculado a uma bolsa estágio nas escolas estaduais.

● Programa de acesso ao Ensino Superior

■ Articulação

1. Articular a instalação de *campi* de universidades públicas no município, oferecendo cursos em diversas áreas de interesse.
2. Articular a vinda, para o município, de uma escola referência de medicina e enfermagem, com hospital universitário.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Empresas ligadas ao Comperj . Ministérios (Educação, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Saúde, Desenvolvimento Social). Petrobras . Prefeitura Municipal . Rádios Comunitárias . Secretarias Estaduais (Meio Ambiente, Educação, Cultura, Saúde e Desenvolvimento Social) . Sesi . Senai . Senac . Senat.

Possíveis fontes de financiamento

Banco Mundial . Coca-Cola . CT Infra. Empresas ligadas ao Comperj . Finep . Frida . Fundação Telefônica . IBM . ISF . Instituto C&A Desenvolvimento Social . Instituto Credicard . Ministérios (Educação, Cultura) . Prêmio Itaú Unicef Educação e Participação.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trata-se de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente e dos bens de uso comum, essenciais à qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Seu papel é educar e conscientizar as populações sobre a importância da preservação do meio ambiente, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, opções de subsistência e oportunidades para melhorar sua qualidade de vida, mostrando que as comunidades locais são as principais beneficiárias das atividades de conservação.

No Brasil, para que esses objetivos sejam atingidos, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02) estabelece que os temas ambientais devem estar presentes durante todo o processo de escolarização, até o Ensino Superior, de forma transversal, em todos os níveis e disciplinas.

Para que uma Agenda 21 Local seja bem-sucedida, é necessário um amplo entendimento dos propósitos e do conteúdo da Agenda 21. Assim, a Educação Ambiental tem uma importância central neste processo. É por meio dela que se pode promover a capacidade de compreensão das questões ambientais e do desenvolvimento, que levam à participação no processo e à mudança de valores necessários à construção de um mundo sustentável.

São Gonçalo conta com a *Subsecretaria de Educação Ambiental e com o interesse dos professores pelas questões do meio ambiente. Há um trabalho já desenvolvido de Educação Ambiental nas escolas, mesmo que de baixa amplitude e sem atingir todas elas, já que há escassez de recursos.*

Segundo o grupo, também *faltam investimentos e incentivo para maior conscientização dos jovens sobre a preservação do meio ambiente e para ampliar o conhecimento sobre o tema e oferecer mais orientação à população.*

Entre as ações já realizadas estão o *Centro de Educação Ambiental Protetores da Vida* e a *Sala Verde*, que são parcerias com o Ministério do Meio Ambiente para estimular a comunidade a desenvolver ações socioambientais que promovam a melhoria da qualidade de vida do município, além de disponibilizar aos usuários uma vasta documentação relativa à área ambiental de todo o Brasil.

Segundo os participantes, apesar da *receptividade para implantação de programas educacionais voltados para a ecologia, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável*, é sentida a *ausência destes programas* envolvendo novas áreas e integrando o município.



Centro de Educação Ambiental da APA do Engenho Pequeno

A Prefeitura de São Gonçalo, através da Secretaria de Meio Ambiente e do Instituto Iguazu de Pesquisa e Preservação Ambiental (IIPPA), firmou um convênio de cooperação para a conservação, recuperação e proteção da APA do Engenho Pequeno, o desenvolvimento de projetos ambientais nas escolas da rede pública e também do Centro de Educação Ambiental no bairro Porto do Rosa.

Em São Gonçalo, o Projeto Re-Cooperar (Programa de Desenvolvimento e Cidadania para Catadores de Material Reciclável Urbano) atua por meio da ONG Guardiões do Mar, com o objetivo de instituir uma rede regional de pré-beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis nos municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, atendendo diretamente a 300 catadores e indiretamente a 1.050 famílias de catadores.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Difusão da Educação Ambiental**

■ **Capacitação**

1. Capacitar a população local para a formação de multiplicadores de informações sobre o desenvolvimento sustentável.

■ **Articulação**

2. Criar parcerias que viabilizem recursos para os projetos de proteção ambiental nas escolas.

■ **Planejamento**

3. Realizar atividades de Educação Ambiental nas escolas para promover a cultura de preservação dos recursos naturais.
4. Planejar projetos pedagógicos participativos, para todas as disciplinas, com foco em meio ambiente.
5. Criar Coletivos Jovens, para aproximar comunidade e o empresariado nas atividades de Educação Ambiental.
6. Criar incentivos fiscais para contemplar a educação socioambiental.

■ **Gestão pública**

7. Elaborar políticas públicas municipais para conscientizar sobre a necessidade de mudança de comportamento nas questões ambientais, em parceria com as escolas.

■ **Elaboração de programas e projetos**

8. Elaborar programas e projetos voltados para a Educação Ambiental de jovens e crianças.

■ **Comunicação**

9. Apoiar e divulgar as ações da Subsecretaria Municipal de Educação Ambiental.
10. Dar maior divulgação sobre a realização das Conferências Infantojuvenis.
11. Divulgar os projetos ambientais existentes, para que mobilizem toda a população, com foco especial na Agenda 21.

Possíveis parceiros:

Associações . Cooperativas . Escolas . Ibama . Inea . ONGs . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Educação, Turismo e Cultura) . Sindicatos . Universidades . Veículos de comunicação local . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento:

Empresas ligadas ao Comperj . Fecam . Finep . Funbio . Fundação Ford . LOA . MEC . Shell . Unesco.

Desigualdades no acesso à produção cultural:

Entretenimento – Apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema alguma vez no ano; 92% dos brasileiros nunca visitaram museus; 93,4% dos brasileiros jamais conheceram alguma exposição de arte; 78% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar. Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.

Livros e bibliotecas – O brasileiro lê em média 1,8 livro *per capita*/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população. O preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25, elevadíssimo quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste.

Acesso à internet – 82% dos brasileiros não possuem computador em casa; destes, 70% não têm qualquer acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola).

Profissionais da cultura – 56,7% da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalham por conta própria.

Fonte: <http://www.unesco.org/pt/brasil/cultura/access-to-culture/#c37219>

CULTURA

Segundo a Unesco, a diversidade cultural, produto de milhares de anos de história e fruto da contribuição coletiva de todos os povos, é o principal patrimônio da humanidade. As civilizações e suas culturas também resultam da localização geográfica e das condições de vida que cada uma oferece, o que se traduz na riqueza e diversidade de formas de viver e sobreviver da espécie humana.

A cultura representa as formas de organização de um povo, seus costumes e tradições, que são transmitidos de geração a geração, como uma memória coletiva, formando sua identidade e, muitas vezes, mantendo-a intacta, apesar das mudanças pelas quais o mundo passa.

A identidade cultural é uma das mais importantes riquezas de um povo, pois representa um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos, historicamente compartilhados, que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Trata-se de um conceito de tamanha complexidade, que pode ser manifestado de várias formas e envolver situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos.

A diversidade cultural é um dos pilares da identidade brasileira e fator de sustentabilidade do desenvolvimento do País. O maior desafio nesta área é enfrentar a pressão que o desenvolvimento exerce sobre as estruturas tradicionais – sejam físicas, como sítios arqueológicos ou patrimônios históricos, sejam imateriais, como conhecimentos e práticas das populações.

Em São Gonçalo, segundo os participantes do Fórum da Agenda 21 Local, o *programa interdisciplinar nas escolas para identificar aspectos culturais e ambientais que resgatem a história do município e incentivem a cidadania* é insuficiente para atender ao *desejo de associar educação ambiental às iniciativas culturais*.

O compromisso com a preservação e enriquecimento da cultura de São Gonçalo pode ser exemplificado pelo trabalho do Grupo Folclórico Pastoral Dona Joaquina, composto em sua maioria por filhas e netas das antigas “brincantes” dos pastores de São Gonçalo do Amarante. O objetivo do grupo é a pesquisa e divulgação desse folguedo, que tem participação ativa nas festas tradicionais do município. São Gonçalo tem muitas outras tradições folclóricas e religiosas, como a Folia de Reis, o Corpus Christi, o Carnaval e o Movimento Groove do São.

O município possui importantes patrimônios histórico-culturais, como a Igreja Matriz São Gonçalo do Amarante (1601); a Fazenda Colubandê (século 17); a Fazenda Itaitindiba; a Fazenda Capela e a Praia da Luz; e as ruínas da Fazenda Engenho Novo do Retiro.

Há ainda muitos espaços culturais, ateliês e feiras na cidade, onde a população socializa sua cultura e as diferentes formas de expressá-la: Casa das Artes; Espaço de Artes Fórum (Zé Garoto); Atelier Arte e Vida; Galeria Sesc; Galeria de Artes S. Gonçalo; Galeria Heitor dos Prazeres (C. E. Ismael Branco); Feira de Artesanato da Rua Salvatori e Feira de Artesanato do Alcântara. O Sindicato dos Artesãos, fundado em 1996, atua como Associação desde 1988 e conta com mais de 600 filiados.

São Gonçalo possui 13 teatros/anfiteatros e nove centros culturais. São eles: Fundação de Artes São Gonçalo (Fasg); Espaço Cultural Prefeito Joaquim Lavoura; Espaço Cultural do Anexo da Prefeitura; Espaço Cultural do Icbeu; Espaço Cultural Porto da Pedra; Escola de Formação Musical Maestro Pixinguinha; Liga das Escolas de Samba de S. Gonçalo (Liessg); Instituto Gonçalense de Memória; Pesquisa e Promoção (Memor); Teatro Carequinha, na Escola Municipal Ernani Faria; Anfiteatro Carequinha, na Praça Zé Garoto; Teatro Sesc; Teatro SEST/Senat e o Espaço do Movimento de Mulheres em São Gonçalo.

O projeto Conhecer para Valorizar, da prefeitura, busca levar a cultura local e conhecimentos turísticos às escolas e está em busca de recursos para garantir sua continuidade.



Festa de Corpus Christi

A Capela da Luz é um dos patrimônios históricos preservados de São Gonçalo



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Resgate da cultura gonçalense

■ Planejamento

1. Mapear as ações das entidades culturais existentes na cidade.
2. Resgatar a função original do Centro Cultural Joaquim Lavoura.
3. Resgatar a memória cultural do município mediante a capacitação de jovens multiplicadores.
4. Captar recursos para financiar e ampliar as lonas culturais do município.
5. Promover um concurso de artesanato, tendo como tema os marcos históricos e culturais da cidade.

■ Gestão pública

6. Incluir a Conferência de Cultura no calendário e orçamento municipal.
7. Adequar a Legislação Municipal de Cultura.

■ Comunicação

8. Divulgar os resultados do mapeamento e informações relativas à memória cultural da cidade.

9. Criar campanha de divulgação dos pontos turísticos do município para aumentar a autoestima da população gonçalense.

Possíveis parceiros

Academia de Letras de São Gonçalo . Empresas ligadas ao Comperj . Fundação de Artes de São Gonçalo (Fasg) . ONGs . Petrobras . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretarias Municipais (Educação, Trabalho, Cultura). Sindicato dos Artesões de São Gonçalo . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Aid to Artisans . American Express Foundation . AT&T Foundation . Basf . Dupont . Empresas ligadas ao Comperj . Exxon . Fundação Educar DPaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e do Meio Ambiente . Fundação Ford . Fundação Iochpe . Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social . GE . General Motors . Instituto Itaú Cultural . Johnson & Johnson . MinC . Petrobras . Rockwell Automation do Brasil . Shell . Unesco.

SAÚDE

A Agenda 21 brasileira afirma em seu objetivo 7 – “Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS” – que a origem ambiental de diversas doenças é bem conhecida e que o ambiente natural e as condições de trabalho, moradia, higiene e salubridade, tanto quanto a alimentação e a segurança, afetam a saúde, podendo prejudicá-la ou, ao contrário, prolongar a vida.

Segundo a Agenda 21 Global, o desenvolvimento sustentável depende de uma população saudável. No entanto, os processos de produção e de desenvolvimento econômico e social interferem nos ecossistemas e podem colaborar para a existência de condições ou situações de risco que influenciam negativamente o padrão e os níveis de saúde das pessoas.

As principais questões ambientais que afetam a saúde humana envolvem a poluição decorrente da falta de saneamento, a contaminação do meio ambiente por poluentes químicos, a poluição atmosférica e os desastres ambientais.

Atualmente, além de se reconhecer a interdependência entre saúde, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e condições ambientais, aumenta a consciência de que a capacidade humana de interferência no equilíbrio ambiental acarreta responsabilidades da sociedade sobre seu destino e o da vida no planeta.

Em São Gonçalo, segundo dados do IBGE (2005), há 200 estabelecimentos de saúde, sendo 63 públicos e 137 privados. Esses números apontam a necessidade de *melhoria nas políticas públicas de saúde no município*, já que grande parte dos estabelecimentos é privada. Segundo o grupo, *falta planejamento e gestão na área da saúde*.

Além da necessidade de uma ação governamental efetiva no campo da saúde, observada pela *falta de incentivo à promoção das condições da saúde*, é preciso *capacitar melhor os funcionários que trabalham nos postos e hospitais*.

Apesar de haver no município *uma equipe de entomologia* para fazer diagnósticos mais precisos da dengue, o grupo acredita que ainda *faltam estatísticas reais de casos desta e de outras doenças*.

Sem a gestão governamental, muitas ações e projetos de melhoria da saúde são prejudicados. Dentre eles, segundo os participantes, destaca-se o *de redução de doenças respiratórias – que ainda não foi implantado e que depende de repasse de verbas federais específicas para esta finalidade*.

Estratégia Saúde da Família – O PSF/PACs (Programa de Saúde da Família) foi criado em 1994 para ampliar a atenção básica em saúde no Brasil e, entre seus objetivos, está a prevenção da gravidez na adolescência. Atualmente, é definido como Estratégia Saúde da Família (ESF), ao invés de programa, visto que o termo programa aponta para uma atividade com início, desenvolvimento e finalização. O PSF é uma estratégia de reorganização da atenção primária e não prevê um prazo para finalizar esta reorganização.

Para o grupo, o *Programa de Saúde da Família* é deficiente, principalmente com relação ao suprimento de medicamentos e à centralização do atendimento médico (*Médico de Família*). Além disso, nota-se a falta de programas de educação sexual, que é um dos temas acompanhados pelo PSF/PACs, que, em São Gonçalo, tem uma cobertura de 60,73%, de acordo com dados de fevereiro de 2010 fornecidos pelo Cegab/MS.

O Hospital da Mulher Gonçalense é referência na rede de saúde do município



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Plano de gestão da saúde

■ Comunicação

1. Realizar palestras em todos os bairros do município, visando à conscientização da população sobre seus direitos na área da saúde.
2. Realizar campanhas voltadas ao esclarecimento sobre a importância da saúde nas escolas, associações, PSFs, entre outros.

■ Gestão pública

3. Realizar audiências públicas para prestar esclarecimentos sobre ações, projetos e verbas da Secretaria Municipal de Saúde.
4. Estabelecer regras que tornem públicas as prestações de contas de clínicas, hospitais e postos de saúde conveniados pelo SUS
5. Solicitar ao poder público a realização de concursos para a área de saúde, estabelecendo critérios mais rigorosos.
6. Disponibilizar um serviço de denúncia voltado para o atendimento médico-hospitalar.
7. Promover a participação do Conselho Municipal de Saúde nas discussões do Fórum da Agenda 21 Local.

■ Planejamento

8. Criar um Grupo de Trabalho no Fórum da Agenda 21 Local para discutir a participação da sociedade na formulação de políticas de saúde junto ao poder público.

■ Infraestrutura

9. Construir novos postos de saúde (preferencialmente com atendimento 24 horas).
10. Reformar e assegurar a manutenção dos equipamentos dos postos já existentes (com o serviço de coleta e análises clínicas).
11. Instalar um centro de referência em atendimento hospitalar (complementar ao Hospital Alberto Torres).

■ Capacitação

12. Realizar constante capacitação e reciclagem dos funcionários que trabalham no sistema médico-hospitalar público do município.

■ Estudos técnicos

13. Realizar um levantamento das áreas com maior incidência de doenças provocadas pela falta de saneamento básico e outras questões de saúde.

■ Fiscalização

14. Fiscalizar a utilização de verbas do SUS em clínicas, laboratórios, casas de saúde e maternidades conveniadas.

● Ações de combate à dengue

■ Articulação

1. Articular uma parceria junto à equipe de entomologia vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, visando à realização de ações de combate à dengue.

■ Comunicação

2. Divulgar os resultados dos levantamentos estatísticos realizados pelos agentes de saúde do município, Vigilância Sanitária e Sucam.

● Fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família (ESF)

■ Gestão pública

1. Ampliar a destinação de recursos dos projetos voltados para a redução de doenças respiratórias.
2. Ampliar e aperfeiçoar a Estratégia de Saúde da Família, com a legalização dos direitos trabalhistas dos agentes comunitários, médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem.
3. Equiparar os salários dos agentes endêmicos aos dos agentes comunitários.
4. Credenciar mais clínicos gerais nas Estratégias de Saúde da Família.
5. Promover o Programa Médico de Família para otimizar o atendimento nos bairros periféricos e áreas consideradas de risco, com capacitação profissional e fornecimento de meios de trabalho adequados.

■ Fiscalização

6. Fiscalizar o cumprimento da carga horária por parte dos médicos, enfermeiros e outros profissionais da área de saúde.

■ Articulação

7. Articular parceria entre os governos municipal e federal, para a criação de mais farmácias populares (chegando a uma farmácia popular por distrito).

■ Comunicação

8. Realizar campanhas de sensibilização sobre a importância da humanização do atendimento médico.

9. Realizar campanhas e palestras voltadas para a prevenção da gravidez na adolescência e distribuição de anticoncepcionais nas escolas e comunidades.

10. Divulgar os relatórios elaborados pelos agentes comunitários.

■ Planejamento

11. Aproveitar os estagiários dos cursos de enfermagem promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde no atendimento às famílias.

■ Elaboração de programas

12. Criar programas de educação sexual (DST/Aids) junto a ONGs e outros movimentos da sociedade civil.

13. Elaborar programas de combate à desnutrição, por meio de parcerias com o Conselho de Segurança Alimentar e o Conselho da Criança e Adolescente, entre outros.

■ Infraestrutura

14. Melhorar as instalações dos PSF.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Clínicas . Conselho Municipal de Saúde . Conselho Regional de Medicina e Enfermagem . Escolas Técnicas de Enfermagem . Funasa . Fundação de Artes de São Gonçalo (Fasg) . Fundação Municipal de Saúde . Gabinete do Prefeito . Hospitais . Ministério da Saúde . MP . Secretarias Municipais (Comunicação, Cultura, Desenvolvimento Social, Educação, Infraestrutura, Saúde) . Subsecretaria Municipal de Vigilância Sanitária . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Asdi . Embaixada do Reino Unido . Empresas ligadas ao Comperj . Fundação Telefônica . Fundo Cristão para Crianças . General Motors . Instituto Credicard . Johnson & Johnson . LDO . LOA . Ministério da Saúde .PAC . Public Welfare Foundation . Rockwell Automation do Brasil . The British Council . Volkswagen.

GRUPOS PRINCIPAIS

A Agenda 21 Global define como grupos principais as mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores e seus sindicatos, comerciantes e industriários, a comunidade científica e tecnológica, agricultores e empresários. É desses grupos que o documento cobra comprometimento e participação para a implementação dos objetivos, políticas e mecanismos de ação previstos em seu texto.

Sendo um processo democrático e promotor da cidadania, a construção da Agenda 21 Local não pode deixar de considerar as necessidades e interesses de outros grupos, como afrodescendentes, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, travestis e outras minorias.

A Agenda 21 brasileira vai além e destaca como uma de suas prioridades a necessidade de diminuir as desigualdades sociais no País para garantir as condições mínimas de cidadania a todos os brasileiros, enfatizando a importância de proteger os segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros e jovens.

É na Seção III, dedicada ao fortalecimento do papel dos grupos principais, que a Agenda 21 Global propõe o desenvolvimento de processos de consulta às populações locais para alcançar consenso sobre uma “Agenda 21 Local” para a comunidade. No Capítulo 28, recomenda que os países estimulem todas as suas autoridades locais a ouvirem cidadãos e organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais para obter as informações necessárias para formular as melhores estratégias, aumentando a consciência em relação ao desenvolvimento sustentável. Para a legitimidade e sucesso deste processo, é fundamental a inclusão de representantes de todos os grupos sociais.

Em São Gonçalo, entre as medidas adotadas para melhorar as condições dos jovens e adolescentes do município destacam-se o *Fórum Permanente da Criança e Adolescente*, o *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente* e a *Promotoria da Infância e Adolescência*.

Embora exista o *Conselho Municipal Antidrogas*, o *Conselho da Juventude* e dois *Conselhos Tutelares*, estas instituições estão mal equipadas e sem condições de atuar de forma eficaz. O grupo considerou que há *pouca atuação nas ações preventivas ao uso de drogas*.

Os participantes do Fórum da Agenda 21 Local apontaram outros problemas envolvendo a juventude, como a *falta de incentivo a programas de apoio aos jovens (Escola Aberta)* e a *pouca participação deles nos processos decisórios, por falta de informações*.

Também foi mencionada a *falta de programas de saúde, tratamentos alternativos e educação para a infância*.



O Centro de Referência em Assistência Social oferece serviços de proteção social básica

O município mantém algumas iniciativas de atendimento ao jovem, com destaque para o Projeto Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), em parceria com o governo estadual, que atende a 900 crianças e adolescentes de 7 a 15 anos. Os jovens também são inseridos no Programa Bolsa Família e os pais fazem cursos de geração de renda. Para participar do programa, as crianças têm que estar matriculadas em escolas públicas e no ProJovem – programa em parceria com o governo federal que visa melhorar a convivência familiar e comunitária dos jovens em situação de exclusão e risco social.

Apesar de existirem diversas organizações e movimentos sociais atuando em São Gonçalo, os membros do Fórum Agenda 21 afirmaram que faltam ampliação e divulgação dos poucos projetos existentes e também incentivo aos movimentos civis organizados.

No município existe um número expressivo de *Organizações Não Governamentais*, apesar de muitas não possuírem registro legal e/ou transparência sobre suas ações e atividades.

O grupo destacou as *instituições não governamentais que trabalham com a temática ambiental e preocupam-se com uma economia sustentável*. Também mencionou que *existem muitos grupos sociais organizados atuantes no município que não recebem o apoio devido*. Observou também que a *implantação de projetos do governo municipal em parceria com ONGs é deficiente*.

Ainda assim, cabe destacar o *incentivo dado aos projetos desenvolvidos pelas ONGs do município na rede comunitária do Sesc*, agência de serviço do comércio que apoia essas iniciativas. No entanto, *existem dúvidas quanto à idoneidade de algumas ONGs que atuam no município, havendo denúncias de que o poder público local dá preferência àquelas que trabalhem em prol de interesses políticos eleitorais ou assistencialistas*. Com isso, *o apoio às ONGs ou aos seus projetos é interrompido*, além de *faltar divulgação dos projetos e experiências bem-sucedidos*.

Uma boa experiência é a da ONG Empreendimento Solidário Mulheres do Salgueiro, que desenvolve um trabalho com artesanato em couro de tilápia junto às mulheres catadoras de lixo. Após funcionar por dois anos apenas com uma máquina de costura, o projeto obteve apoio da Finep e parceria da PUC para os cursos de costura industrial, inclusão digital e pré-vestibular comunitário (3º ano). Atualmente, 12 mulheres integram o projeto, trabalhando a partir dos princípios da economia solidária e do comércio justo, e fazem parte da rede de produção de artesanato do município.

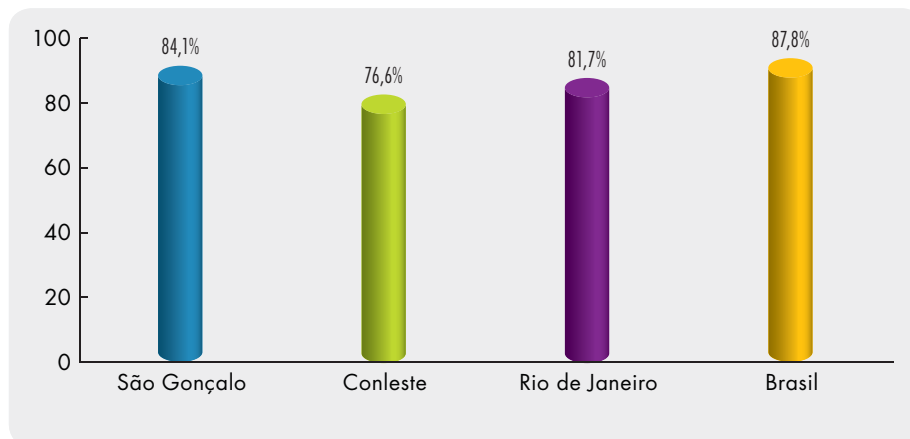
Em São Gonçalo *há pouca participação das mulheres nos processos decisórios, falta estrutura nos órgãos e instituições públicas e particulares referentes aos direitos da mulher e faltam creches públicas*, fatores que dificultam a entrada delas no mercado de trabalho. Apesar da *grande oferta de mão de obra femi-*

nina (52%), nota-se que *falta capacitação para as mulheres com vistas aos empreendimentos que virão com a instalação do Comperj.*

Já existem *organizações atuantes voltadas para a defesa dos direitos das mulheres e uma política de esclarecimento desses direitos* (entre elas, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, a Rede Mulher, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – Deam e a OAB Mulher). Entretanto, há *pouca divulgação das ações de apoio à mulher e das informações sobre seus direitos e falta incentivo aos movimentos civis organizados.* O grupo informou também que na Deam não há *estrutura adequada ou qualificação de funcionários.*

A diferença de remuneração entre a mão de obra feminina e masculina, em São Gonçalo era, em 2009, de 84,1%, índice superior ao do Conleste (76,6%) e ao do Estado do Rio de Janeiro (81,7%), mas inferior ao registrado no Brasil (87,8%).

Gráfico 4: Diferencial de remuneração feminina (em %) no município de São Gonçalo, comparado aos do Conleste, do Estado do Rio de Janeiro e do País



Fonte: UFF/ONU-Habitat (2009).

Outra preocupação dos participantes diz respeito à *falta de investimento em mobilidade urbana para os portadores de necessidades especiais e de políticas e estruturas voltadas para esses segmentos, principalmente pela omissão do poder público local.*

São Gonçalo não apresenta *políticas para o fortalecimento e representação dos trabalhadores e de seus sindicatos.* A *falta de informação sobre os direitos do trabalhador e os objetivos dos sindicatos gera um desinteresse de seus associados em relação aos seus próprios direitos e desestimula a participação.* Há uma *política tímida voltada para a geração de trabalho e renda por parte do governo, com poucas Varas do Trabalho.* Ainda assim, o *resgate da repre-*

sentação sindical pode ser visto entre os trabalhadores agrícolas e pescadores, importantes grupos econômicos no município.

As comunidades tradicionais (de origem quilombola e caiçaras em Itaoca) não recebem reconhecimento e nem são fortalecidas por políticas públicas específicas. Essa temática é tratada pelas Subsecretarias de Agricultura e Pesca, através da produção local, mas, mesmo assim, não há circulação de informações sobre o tema nem um cadastro dessas populações tradicionais. Esses grupos sociais tentam se reafirmar buscando suas raízes, mesmo com a falta de registros e informações sobre a população indígena, quilombola e caiçara. Outra questão importante é a falta de incentivo à participação dessa população nos processos decisórios.



Projeto Mulheres do Salgueiro: artesanato com couro de tilápia

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Criação de políticas públicas para os grupos principais

■ Comunicação

1. Desenvolver campanhas de informação dirigidas aos grupos principais (mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência) através das diversas secretarias do município.
2. Realizar ações de mobilização da sociedade civil organizada para que as políticas públicas municipais sejam continuadas, independentemente da mudança de governo.

■ Gestão pública

3. Fornecer subsídios para criar uma política de comunicação, com campanhas periódicas e integradas entre secretarias.
4. Ampliar a rede de atendimento aos grupos principais (segurança, saúde e transporte, entre outros).
5. Promover a integração dos diversos trabalhos sociais voltados para esses grupos.
6. Estabelecer regras de controle social.
7. Propor o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal.

● Criação de políticas públicas para a juventude

■ Gestão pública

1. Desenvolver programas de apoio à juventude (Escola Aberta e Pró-Jovem) em parceria com as Secretarias municipais.
2. Criar uma coordenadoria voltada às políticas para a juventude.
3. Criar ouvidoria para que projetos e programas voltados para a juventude funcionem adequadamente.
4. Ampliar programas como o Meu Primeiro Emprego.

■ Infraestrutura

5. Adquirir equipamentos para melhorar a infraestrutura do Conselho Tutelar possa atender às necessidades dos jovens.

■ Capacitação

6. Capacitar o quadro de funcionários do Conselho Tutelar para melhor atendimento ao público jovem.

■ Comunicação

7. Convidar os movimentos sociais organizados a participar da formulação de políticas públicas para a juventude.

● Política de combate às drogas

■ Infraestrutura

1. Criar um centro de atendimento para usuários de drogas.
2. Criar um centro de reabilitação com formação profissional e inclusão social.

■ Gestão pública

3. Ampliar as ações integradas das Secretarias Municipais com os Conselhos Antidrogas e da Infância e Adolescência.

■ Comunicação

4. Divulgar as ações que estão sendo realizadas no município e informar sobre os Conselhos Antidrogas da Infância e Juventude, entre outros.
5. Realizar campanhas educativas sobre os malefícios do uso de drogas.

● Programa de proteção à criança e ao adolescente

■ Infraestrutura

1. Instalar uma Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente na cidade.

■ Capacitação

2. Qualificar profissionais envolvidos na proteção à criança e ao adolescente.

■ Planejamento

3. Melhorar a atuação do Conselho Tutelar na cidade.
4. Criar um disque-denúncia para a infância e adolescência.

■ Elaboração de programas

5. Criar programas de assistência psicológica para crianças, adolescentes vítimas de abusos e seus familiares.

● Plano de valorização da mulher

■ Capacitação

1. Capacitar a mão de obra feminina, visando à grande demanda de serviços que será gerada pelo Comperj.

■ Articulação

2. Fortalecer as parcerias com instituições que incentivem o empreendedorismo feminino.

■ Gestão pública

3. Destinar recursos municipais a projetos voltados para mulheres.
4. Ampliar e desburocratizar as linhas de crédito para mulheres empreendedoras.

■ Infraestrutura

5. Criar um centro de informações que agregue as demandas de mercado regional, visando à mão de obra feminina.

● Programa de combate à violência contra a mulher

■ Capacitação

1. Capacitar os funcionários da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

■ Infraestrutura

2. Adequar a estrutura de atendimento às demandas existentes.
3. Criar Centro Especial de Orientação da Mulher por distritos, com abrigos e atendimento psicológico estendido à família.

■ Planejamento

4. Estabelecer critérios para que todo o atendimento às vítimas seja feito por profissionais do sexo feminino.

■ Articulação

5. Estabelecer parceria com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

■ Elaboração de programas

6. Elaborar programas de proteção às mulheres vítimas de violência.

■ Fiscalização

7. Fiscalizar o cumprimento da lei (pioneira no Estado) que formaliza a ação integrada de todas as Secretarias municipais na articulação de políticas públicas de atendimento à mulher.

■ Gestão pública

8. Implementar efetivamente o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em São Gonçalo.

■ Comunicação

9. Divulgar a Lei Maria da Penha.

● Programa de fortalecimento sindical

■ Planejamento

1. Criar um Conselho Sindical com representantes que promovam a fiscalização da legislação trabalhista.

2. Atrair sedes sindicais para o município, visando à fiscalização e à proteção de suas respectivas categorias.

3. Promover campanhas de sindicalização para combater a informalidade.

4. Realizar um seminário, visando à integração e ao fortalecimento das categorias.

5. Criar redes sindicais.

6. Criar sindicatos de categorias que ainda não tenham representação (ex.: pescadores e catadores de siri).

■ Comunicação

7. Criar seminários de esclarecimento sobre legislação trabalhista.

● Programa de valorização das comunidades tradicionais

■ Articulação

1. Promover parcerias com as universidades públicas e privadas, visando realizar pesquisas sobre a história local e dos grupos tradicionais.

2. Fortalecer os laços com a comunidade local (Associação de Moradores e Associação de Pescadores de Itaoca), garantindo a sua participação no Fórum da Agenda 21 Local.

■ Estudo técnico

3. Realizar estudo de resgate das culturas tradicionais (caiçaras, indígenas e quilombolas) e ações afirmativas para o município.

■ Planejamento

4. Realizar o mapeamento e cadastro das populações tradicionais, visando a sua inclusão em políticas públicas.

5. Reconhecer e valorizar esse segmento por intermédio de ações que resgatem sua cidadania: informar sobre direitos e resgatar valores culturais, entre outros.

6. Fomentar a cultura local e garantir a sustentabilidade econômica dessas populações.

7. Promover a pesquisa e a conservação de sítios arqueológicos do município, promovendo seu potencial turístico (incluir no roteiro turístico do município).

■ Infraestrutura

8. Ampliar a mobilidade dos pescadores de Itaoca, realizando a ligação da Ilha com a Praia das Pedrinhas.

■ Capacitação

9. Promover a alfabetização dos pescadores e da comunidade do entorno.

● Criação de políticas públicas para a mulher

■ Gestão pública

1. Estruturar os órgãos públicos de atendimento à mulher.

■ Infraestrutura

2. Ampliar a capacidade de atendimento das creches municipais e construir novas unidades nos bairros da cidade.
3. Criar minipostos distritais de atendimento jurídico, psicológico e médico para as mulheres.

■ Planejamento

4. Criar um conselho especial paritário para discutir temas relacionados às questões de gênero.
5. Promover o fortalecimento da Rede Mulher e da Rede Criança.

■ Comunicação

6. Elaborar campanhas educativas que alcancem todo o público, atendendo não só as escolas (ensino formal).

■ Articulação

7. Estabelecer parcerias com empresas locais para que atuem como divulgadoras das ações para as mulheres.
8. Integrar as instituições da cidade para que as ações sejam conjuntas.

● Valorização das pessoas com deficiência

■ Infraestrutura

1. Criar um centro de referência para atendimento às pessoas com deficiência em todos os distritos.
2. Adaptar os veículos da frota municipal para atender as pessoas com deficiência.

■ Articulação

3. Articular com a prefeitura e a Secretaria de Infraestrutura a implementação de um projeto urbanístico que atenda as pessoas com deficiência.
4. Fortalecer as instituições que atuam em projetos de integração das pessoas com deficiência, destinando verbas e criando incentivos fiscais.

■ Planejamento

5. Obter informações sobre o funcionamento e a capacidade da única instituição conhecida no município dedicada ao atendimento aos deficientes auditivos.

● Criação de políticas públicas de fortalecimento das ONGs

■ Gestão pública

1. Criar uma Secretaria de Ação Comunitária para viabilizar projetos em parcerias com ONGs e associações comunitárias.
2. Utilizar o Fundo Municipal de Meio Ambiente para desenvolver projetos ambientais em parceria com a Secretaria de Ação Comunitária.
3. Ampliar a destinação de verbas públicas para a sociedade civil organizada (associações e ONGs), sem, contudo, promover a sobreposição de ações.
4. Criar um Conselho Fiscal Distrital de acompanhamento de ONGs.

■ Articulação

5. Ampliar a rede de parceiros das ONGs.

■ Fiscalização

6. Ampliar a fiscalização de ONGs que recebam verbas públicas, para evitar desvio e lavagem de dinheiro.

■ Capacitação

7. Capacitar as instituições do Terceiro Setor sediadas na cidade para a implementação e gestão de projetos.

Possíveis parceiros

7º Batalhão da Polícia Militar . Amigos Associados de São Gonçalo (Amasg) . Abrae . Associação dos Funcionários da empresa Adubos Trevo (Afat) . Apada . Apae . Associação Comercial e Industrial de São Gonçalo . Associações de moradores . Câmara Municipal . Centro de Apoio ao Deficiente Visual de São Gonçalo (Cavedisg) . Cedim . Centro de Integração de São Gonçalo (Cisg) . Conselho Tutelar . CUT . Deam . Defensoria Pública . Delegacia do Trabalho . Firjan . Empresas ligadas ao Comperj . 2ª Vara de Trabalho . Lions Club . MP . Movimento de Mulheres de São Gonçalo . OAB . Fundação Pestalozzi . Petrobras . Projeto Se Liga . Pronasci . Salvarte . Sebrae . Secretarias municipais (Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Educação, Esporte e Lazer, Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Habitação, Saúde, Segurança Pública, Transporte, Integração e Políticas para as Mulheres, Trabalho, Turismo, Cultura) . Seeduc . Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres . Sistema S (Senac, Sesc, Sesi, Sest e Senat) . Subsecretarias municipais (Agricultura e Pesca, Turismo, Cultura) . Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro . Universidades. Veículos de comunicação locais.

Possíveis fontes de financiamento

American Express Foundation . Asdi . Ashoka . Basf . Cáritas . CIID . Coca-Cola . Comissão Europeia . Dupont . Embaixada da Alemanha . Embaixada do Canadá . Embaixada do Reino Unido . Empresas ligadas ao Comperj . Exxon . Frida . Fundação Abrinq . Fundação Educar DPaschoal . Fundação Ford . Fundação Interamericana . Fundação Telefônica . Fundo Cristão para Crianças . General Motors . Governo do Japão Assistência para Projetos Comunitários . HSBC . Instituto Credicard . ISF . Johnson & Johnson . Ministérios (Educação, Turismo) . National Organization for Hearing Research . OAB . PAC . Petrobras . Premio Itaú Unicef . Shell . The British Council . The Trust Funding Support of Actions to Eliminate Violence Against Women . Unicef . Volkswagen.

PADRÕES DE CONSUMO

A pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionadas. Enquanto a primeira tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, segundo a Agenda 21, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.

É muito comum confundir “consumir” com “fazer compras”. Consumir é um ato muito mais presente em nossas vidas. Todos os dias consumimos água, alimentos, combustíveis etc. Como cada um desses elementos se origina do planeta e nele permanece depois de usado, o consumo interage diretamente com a sustentabilidade e pode ser um poderoso instrumento para alcançá-la.

Tomar consciência dos hábitos de consumo, pensar sobre todos os materiais presentes em cada objeto, sua origem e destinação final requer uma revisão de hábitos, costumes e valores. A fim de atingir a escala necessária para fazer a diferença, todas as esferas sociais precisam estar envolvidas nesta transformação: governos, empresas, ONGs e cidadãos. As mudanças necessárias são profundas, mas o movimento do consumo consciente afirma que o poder de promovê-las está ao alcance de cada um, em sua própria vida, em seus atos cotidianos.

No município de São Gonçalo, o Procon e a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor são atuantes. Mas falta iniciativa da população em procurar o Procon, talvez pela ausência de divulgação do trabalho que é desenvolvido, o que pode levar à crença de que o processo é moroso e o atendimento é precário e burocrático. Dessa forma, muitas vezes o cidadão deixa de exercer seu direito.

Segundo os participantes do Fórum, o exercício da cidadania no ato de consumir fica em segundo plano devido à falta de programas de educação para mudar os padrões de consumo. Isso está atrelado à falta de incentivo às mudanças comportamentais sustentáveis e à falta de sensibilização e incentivo para atividades produtivas que possam alterar o padrão de consumo.

Consumo responsável – Significa adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos e animais, e não provoque danos ao meio ambiente.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Adoção de padrões de consumo sustentáveis no município

■ Comunicação

1. Promover campanhas de conscientização para fomentar mudanças comportamentais sustentáveis no município.
2. Divulgar a existência das empresas que promovem padrões de produção sustentáveis no município.
3. Promover eventos para valorizar os produtos produzidos no município (apícolas, têxteis e artesanato).

■ Elaboração de programas e projetos

4. Elaborar nas escolas programas de valorização das atividades produtivas sustentáveis realizadas no município.
5. Criar programas de economia de energia com prêmios (bônus para redução do consumo de energia elétrica e água), e incentivar o uso de energia solar e outros projetos ecologicamente sustentáveis.

■ Planejamento

6. Fortalecer as iniciativas de economia solidária.

● Promovendo os direitos do consumidor

■ Comunicação

1. Realizar campanhas de esclarecimentos sobre os direitos do consumidor nas escolas públicas e privadas, junto ao empresariado.

2. Ampliar a divulgação dos serviços prestados pelo Procon no município, através da Coordenadoria Municipal de Direitos do Consumidor.

■ Gestão pública

3. Criar um posto itinerante do Procon para atender a comunidade, prestando esclarecimentos e agilizando os processos.

Possíveis parceiros

Ampla . Associação Comercial e Industrial de São Gonçalo . Associações de moradores . Associações religiosas . Câmara Municipal . Clube de Diretores e Lojistas de São Gonçalo . Defensoria Pública . Embratel . Lions Clube . MP . OAB . ONGs . Sebrae . Secretarias Municipais (Educação, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e Cultura, Meio Ambiente) . Seeduc . Sesc . Subsecretarias municipais (Educação Ambiental, Agricultura e Pesca) . Empresas de telecomunicação (Telemar/Oi, Embratel) . Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Basf . CIID . Coca-Cola . Empresas ligadas ao Comperj . Fundação Educar DPaschoal . Ministérios (Educação, Justiça, Minas e Energia, Meio Ambiente) . GE Funds . HSBC . Instituto C&A . Jenifer Altman Foundation . LDO . Petrobras . Public Welfare Foundation . Shell.

ESPORTE E LAZER

O conceito de qualidade de vida, embora subjetivo, independentemente da nação, cultura ou época, relaciona-se a bem-estar psicológico, boas condições físicas, integração social e funcionalidade.

O esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento local pelos benefícios que proporcionam à saúde física e mental dos seres humanos e pela oportunidade que oferecem de desenvolvimento individual e convivência social. São atividades reconhecidas pelas Nações Unidas como direitos humanos e, portanto, devem ser promovidas em todo o mundo.

Atividades esportivas são uma ferramenta de baixo custo e alto impacto nos esforços de desenvolvimento, educação e combate à violência em várias sociedades, e o lazer é fundamental para a qualidade de vida dos indivíduos.

Ambos têm o poder de atrair e mobilizar a juventude, promovendo a inclusão e a cidadania, valores como respeito ao outro e à natureza, aceitação de regras, trabalho de equipe e boa convivência social. Além disso, atividades de esporte e lazer geram empregos e renda.

Em São Gonçalo, segundo os participantes da Agenda 21 Local, *não há programas sociais, culturais e esportivos suficientes voltados para crianças e os adolescentes.*

No município foi criada a *Liga Gonçalense de Desportos*, reunindo 286 agremiações registradas e 78 atuantes, com o objetivo de representar os clubes locais. Essa iniciativa vai ao encontro do *interesse dos jovens por atividades como cultura, esportes e lazer.*

A prefeitura mantém os projetos Viva-Vôlei – uma parceria com a Petrobras e a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) – e Boliche é Esporte, para alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), em parceria com as Secretarias de Desenvolvimento Social e Esporte e Lazer do município e o governo estadual. Há uma Vila Olímpica no Colubandê e duas estruturas para competições: Campo dos Cordeiros e Campo Clube Esportivo de Mauá.

O município mantém parceria com o Ministério do Esporte para desenvolver o Programa de Esporte e Lazer na Cidade (Pelc), que oferece prática de várias atividades esportivas e de lazer para as diferentes faixas etárias, incluindo pessoas da terceira idade e portadores de necessidades especiais.

Por meio de parceria firmada entre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e o Projeto de Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), somada aos recursos do Ministério do Esporte, a prefeitura e a Secretaria de Esporte e Lazer criaram o projeto Comunidade em Ação: Garantia de um

Futuro Melhor, que oferece núcleos de inclusão social e acesso às práticas esportivas para as comunidades carentes dos bairros Jardim Catarina e Salgueiro. O objetivo do projeto é gerar oportunidades para os jovens, que, além de atividades esportivas, terão acesso a oficinas de artesanato, palestras socioeducativas e cinemateca.

São Gonçalo oferece condições favoráveis à prática de vôo livre



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Valorização dos esportes

■ Gestão pública

1. Criar um fundo específico para patrocínio esportivo.
2. Criar mais oportunidades de iniciação esportiva no município.
3. Ampliar projetos esportivos existentes no município, que hoje não alcançam áreas distantes do centro.

■ Planejamento

4. Criar grêmios esportivos nas escolas da cidade.

■ Infraestrutura

5. Construir um estádio municipal.
6. Reformar e equipar os espaços de lazer existentes.

■ Articulação

7. Estabelecer parcerias que disponibilizem transporte, uniformes e alimentação.

■ Elaboração de programas

8. Criar programas de esporte e lazer para a terceira idade.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal. Clube Mauá. Clube Tamoio. Clube Unidos de Portugal. Escolas. ONGs. Secretarias Municipais (Esporte e Lazer, Turismo e Cultura). Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Coca-Cola . Embaixada da Alemanha . Embaixada do Canadá . Fundação Educar . LDO.





4

Ordem Econômica

GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E INCLUSÃO SOCIAL

Princípios dos Empreendimentos Sustentáveis

- Substituem itens produzidos nacional ou internacionalmente por produtos criados local e regionalmente;
- Assumem responsabilidade por seus efeitos no mundo natural;
- Não exigem fontes exóticas de capital para se desenvolver e crescer;
- Empenham-se em processos de produção humanos, dignos e intrinsecamente satisfatórios;
- Criam objetos duráveis e de utilidade em longo prazo, cujo uso ou disposição final não prejudicarão as futuras gerações;
- Transformam seus consumidores em clientes por meio da educação.

(Paul Hawken)

As mudanças climáticas e seus impactos, e a degradação do meio ambiente em geral, têm implicações significativas para o desenvolvimento econômico e social, para os padrões de produção e de consumo e, portanto, para a criação de empregos e geração de renda.

Ao contrário do que muitos afirmam, a transição para a sustentabilidade pode aumentar a oferta de emprego e a geração de renda. A relação direta entre o mundo do trabalho e o meio ambiente constitui a essência dos chamados empregos verdes – trabalhos e atividades que contribuem para a preservação ou restauração da qualidade ambiental, com remuneração adequada, condições de trabalho seguras e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Os empregos verdes podem ser o caminho para enfrentar tanto a degradação ambiental, reduzindo os impactos da atividade econômica, quanto o desafio social representado por 1,3 bilhão de pessoas no mundo em situação de pobreza. Eles podem beneficiar trabalhadores com diferentes níveis de qualificação e são encontrados em uma ampla gama de setores da economia, tais como os de fornecimento de energia, reciclagem, agrícola, construção civil e transportes.

Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, em 2008, o Brasil tinha aproximadamente 2,6 milhões de empregos verdes – o que representava 6,73% do total de postos formais de trabalho – e que a oferta desse tipo de emprego no País vem crescendo a uma taxa anual de cerca de 2%.

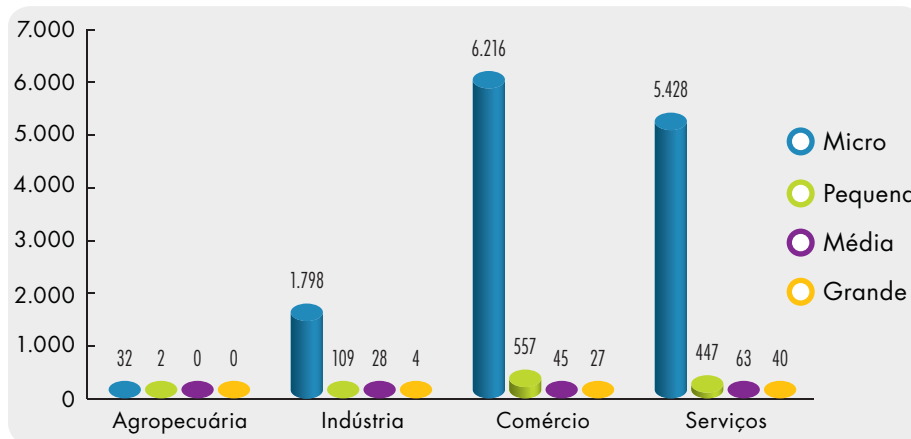
A economia de São Gonçalo, no período 2002-2007, correspondia a 3,95% do PIB da região metropolitana⁶.

São Gonçalo é um dos 87 municípios do Estado do Rio de Janeiro que recebem *royalties* pela exploração e produção de petróleo – o que justifica a sua alta participação no PIB regional. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o montante acumulado até junho deste ano somente com repasse para a cidade foi de R\$ 3,4 milhões.

O perfil do setor produtivo do município pode ser observado no Gráfico 5. Em todos os setores da economia, o porte predominante de estabelecimento é a microempresa.

⁶ IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística (Fundação Cide), Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Gráfico 5: Número de estabelecimentos por setor, conforme tamanho

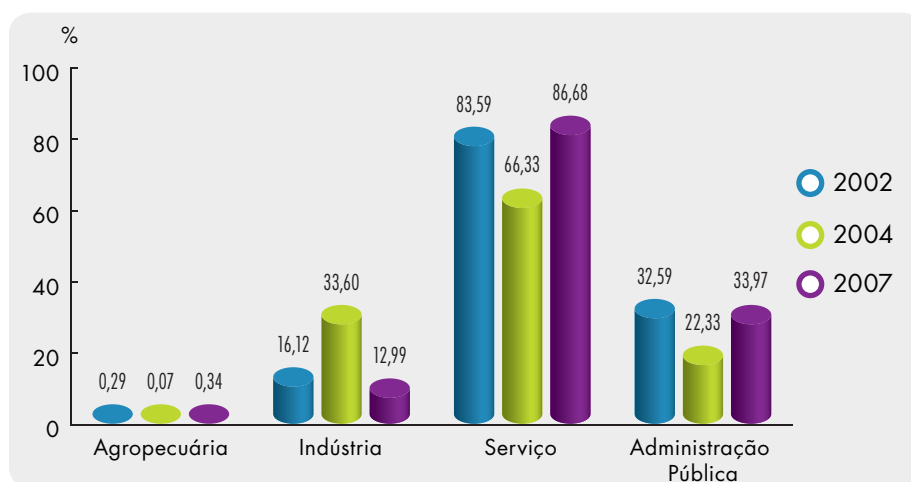


Fonte: Sebrae, base de dados Rais/Estab (2007).

O gráfico 6 aponta que, entre 2002 e 2007 (à exceção de 2004), o setor de serviços foi o principal responsável pela geração da renda do município, com mais de 80%. A indústria, por sua vez, teve sua participação aumentada entre 2002 e 2004, mas caiu em 2007 para um nível inferior ao de 2002. Cabe ressaltar a participação da administração pública, que representa cerca de 30% do setor de serviços.

A indústria chegou a representar 30% do PIB em 2004, mas caiu para 10% em 2007. O setor agropecuário respondeu por menos que 0,5% do PIB do município no período considerado.

Gráfico 6: Participação relativa dos setores no PIB do município (em porcentagem) entre os anos de 2002, 2004 e 2007

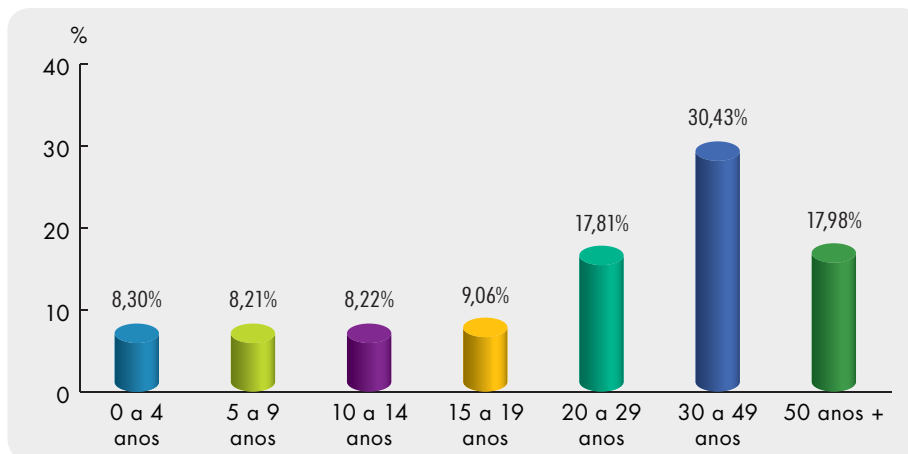


Fonte: IBGE (2007).

Royalties – Uma das compensações financeiras relacionadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural que as companhias petrolíferas pagam aos estados e municípios produtores. A legislação prevê regras diferentes para a distribuição dos royalties em função da localização do campo produtor, se em terra ou no mar.

A população estimada total em 2007 era de cerca de 960 mil habitantes, com 100% residindo na área urbana⁷. A maior parcela dessa população tinha idade acima de 15 anos (Gráfico 7).

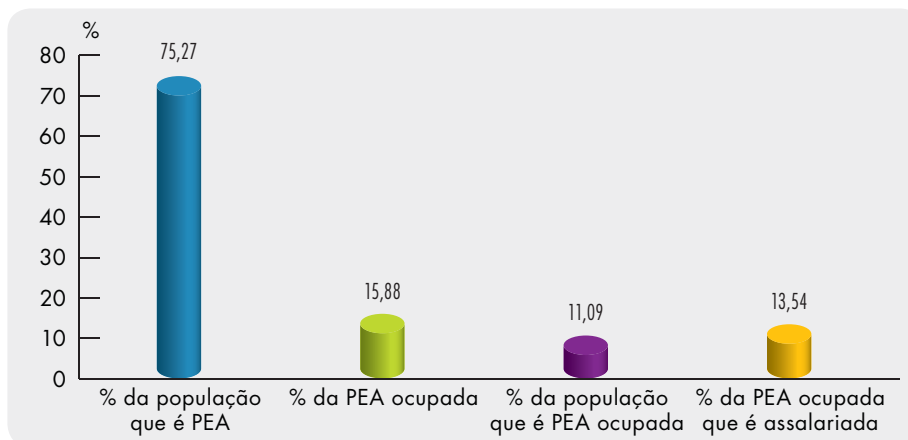
Gráfico 7: Porcentagem da população segundo faixa etária



Fonte: Sebrae, base de dados Rais / Estab (2007)

Considerando a idade estimada para a População Economicamente Ativa (PEA), no município de São Gonçalo, a PEA, em 2007, correspondia a 75,27% (Gráfico 8).

Gráfico 8: Porcentagem da População Economicamente Ativa no ano de 2007



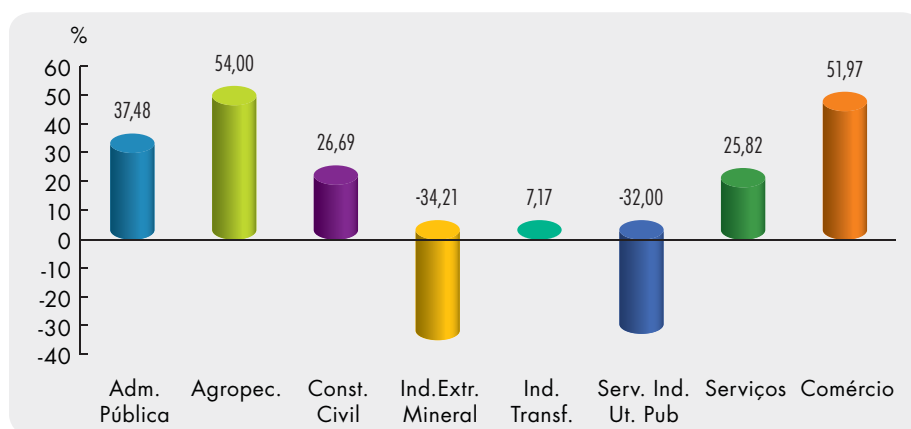
Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (2008).

⁷ IBGE e Sebrae, base de dados Rais/2007.

Além disso, no período 2003-2007, apenas 15,88% da PEA estava ocupada com carteira assinada – e aproximadamente 12% era assalariada. O salário médio das ocupações que mais admitiram em São Gonçalo, no período, foi de R\$ 435,29⁸. Este valor corresponde a 1,42 salários mínimos⁹.

Ainda que os dados sobre o comportamento do emprego com carteira assinada sejam positivos e significativos para os setores de administração pública, agropecuária, construção civil, serviços e comércio, houve queda também expressiva nos setores da indústria extrativa e de serviços industriais de utilidade pública (Gráfico 9).

Gráfico 9: Porcentagem de variação de emprego com carteira assinada por setor de atividade entre os anos de 2001 e 2008



Fonte: IBGE (2007).

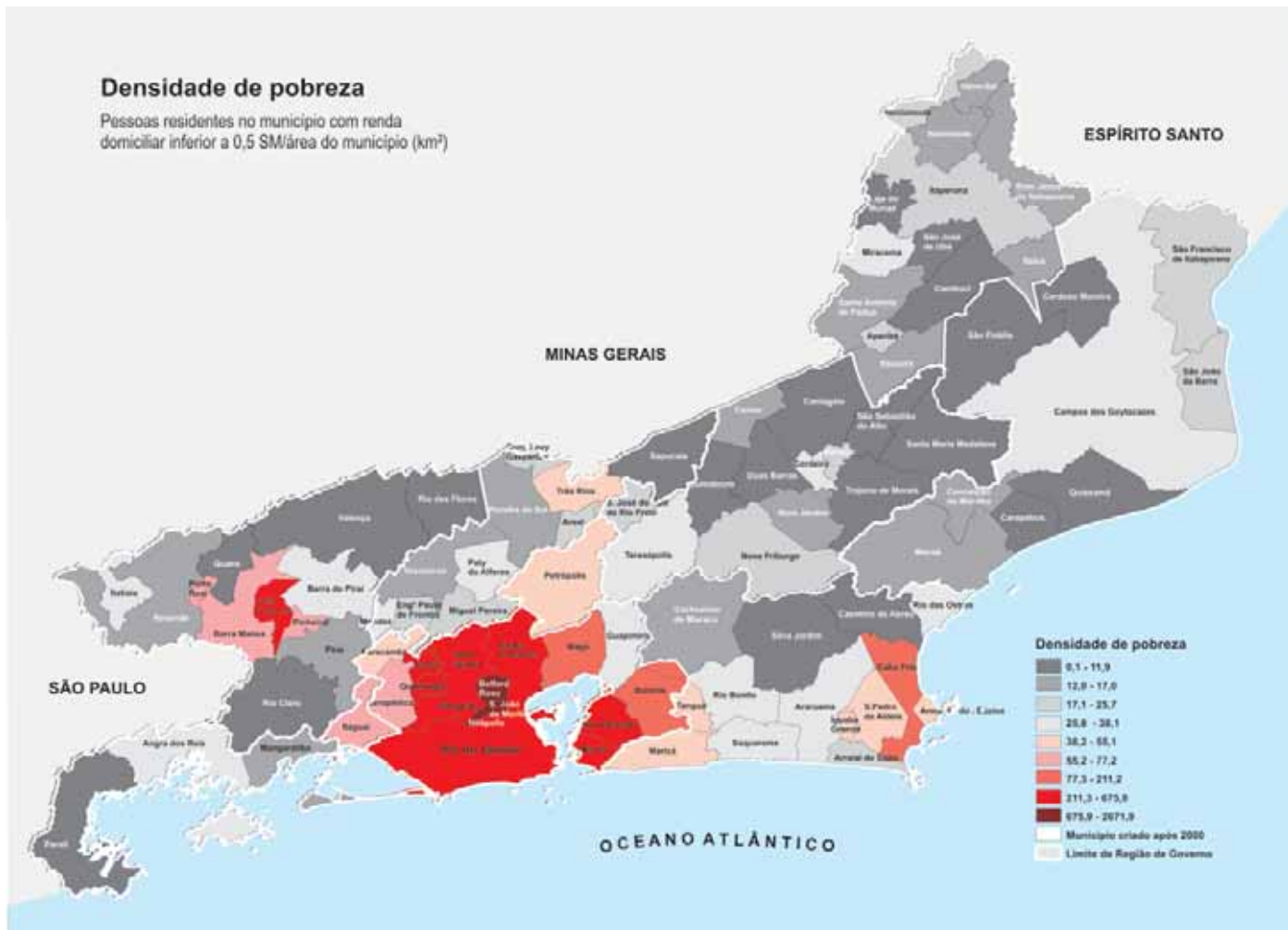
O processo de crescimento indicado pelos resultados do PIB *per capita* não parece tão robusto quando contrastado com os indicadores do mercado de trabalho.

No mapa da densidade da pobreza no estado (mapa 8), São Gonçalo apresenta um índice na faixa de 211,3 a 675,8 (indica o número de pessoas residentes no município com renda domiciliar inferior a 0,5 SM/km²). A taxa de pobreza é alta; todavia a taxa de concentração de pobreza é baixa em função da grande extensão territorial do município. Considerando o número de pessoas residentes com renda domiciliar inferior a 0,5 SM/total de habitantes, em São Gonçalo esta taxa fica na faixa de 26,9% a 31,3%.

8 Corresponde à média aritmética dos salários das 20 ocupações que mais empregaram no período 2003-2007.

9 Valor obtido da média aritmética dos salários mínimos do período 2003-2007.

Mapa 8: Densidade de pobreza no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Estratégias de ação para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro (2009), in Anuário Estatístico do Rio de Janeiro, Fundação Ceperj (<http://www.ceperj.rj.gov.br/>).

Nesse sentido, a percepção dos participantes do Fórum de São Gonçalo em relação ao mercado de trabalho parece ser procedente: o crescimento econômico traz no seu bojo uma expressiva concentração de renda, e o nível dos salários sugere que a mão de obra empregada é de baixa qualificação.

Os participantes do Fórum da Agenda 21 conhecem e entendem a importância da existência do Centro de Oportunidades de São Gonçalo (Sine) para os trabalhadores do município. Porém, consideram que a geração de empregos (renda) vem sendo dificultada pela tributação excessiva (ISS no município + impostos estaduais e federais), pela falta de incentivo à criação de emprego por parte do governo e pela falta de controle e avaliação dos agentes de capacitação que atuam em programas de geração de renda.

Eles consideraram uma potencialidade a *existência da Secretaria Municipal de Emprego, a articulação entre as Secretarias e a integração das políticas de geração de renda.*

Quanto às iniciativas de combate à pobreza, os participantes consideraram importante a realização dos *Fóruns Municipais de Economia Solidária e de Lixo e Cidadania e a presença da Rede de Economia Solidária.* Voltada para a valorização do ser humano, com base no associativismo e no cooperativismo, a economia solidária prega o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica e tem o desenvolvimento sustentável como um de seus conceitos.

Entretanto, os participantes afirmaram que *falta fortalecer as políticas de combate à pobreza* e apontaram a necessidade de dar mais *visibilidade aos programas existentes com este fim*, já que *o município possui uma das menores rendas per capita do Estado*¹⁰.



Feira da Mulher Empreendedora

¹⁰ Os participantes do Fórum declararam que São Gonçalo tem uma das menores rendas per capita do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, segundo os dados da Fundação Cide de 2004, o PIB desse município é o quarto no grupo dos municípios pertencentes ao Comperj. Acima dele estão somente Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói. Seu PIB per capita é menor porque é um dos municípios mais populosos do estado. Sendo o PIB per capita obtido da divisão do PIB pelo número de habitantes, quanto maior a população, menor o PIB per capita.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Políticas para geração de trabalho e renda

■ Gestão pública

1. Diminuir a tributação municipal através do atendimento progressivo das demandas criadas pelas oportunidades existentes (ex.: indústria automotiva, polo da moda, estabelecimento de indústria naval, entre outras).
2. Integrar as Secretarias Municipais, visando elaborar um plano de ação voltado para geração de trabalho e renda.

■ Comunicação

3. Divulgar, adequadamente, as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Emprego.

■ Fiscalização

4. Acompanhar e fiscalizar a fusão do Centro de Oportunidades do Estado com a Secretaria Municipal de Emprego.

● Ações de combate à pobreza

■ Articulação

1. Negociar melhores condições de funcionamento para parcerias público-privadas entre o município e entidades como Sebrae, Sistema Firjan e Prominp.

■ Capacitação

2. Orientar os agentes de capacitação nos programas de geração de renda (Cras e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, entre outros).

■ Planejamento

3. Ampliar as atividades de combate à pobreza realizadas no município.

■ Comunicação

4. Divulgar a existência de programas de qualificação da mão de obra local, bem como os seus respectivos resultados.
5. Elaborar um programa de divulgação das políticas de geração de emprego no município.

● Promoção da economia solidária

■ Planejamento

1. Criar mecanismos de incentivo à economia solidária.
2. Fortalecer a Rede de Economia Solidária e o Fórum Municipal de Economia Solidária, de Lixo e de Cidadania.

■ Comunicação

3. Divulgar para a população a existência dos programas de economia solidária em atividade no município.

Possíveis parceiros

Associação Comercial e Industrial de São Gonçalo . Associações . Câmara Municipal . Firjan . Empresas ligadas ao Comperj . Prominp . Sebrae . Secretarias Municipais (Trabalho, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Fazenda) . Senac . Senai . Senar . Sesc . Sesi . Sindicatos.

Possíveis fontes de financiamento

Finep . Empresas ligadas ao Comperj . LDO . LOA . Planfor . Proger . OIT.

AGRICULTURA

A Agenda 21, em seu Capítulo 32, afirma que a agricultura ocupa um terço da superfície da Terra e constitui a atividade central de grande parte da população mundial. Segundo o documento, as atividades rurais ocorrem em contato estreito com a natureza – a que agregam valor com a produção de recursos renováveis –, ao mesmo tempo em que a tornam vulnerável à exploração excessiva e ao manejo inadequado.

A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque holístico. Este modelo de agricultura respeita a diversidade e a independência, utiliza os conhecimentos da ciência moderna para se desenvolver e não marginaliza o conhecimento tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo.

Um modelo sustentável de agricultura produz alimentos saudáveis para os consumidores e os animais, não prejudica o meio ambiente, é justo com seus trabalhadores, respeita os animais, provê sustento digno aos agricultores e apoia e melhora as comunidades rurais. Além disso, deve manter nossa capacidade futura de produzir alimentos, distribuindo-os com justiça, mantendo a qualidade do meio ambiente e preservando a diversidade cultural e biológica das variedades tradicionais de plantas cultiváveis.

Em São Gonçalo, segundo os depoimentos dos participantes do Fórum, cerca de 80% da agricultura são orgânicos, desenvolvidos em parceria com a Embrapa e a Emater (convênio de assistência técnica com a Emater-Rio). Entretanto, o custo dos produtos deste método de produção agrícola é elevado e há pouco incentivo à agricultura familiar e orgânica.

O grupo informou que a *sanção da Lei Municipal 070/2008 sobre demarcação da área predominantemente rural*, contribuiu para evitar *problemas fundiários nas áreas rurais, que ocasionariam, entre outros fatores, a perda da tradição rural e a degradação ambiental*. Eles consideram importante a *criação de um Fórum Permanente dos Produtores Rurais de São Gonçalo e dos Programas de Gerenciamento de Propriedades Leiteiras*, além da existência de *programas de reflorestamento da área rural*.

A política pública voltada para a agricultura familiar é insuficiente, por não ter a divulgação necessária para atender a área rural. Um exemplo citado foi a falta de divulgação da existência do núcleo da Emater no município. Na percepção do grupo, há possibilidade de fortalecimento e de estímulo à agricultura sustentável (orgânica e familiar).



São Gonçalo tem potencial para aumentar sua produção agrícola



A pesca vem perdendo relevância na economia de São Gonçalo

Como convive com a *deficiência de apoio às atividades rurais e agrícolas para a geração de emprego e renda (ainda existem alguns criadores de gado)*, o município *vem perdendo, ao longo dos anos, suas características agrícolas*. Esse segmento também enfrenta o problema da *falta de qualificação de recursos humanos*.

O grupo percebe esta tendência como um efeito da falta de coordenação das ações voltadas ao incentivo da atividade agropecuária e atribui o problema à *inexistência de uma Secretaria Municipal de Agropecuária*, o que seria uma das causas da *descontinuidade das políticas já implantadas para os agricultores*.

Eles entendem que *o município precisa de fomento aos mecanismos de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura local* e consideraram positiva a *existência da Subsecretaria de Agricultura e Pesca* e a *realização de trabalhos de identificação do produtor rural*, assim como a *integração dos órgãos públicos e privados com os produtores rurais*.

Outra potencialidade identificada pelos participantes foi a existência do *Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro (Comderp)* e da *Feira do Produtor Rural (realizada pela Subsecretaria da Pesca e Agricultura)*. Mas eles lastimaram a *falta de incentivo* para sua realização.

Em São Gonçalo a pesca é artesanal e de subsistência, e aparentemente está decaindo como opção de ocupação, apesar da existência da Escola de Pesca.

A mandioca e a cana-de-açúcar foram os principais produtos agrícolas das lavouras do município em 2008, com uma produção de 385 e 300 toneladas, respectivamente. As áreas plantadas chegaram a 24 hectares, no caso da mandioca, com rendimento médio de 16 mil kg/ha; e a 15 hectares de cana-de-açúcar, com 20 mil kg/ha. O município cultivava ainda coco-da-baía (375 mil frutos), laranja (105 t), maracujá (100 t), manga (95 t), limão (80 t), banana em cacho (60 t), tangerina (30 t) e caqui (18 t).

O município registrou, em 2008, a criação de aves (4 mil cabeças), bovinos (3.750), vacas ordenhadas (750) e codornas (700). São Gonçalo também tem criação de suínos, equinos, caprinos e ovinos, entre outros, além de produzir leite (800 mil litros) e mel de abelha (500 quilos). Os dados são do IBGE/2010.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Fortalecimento da agricultura

■ Gestão pública

1. Criar a Secretaria Municipal de Agropecuária, Pesca e Aquicultura.

■ Planejamento

2. Criar o Fórum Permanente dos Produtores Rurais de São Gonçalo para desenvolver o setor agrícola no município.
3. Dinamizar o programa de fortalecimento dos agricultores, já existente no município.
4. Dinamizar o programa de integração entre os produtores rurais e as instituições públicas e privadas.

■ Comunicação

5. Divulgar a feira do produtor rural de Alcântara.

■ Infraestrutura

6. Dotar a Subsecretaria Municipal de Agricultura e Pesca de equipamento e de técnicos capacitados.
7. Construir o Shopping do Produtor Rural.
8. Criar e manter atualizado um banco de dados, com informações sobre a produção rural, a agricultura e o agricultor.

■ Estudos técnicos

9. Mapear e demarcar as propriedades rurais, citadas na Lei Municipal no 170/2008.

● Incentivo a pecuária leiteira

■ Gestão pública

1. Fortalecer o Programa de Gerenciamento de Propriedades Leiteiras.
2. Subsidiar a ampliação dos bancos de inseminação.

■ Planejamento

3. Desenvolver mecanismos para ampliar a bacia leiteira para atender, principalmente, à merenda escolar.

● Promoção da agricultura orgânica e familiar

■ Gestão pública

1. Ampliar o Programa de Agricultura Orgânica em parceria com a Embrapa e a Emater

2. Fornecer subsídios para superar a marca de 80% na produção orgânica local, buscando alcançar 100%.

■ Planejamento

3. Criar cooperativas de produtores orgânicos.
4. Estimular a agricultura familiar e orgânica, estendendo a todo o município, como forma de geração de emprego e renda.
5. Dinamizar a produção e a rede de escoamento de produtos orgânicos, inclusive para o fornecimento da merenda escolar.
6. Recuperar o projeto para criação do mercado popular, vendendo mercadorias produzidas no município a preços mais acessíveis.

■ Capacitação

7. Dinamizar os cursos de técnicas alternativas de cultivo.
8. Formar agentes multiplicadores em agricultura orgânica em cada comunidade, através da criação de hortas comunitárias.

■ Infraestrutura

9. Criar uma escola agrícola na região da Fazenda Engenho Novo.
10. Estimular o desenvolvimento da agricultura orgânica em pequenas estufas.
11. Adequar o Centro de Compostagem Municipal, aproveitando os resíduos orgânicos da poda de árvores e lixo orgânico, para fornecer adubo aos proprietários rurais.

■ Comunicação

12. Ampliar a divulgação do programa de agricultura familiar.

■ Soluções alternativas

13. Incentivar formas de cultivo alternativas, como o cultivo hidropônico em estufas.

● Assistência ao agricultor

■ Gestão pública

1. Dinamizar o convênio de assistência técnica com a Emater.
2. Dinamizar o Plano de Trabalho piloto em apoio às atividades rurais e agrícolas, em parceria com a Emater e a Embrapa.
3. Cobrar da Emater uma atuação mais eficaz com técnicos qualificados no município.
4. Solicitar à Embrapa, bem como a outras instituições competentes, o resultado dos estudos referentes à contaminação do solo.
5. Dinamizar políticas públicas de agropecuária, pesca e aquicultura.
6. Apoiar a criação de incentivos aos produtores rurais e agrícolas

7. Fornecer insumos agrícolas aos agricultores a custo baixo, com apoio da Subsecretaria Municipal de Agricultura e Pesca

■ Comunicação

8. Divulgar a existência de um núcleo da Emater no município.

■ Capacitação

9. Identificar demandas para a qualificação dos agricultores.
10. Capacitar os produtores rurais em empreendedorismo e associativismo.
11. Oferecer cursos de capacitação em técnicas agrícolas.

● Agricultura sustentável

■ Planejamento

1. Assegurar a continuidade de programas de reflorestamento na área rural.
2. Incentivar a restauração de áreas degradadas, estimulando práticas agrícolas junto com reflorestamento.
3. Fomentar a criação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), visando a conservação de solos e florestas.

● Melhoria da estrutura do setor pesqueiro

■ Gestão pública

1. Fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro (Comderp).
2. Criar Parcerias Público-Privadas (PPP) para investimentos em pesquisas e reativação da cultura do caranguejo no município.
3. Criar um ambiente de trabalho produtivo entre poder público, o setor pesqueiro e a Petrobras, integrando funções

para o uso do fundo do mar da Baía de Guanabara, segundo os interesses econômicos de cada setor.

■ Comunicação

4. Estimular os pescadores artesanais a participarem ativamente no desenvolvimento de um modelo de pesca sustentável, em parceria com representantes do poder público.

■ Capacitação

5. Desenvolver a comunidade pesqueira, através de cursos de especialização para os pescadores.

■ Planejamento

6. Preservar as fazendas marinhas, melhorando o aproveitamento da produção através de técnicas de beneficiamento e comercialização do pescado.

Possíveis parceiros

Associação Comercial de São Gonçalo. Associação de Pescadores. Colônia de Pescadores Z8 . Câmara Municipal . Emater . Embrapa . Firjan . Fórum Permanente dos Produtores Rurais de São Gonçalo . Fundação Cide . Ibama . IBG . IBGE . Mapa . MDA . ONGs . Rebraf . Sebrae . Secretarias municipais (Educação, Meio Ambiente, Trabalho, Desenvolvimento Social, Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento Econômico) . Sindicato dos Produtores Rurais . Subsecretaria Municipal de Agricultura e Pesca . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Comissão Européia . Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais . CT – Agro . Embaixada da Alemanha . Embrapa . Fecam . Finep . FNE Verde . Prodetab.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em seu Capítulo 30, a Agenda 21 reconhece que a prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, resulta principalmente das atividades do comércio e da indústria. Mas alerta que o setor econômico deve reconhecer a gestão do meio ambiente como uma de suas mais altas prioridades. Não é possível ter uma economia ou uma sociedade saudável num mundo com tanta pobreza e degradação ambiental. O desenvolvimento econômico não pode parar, mas precisa mudar de rumo para se tornar menos destrutivo.

As políticas e operações empresariais podem desempenhar um papel importante na redução do impacto sobre o uso dos recursos e o meio ambiente por meio de processos de produção mais eficientes, estratégias preventivas, tecnologias e procedimentos mais limpos de produção ao longo do ciclo de vida de um produto. É necessário estimular a inventividade, a competitividade e as iniciativas voluntárias para estimular opções mais variadas e efetivas.

A competitividade também exige das indústrias e do comércio a adequação a esta tendência, o que está propiciando o surgimento de produtos e serviços ambientais que visam à diminuição dos danos ao meio ambiente.

A contribuição deste setor para o desenvolvimento sustentável pode aumentar à medida que os preços de bens e serviços reflitam cada vez mais os custos ambientais de seus insumos, produção, uso, reciclagem e eliminação, segundo as condições de cada local.

São Gonçalo conta com um “Polo da Moda”, composto por empresas nacionais e internacionais, que emprega mão de obra majoritariamente jovem e feminina. Segundo os participantes do Fórum, o município apresenta condições favoráveis para a instalação de outros polos.

O grupo também mencionou que a estrutura de *apoio às entidades representativas setoriais* no município é deficiente, lembrando que *sem apoio não há atração de novos investimentos no município*, não são gerados *novos empregos* e a região fica com *mão de obra e espaço físico ociosos*.

Para os participantes do Fórum, São Gonçalo enfrenta a *falta de infraestrutura e de incentivo para implementação de pequenas e médias empresas com atuação na área industrial*. O grupo percebe um descompasso das iniciativas destinadas a incentivar o setor: *já existem incentivos fiscais para que novas empresas venham para o município, mas faltam transparência e divulgação das políticas desses incentivos*. Da mesma forma, existe *potencial econômico na região – os polos empresariais (confeções e automotivos, dentre outros) –, mas falta incentivo aos mesmos*, o que gera *problemas para a implementação do projeto de condomínio industrial*. Esta situação acaba atraindo *investimentos sem o planejamento adequado*.



São Gonçalo abriga um dos polos industriais fluminenses



O Comperj atrairá novas empresas para o município.

No âmbito do *crescimento socioeconômico local sustentável*, o município enfrenta a *falta de política de incentivos fiscais para as empresas comprometidas com a sustentabilidade e a falta de conscientização dos empresários para implementar os preceitos do desenvolvimento sustentável*. Em decorrência dessa situação, *as indústrias não têm políticas de sistemas integrados de gestão ambiental*.

Em relação ao comércio, segundo a avaliação do grupo, há potencial para o *aumento do consumo e da renda*, mas há também *carência de benefícios para alguns segmentos comerciais*. Eles apontaram ainda a *falta de centros comerciais que ofereçam serviços sem maiores deslocamentos e falta de participação e entendimento do “comércio informal” para a legalização*.

Uma das preocupações do grupo é com o fato de *o banco de empregos no município acumular candidatos*, enquanto cresce o *nível de informalidade no comércio e na indústria* devido à *falta de eficácia e estrutura para fiscalização*.

A realidade industrial da região deverá ser alterada devido à instalação do Comperj. O valor adicionado a ser gerado pelos empreendimentos durante a fase de operação do Complexo Petroquímico, com relação ao PIB do município, encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2: Projeções para a relação entre valor adicionado e PIB a partir da instalação do Complexo Petroquímico

Valor adicionado / PIB (2015)		
Município	Cenário conservador	Cenário otimista
São Gonçalo	0,77%	1,55%
Rio de Janeiro	0,02%	0,05%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2008).

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Fortalecimento da indústria, comércio e serviços

■ Gestão pública

1. Fortalecer e apoiar as entidades representativas setoriais.

■ Infraestrutura

2. Investir em infraestrutura (saúde, educação, segurança) para poder atrair empresas.
3. Criar novos centros comerciais, que ofereçam serviços.
4. Criar e implementar Centros de Serviços e Capacitação da mão de obra, principalmente na área de indústria têxtil, oferecendo cursos acessíveis à população.

■ Comunicação

5. Divulgar o Banco de Empregos e o Balcão de Emprego de Pessoas com Deficiência.

■ Capacitação

6. Capacitar mão de obra local para atender às demandas municipais.

● Atração de novas indústrias

■ Planejamento

1. Subsidiar a instalação de pequenas e médias empresas, com atuação na área industrial, possibilitando a absorção da mão de obra local.
2. Criar incentivos para o fortalecimento de pólos empresariais.

■ Gestão pública

3. Conceder isenção de impostos para empresas e indústrias que trabalhem com saneamento ambiental, ou que estejam comprometidas com a sustentabilidade.
4. Promover reforma tributária para garantir benefícios para alguns segmentos comerciais.

■ Comunicação

5. Promover transparência e divulgação das políticas de incentivos fiscais.

● Crescimento do complexo industrial de São Gonçalo

■ Gestão pública

1. Dar continuidade à criação dos distritos industriais (já previstos no Plano Diretor).
2. Buscar investimentos para o município depois de elaborado o plano de fortalecimento dos setores de indústria, comércio e serviços.

■ Planejamento

3. Dinamizar os pólos industriais locais, com a instalação de novas empresas.
4. Qualificar o “comércio informal”, com vistas à sua legalização.

● Fomento à sustentabilidade no setor industrial

■ Planejamento

1. Utilizar o conhecimento científico a favor da sustentabilidade no setor industrial.
2. Elaborar um cadastro anual das empresas que adotam ações de responsabilidade e proteção ambiental.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de gestão ambiental empresarial.

Possíveis parceiros

Associação Comercial de São Gonçalo . Câmara Municipal . Febracoop . Fenape . FGV . Fundação Cide . Fundação de Artes de São Gonçalo . TEM . Promimp . Secretarias Municipais (Trabalho, Cultura e Turismo, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Fazenda) . Senac . Sesc . Sesi . Sindicatos . Subsecretaria Municipal de Agricultura e Pesca . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

CT - Petro . Finep . Ministérios (Cultura, Turismo) . Planfor . Proger.

TURISMO

O turismo está entre as atividades econômicas que mais dependem da conservação e valorização do meio ambiente natural e construído, especialmente para os destinos cujo destaque são os atrativos relacionados à cultura e às belezas naturais. É considerado sustentável quando consegue alcançar os resultados econômicos desejados respeitando o meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades locais.

Os turistas, cada vez mais, favorecem empreendimentos que minimizam a poluição, o desperdício, o uso de energia, de água e de produtos químicos tóxicos. Visitantes satisfeitos, que levam consigo novos conhecimentos e recomendam aos amigos que tenham a mesma experiência, são a garantia de sucesso de um destino turístico.

Um ambiente saudável e preservado, no qual há respeito pela diversidade humana, natural e cultural é o ideal para a prática sustentável do turismo. Se essas condições não são asseguradas, o destino começa a declinar e deixa de gerar os benefícios a que se propõe.

O desenvolvimento do turismo sustentável deve respeitar a legislação vigente, garantir os direitos das populações locais, conservar o ambiente natural e sua biodiversidade, considerar o patrimônio cultural e os valores locais, e estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos.

Negócios turísticos sustentáveis empregam e capacitam a população local, compram produtos da região e usam serviços também locais. Cooperam com a manutenção de habitats naturais, sítios históricos e lugares que se destacam pela beleza da paisagem.

Em São Gonçalo, os participantes do Fórum observaram que existe possibilidade para o desenvolvimento do turismo ecológico, e ainda é pequeno o incentivo ao turismo ambiental e rural. Na percepção do grupo, seria oportuna a existência de um plano para estimular o turismo rural no município.



Ainda há pouco incentivo ao turismo em São Gonçalo

O município tem potencial para o turismo rural



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Fortalecimento do turismo

■ Gestão pública

1. Dinamizar a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
2. Fortalecer a Fundação de Artes de São Gonçalo.
3. Criar uma cadeia produtiva local, a partir da vocação turística do município, a partir de ações promovidas pelas Secretarias municipais.

■ Planejamento

4. Criar um plano de estímulo ao turismo rural e pesqueiro no município.
5. Identificar os locais com potencial turístico.
6. Criar um circuito de turismo ecologicamente correto.
7. Promover o turismo ecológico (roteiros turísticos).
8. Dinamizar os Pólos Gastronômicos existentes.

■ Capacitação

9. Promover a formação de guias comunitários.

■ Comunicação

10. Divulgar os pontos turísticos de São Gonçalo.

■ Infraestrutura

11. Oferecer melhores condições de empregabilidade na área do turismo.
12. Instalar postos de informação ao turista.
13. Criar condições adequadas de hospedagem.

Possíveis parceiros

Associação Comercial de São Gonçalo. Câmara Municipal. Febracoop. Fenape. FGV. Fundação Cide. Fundação de Artes de São Gonçalo. MTE. Promimp. Secretarias municipais (Trabalho, Cultura e Turismo, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Fazenda). Senac. Sesc. Sesi. Sindicatos. Subsecretaria de Agricultura e Pesca. Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

CT-Petro . Finep . Ministérios (Cultura, Turismo) . Planfor . Proger

GERAÇÃO DE RESÍDUOS

As atividades industriais, agroindustriais, hospitalares, de transportes, serviços de saúde, comerciais e domiciliares produzem grandes volumes de resíduos sólidos sob a forma de plásticos, metais, papéis, vidros, pneus, entulhos, lixo eletrônico, substâncias químicas e alimentos. Para piorar este quadro, a maioria dos municípios não conta com mecanismos de gerenciamento integrado desses resíduos.

Substâncias químicas perigosas de origem orgânica, como os organoclorados, ou inorgânica, como metais pesados (chumbo e mercúrio, entre outros), provocam doenças e não se degradam na natureza. Pilhas, baterias de telefones celulares, lâmpadas de mercúrio e outros resíduos perigosos têm em sua composição metais pesados, altamente tóxicos, não biodegradáveis e que se tornam solúveis, penetrando no solo e contaminando as águas.

Já os resíduos infectantes gerados pelos serviços de saúde constituem risco pelo potencial de transmissão de doenças infectocontagiosas, uma vez que nem sempre são coletados, tratados, eliminados ou dispostos corretamente. É urgente a diminuição, o gerenciamento, a reciclagem e a reutilização dos resíduos gerados ao longo de todas as fases do processo econômico, considerando que muitos deles podem ser reaproveitados, beneficiando a todos.



São Gonçalo não dispõe de local adequado para o descarte de pilhas e baterias

Classes dos Resíduos

Classe 1 – resíduos perigosos – Apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposição especiais.

Classe 2 – resíduos não inertes – Não apresentam periculosidade, porém não são inertes. São basicamente aqueles com as características do lixo doméstico.

Classe 3 – resíduos inertes – Não contaminam a água, não se degradam ou não se decompõem quando dispostos no solo (se degradam muito lentamente). Muitos destes resíduos são recicláveis. Estão nesta classificação, por exemplo, entulhos de demolição, pedras e areias retirados de escavações.

Tabela 3: Relação existente entre a origem e os responsáveis pelo descarte de resíduos em relação às respectivas classes

Origem	Possíveis Classes	Responsável
Domiciliar	2	Prefeitura
Comercial	2, 3	Prefeitura
Industrial	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Público	2, 3	Prefeitura
Serviços de saúde	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Portos, aeroportos e terminais ferroviários	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Agrícola	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Entulho	3	Gerador do resíduo

Fonte: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/residuos/classes_dos_residuos.html

Em São Gonçalo, os participantes do Fórum manifestaram *preocupação com a fiscalização das empresas que se instalarão no município, devido à falta de legislação adequada nos três níveis de governabilidade*. Na avaliação deles, *é precária a fiscalização do poder público local dos resíduos gerados*.

O município conta com a *presença de Posto da Polícia Rodoviária Federal*, mas *falta fiscalização para o transporte de cargas químicas e tóxicas pela rodovia*. O grupo lembrou a *existência do Centro de Treinamento do Sest/Senat (Sistema S) para a área de Transporte*.

Na percepção dos integrantes do Fórum, *existe a possibilidade de impulsionar o desenvolvimento econômico local se houver maior conscientização das indústrias e empresas em geral*. Mas eles entendem que o conjunto das ações que tratam da questão ainda é precário, já que *falta um programa para conscientizar a sociedade civil sobre resíduos perigosos*. No entanto, há potencial para *maior consciência ambiental do empresariado* e para que este desenvolva uma *visão preventiva*.

O grupo ainda ressalta que *falta capacitação aos gestores municipais* para conduzirem o assunto, o que acaba levando à *ausência de projetos educacionais para a população*. A percepção é de que existe a *possibilidade de uma legislação ambiental pertinente compatível com maior grau de responsabilidade social*.

A demora em encaminhar a questão resulta no *desconhecimento acerca das substâncias tóxicas depositadas no meio ambiente e seu destino final* – o que pode levar à *contaminação das pessoas que trabalham nestes locais*.

O grupo também se preocupa com a possível *presença de lixo radioativo num futuro próximo* e alegou *desconhecer o destino e a quantidade deste lixo*. Segundo informou, *não há programas de gerenciamento de lixo radioativo*.

Outra questão alegada é a falta de *mecanismos de controle dos estágios de uso de substâncias tóxicas e de controle da geração e armazenamento de resíduos perigosos*. O grupo apontou a *falta de um incinerador e de uma destinação final dos pneus* – que são *queimados após o descarte*.

Os participantes destacaram a *existência de espaço físico adequado para criação de uma planta de tratamento e de empresas especializadas no manejo de resíduos tóxicos*.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Manejo sustentável dos resíduos industriais

■ Gestão pública

1. Adequar as leis municipais de controle e monitoramento de substâncias tóxicas, perigosas e afins, que circulam nas estradas do município e são utilizadas pelas empresas locais.
2. Elaborar plano específico de emergência, em casos de acidente.
3. Delimitar as áreas de circulação destas substâncias no município.
4. Adequar a legislação nos três níveis de governabilidade, considerando as novas empresas que se instalarão no município.
5. Criar políticas públicas eficazes para o combate ao tráfico de produtos tóxicos e perigosos.

■ Infraestrutura

6. Construir locais seguros e adequados para o tratamento de substâncias tóxicas.

■ Estudos técnicos

7. Desenvolver processos ou mecanismos que transformem os resíduos, como polímeros e entulhos, em brita artificial ou pedra ecológica.
8. Realizar estudo de viabilidade sobre a utilização da termoeletrônica desativada para instalação do incinerador, com produção de energia.

■ Elaboração de programa

9. Criar programa de manejo adequado de resíduos tóxicos e perigosos.

■ Capacitação

10. Elaborar um plano de capacitação sobre manuseio, armazenamento e descarte de resíduos tóxicos.
11. Capacitar os funcionários públicos em legislação ambiental, manejo e afins.

■ Articulação

12. Fazer parcerias com o Centro de Treinamento Sest/Senat e com a Escola de Sanitaristas para formar agentes fiscalizadores.

■ Comunicação

13. Incentivar a redução do uso de produtos perigosos ou substâncias tóxicas, através de campanhas de esclarecimento e programas de Educação Ambiental, divulgando os telefones para informações e denúncias e a quem cabe essa fiscalização.

14. Divulgar a existência da Escola de Sanitaristas e de suas ações na região.

● Descarte das embalagens de produtos tóxicos

■ Gestão pública

1. Criar mecanismos legais que responsabilizem as empresas pelo manuseio e descarte de embalagens, geração e descarte de resíduos.
2. Elaborar políticas públicas para responsabilizar o produtor pelo resgate das embalagens produzidas.

■ Planejamento

3. Criar cadastro de produtos e substâncias tóxicas que gerem resíduos.

■ Fiscalização

4. Fiscalizar e responsabilizar usuários pelo armazenamento e devolução de embalagens.

■ Comunicação

5. Criar informativos específicos para empresários, visando maior consciência ambiental sobre o tema.

● Descarte de pneus

■ Planejamento

1. Incentivar as cooperativas de catadores a recolherem pneus usados.

■ Soluções inovadoras

2. Promover a reciclagem de pneus para diversos usos (entre eles a produção de asfalto).

■ Estudos técnicos

3. Estudar uma forma pela qual a destinação final de pneus cause poucos danos ao meio ambiente.

■ Fiscalização

4. Fiscalizar de forma contínua o recolhimento de pneus usados pelos fabricantes.

● Monitoramento das substâncias tóxicas

■ Estudos técnicos

1. Identificar as substâncias tóxicas que circulam na região e os locais adequados para seu destino final, segundo a legislação.
2. Mapear áreas que estejam com o solo contaminado por estas substâncias.
3. Identificar o melhor local para a instalação de um incinerador com capacidade de atender a todos os hospitais no município.

■ Infraestrutura

4. Adequar as áreas para a criação de planta de tratamento e empresas especializadas no manejo de resíduos tóxicos.
5. Ampliar a frota de caminhões especializados no recolhimento de lixo hospitalar.

■ Capacitação

6. Orientar as pessoas que manuseiam solos contaminados sobre os riscos da atividade.

● Fiscalização do transporte de resíduos gerados pela indústria

■ Infraestrutura

1. Providenciar carros e equipamentos para bom desempenho da fiscalização.

2. Ampliar o quadro de agentes fiscalizadores.

■ Gestão pública

3. Melhorar a fiscalização por parte do poder público local.

■ Fiscalização

4. Ampliar a fiscalização do transporte de cargas químicas, tóxicas e perigosas pela rodovia.
5. Intensificar a atividade de fiscalização, esclarecendo à população a quem cabe a função.
6. Fiscalizar, de forma intensiva, as empresas que produzem estes resíduos.

■ Capacitação

7. Qualificar continuamente os agentes de fiscalização.

Possíveis parceiros

Associação Comercial de São Gonçalo . Câmara Municipal . Cedae . Cenpes . Conama . Coppe . DNOS . Empresas ligadas ao Comperj . Fundação Cide . Ibama . Inea . ONGs . Promimp . SEA . Secretarias municipais (Trabalho, Planejamento, Transporte, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Fazenda) . Sindicatos . Subsecretaria Municipal de Agricultura e Pesca . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . CT-Petro . Empresas ligadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . Fnma . Ibama . Pibic . Planfor . Proger . WWF.





BR PETROBRAS
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DO
COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO



5

Meios
de Implementação

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Segundo a Agenda 21, o desafio relacionado a este tema é utilizar o conhecimento científico e tecnológico em busca de soluções inovadoras em prol do desenvolvimento sustentável. E um dos papéis da ciência é oferecer informações que permitam desenvolver políticas adequadas à gestão cautelosa do meio ambiente e ao desenvolvimento da humanidade.

A ciência e a tecnologia devem colaborar para a adoção de técnicas de manejo e uso adequado dos recursos ambientais, melhorando a qualidade de vida das populações e permitindo sua participação na elaboração de estratégias de desenvolvimento local.

A fim de alcançar esses objetivos são necessárias ações para melhorar, atualizar e ampliar, ao longo do tempo e de forma permanente, as bases de dados científicos existentes. Isto exige o fortalecimento das instituições de pesquisas, o estímulo aos cientistas e a ampliação das fontes de financiamento, além de uma aproximação das instituições científicas e tecnológicas e dos cientistas com a população.

Segundo a Unesco, o Brasil aplica aproximadamente 1,4% do PIB em ciência e tecnologia, sendo que 1,02% do PIB são investimentos diretos em pesquisa e desenvolvimento. Mas observa que o País enfrenta o desafio de fazer com que os investimentos cheguem de forma mais homogênea à população e possam efetivamente melhorar sua qualidade de vida.

Em São Gonçalo, o grupo discutiu sobre a necessidade de *novos investimentos em pesquisas e tecnologias que contribuam para a sustentabilidade.*

Para que os investimentos sejam bem-sucedidos, é preciso preparar *mão de obra qualificada* para trabalhar com os *avanços na capacidade de inovação e de criação de novas tecnologias*. Isso depende de soluções para a *falta de fomento e de estímulo (inclusive fiscal)* e do bom aproveitamento de recursos existentes (*ISS, ICMS-Verde etc.*), que podem se tornar alternativas financeiras para estímulo de diferentes setores.

Foi destacado como ponto positivo *o comprometimento das universidades com o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o desenvolvimento sustentável no município.*

Todavia, a *falta de políticas, de legislação apropriada e de incentivos fiscais – que atraiam empresas e promovam o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias ambientalmente saudáveis* – é apontada como entrave e exige superação.

Com relação ao *ICMS-Verde*, tal recurso constitui uma política do Estado do Rio de Janeiro. Embora a lei não determine o uso que o município dará

aos recursos a título de ICMS Ecológico, este possui um conjunto de índices utilizados para aferição de percentuais e os seus correspondentes em valores que estimulem a adoção de práticas sustentáveis.

Outra preocupação manifestada é *a falta informações para a população sobre os programas de transferência de tecnologia ambientalmente saudável.*

Os membros do Fórum apontaram como uma potencialidade *a existência de órgãos públicos das três esferas governamentais que, articulados, podem fomentar a transferência deste tipo de tecnologia.*

Eles também afirmaram que *falta equipe técnica qualificada para analisar e dar continuidade aos projetos de tecnologias limpas no município* – uma das consequências da inexistência de *manejo ambientalmente saudável de biotecnologia.*

Embora existam *instituições com base científica* presentes na região, *faltam organização e programas que reúnam os projetos científicos para o desenvolvimento sustentável.* Outra preocupação é com a *inexistência de instituições voltadas para a formação de profissionais focados no desenvolvimento sustentável* e também de um *centro de pesquisas.*

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Incentivo à ciência e tecnologia

■ Articulação

1. Realizar parcerias com universidades para identificar temas para pesquisa e desenvolvimento.
2. Realizar parcerias com escolas do município para difundir a cultura científica.

■ Gestão pública

3. Criar mecanismos de incentivos aos jovens cientistas.
4. Investir, por meio de fomento e incentivos fiscais, na realização de pesquisas na área científica e de novas tecnologias.

■ Infraestrutura

5. Criar um centro de pesquisa, em diversas áreas, para aproveitar o crescimento econômico local.

■ Comunicação

6. Divulgar os resultados de pesquisas no município por meio de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.
7. Criar um plano de divulgação das normas como ISOs, ODL, P+L.

● Promoção de tecnologia ambientalmente saudável

■ Articulação

1. Realizar parcerias entre o setor público e as universidades para identificar a melhor estratégia de ação.
2. Realizar parcerias entre os setores público e privado para financiar pesquisas ambientalmente saudáveis e sua aplicação.

■ Comunicação

3. Criar um plano de divulgação para esclarecer a população sobre a importância do tema Desenvolvimento de Tecnologias Ambientalmente Saudáveis.

■ Infraestrutura

4. Instalar laboratórios de iniciação à ciência na rede de ensino municipal e estadual (Ensino Fundamental e Médio).

■ Elaboração de programas

5. Criar programas de transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis.

■ Planejamento

6. Criar uma comissão para identificar os eventuais riscos que o município pode sofrer, a partir da operação do Comperj.
7. Acompanhar a adequação da legislação municipal às normas de manejo ambiental (estado/Federação).

■ Comunicação

8. Criar fóruns para a divulgação de experiências de sucesso com tecnologias ambientalmente saudáveis.

● Incentivos à pesquisa e desenvolvimento

■ Planejamento

1. Realizar um levantamento das pesquisas e projetos realizados no município.
2. Criar um banco de projetos a serem desenvolvidos como fonte de conhecimento.

■ Capacitação

3. Formar profissionais com foco no desenvolvimento sustentável.

■ Articulação

4. Promover a articulação entre os centros de ciência e os programas governamentais, visando ao desenvolvimento sustentável do município (áreas de plantio de mudas, manejo de recursos hídricos, manejo correto de resíduos sólidos).
5. Buscar parcerias entre o poder público, o setor privado e as universidades para estimular ações visando ao desenvolvimento sustentável do município.
6. Realizar convênios com instituições internacionais, visando à transferência de conhecimentos através das universidades.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal. Cefet. Coppe. Coppead. Escolas. Faetec. Faperj. FGV. Fundação SOS Mata Atlântica. Instituto Ethos. MP. OAB. ONGs. Petrobras. Prefeitura Municipal. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES. CNPq. Embrapa. Empresas ligadas ao Comperj. Faperj. Finep. Fnma. Fundação SOS Mata Atlântica. Fundação Victor Civita. IBM . Pibic.

RECURSOS FINANCEIROS

O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 Global exige um fluxo substancial de recursos financeiros, sobretudo para os países em desenvolvimento, que ainda necessitam resolver questões estruturais para que sejam construídas as bases de um desenvolvimento sustentável.

No plano local, o fortalecimento da capacidade das instituições para a implementação da Agenda 21 também exige financiamento, e um dos principais desafios enfrentados nesse processo é a identificação de mecanismos para obter recursos financeiros que viabilizem a execução dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A busca de financiamento deve não só considerar os recursos conhecidos como também buscar novas fontes, ampliando e diversificando as alternativas existentes para os diferentes processos e localidades. Essa tarefa demanda competências e capacidade técnica para quantificar de forma adequada as necessidades, planejar e desenvolver projetos que permitam a captação, além de monitorar e controlar a aplicação dos recursos e o andamento das ações contempladas.

Nesse sentido, destaca-se a importância de processos de capacitação e formação de quadros locais que possam desenvolver de forma adequada os projetos e atuar de forma transparente na utilização dos recursos disponibilizados. Já para o monitoramento e controle, é importante implementar mecanismos eficientes e criar estratégias que promovam a transparência na prestação de contas à sociedade.

A participação da sociedade deve permear todo o processo, desde a escolha da destinação dos recursos obtidos, visando à eficácia de sua aplicação, até seu acompanhamento ao longo da utilização.

Em São Gonçalo, no que tange ao financiamento para a sustentabilidade, os participantes apontaram a *falta de capacitação das instituições locais sobre o tema* e, portanto, a *falta de profissionais capacitados para captar recursos junto a financiadores e fundos*.

Outra preocupação é que a *falta de conhecimento técnico* possa levar o município a não receber recursos de organizações estrangeiras, que geralmente são mais exigentes.

Outro aspecto diz respeito à *falta de democratização das informações referentes aos recursos disponíveis para projetos em fundos nacionais e internacionais*.

Os participantes consideraram ainda que a *falta de transparência na transferência de recursos* é uma fragilidade.

Segundo dados da Fundação Cide, em 2005, o Índice de Qualidade do Município (IQM, índice que mede as condições de atração de investimentos) de São Gonçalo era 0,4, correspondendo ao 19º lugar na classificação no Estado do Rio de Janeiro (do total de 97 municípios).

Segundo dados da mesma Fundação, a taxa de crescimento do PIB *per capita* do município, no período 2002-2007, foi de 41,53%, contra 57,07 da região metropolitana. Esses dados sugerem que a economia do município está em franco processo de crescimento econômico.

Em São Gonçalo, a estimativa de recursos do ICMS Ecológico para o exercício de 2010 era de R\$ 594.676,00, distribuídos da seguinte forma: Unidades de Conservação (R\$ 242.810,00); destino final de lixo (R\$ 147.302,00); remediação de vazadouros (R\$ 107.588,00) e tratamento de esgoto (R\$ 96.976,00).

As receitas municipais totalizaram R\$ 447,11 milhões em 2008, enquanto as despesas totais foram de R\$ 441,73 milhões, constituindo um aumento de 154% em receita entre 2003 e 2008, e um aumento de 115% em despesas no mesmo período. A tabela 4, na página seguinte, apresenta alguns indicadores do TCE para 2008 em São Gonçalo.

ICMS-Verde – A legislação tradicional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevê que 25% dos recursos arrecadados pelo governo estadual do Rio de Janeiro sejam repassados às prefeituras, segundo critérios como número de habitantes e área territorial. Com a aprovação da Lei do ICMS-Verde, o componente ecológico foi incorporado a essa distribuição, tornando-se um dos seis índices estabelecidos para o cálculo do imposto. Dependendo do tipo de política que adotar em prol do meio ambiente, o município terá direito a maior repasse do imposto. O índice de repasse do ICMS-Verde será composto da seguinte forma: 45% para áreas conservadas (unidades de conservação, reservas particulares e áreas de proteção permanentes); 30% para qualidade da água; e 25% para a administração dos resíduos sólidos. As prefeituras que criarem suas próprias unidades de conservação terão direito a 20% dos 45% destinados à manutenção de áreas protegidas. Os índices para a premiação dos municípios serão elaborados pela Fundação Cide (Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro).

Tabela 4: Índices econômicos no município de São Gonçalo em 2008

Índice	Nomenclatura	Fórmula	Valor	Descrição	Série Histórica
1	Indicador de equilíbrio orçamentário	Receita realizada/ despesa executada	1,0122	Há R\$ 101,22 para cada R\$ 100 executados Superávit em execução	Ver Gráfico 10
2	Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	Despesas de custeio/ receitas correntes	0,89	De toda a receita corrente, 89% estão comprometidos com o custeio do funcionamento da máquina administrativa	Ver Gráfico 11
3	Autonomia financeira	Receita tributária própria/despesas de custeio	0,196	A autonomia financeira do município é 19,6%	Ver Gráfico 12
4	Esforço tributário próprio	Transferências correntes e de capital/ receita realizada	0,175	Do total de receitas do município, 17,5% vêm de atividade tributária própria	Ver Gráfico 13
5	Carga tributária própria	Receita tributária própria + cobrança dívida ativa/ população	R\$ 81,42/ hab	Ao longo do período (2008), cada habitante contribuiu em média com R\$ 81,42 para o fisco municipal	Ver Gráfico 14
6	Investimentos <i>per capita</i>	Investimentos/ população do município	R\$ 43,05/ hab	Cada habitante recebeu da administração pública, em média, R\$ 43,05 em benefícios diretos e indiretos	Ver Gráfico 15
7	Grau de investimento	Investimentos/receita total	0,0946	Os investimentos públicos representam 9,46% da receita total do município	Ver Gráfico 16
8	Liquidez corrente	Ativo financeiro/ passivo financeiro	1,36	Para cada parte devida, existe 1,36 vezes mais receita para pagar	Ver Gráfico 17

Fonte: TCE, Estudo Socioeconômico do Município de São Gonçalo (2009).

Gráfico 10: Indicador de equilíbrio orçamentário

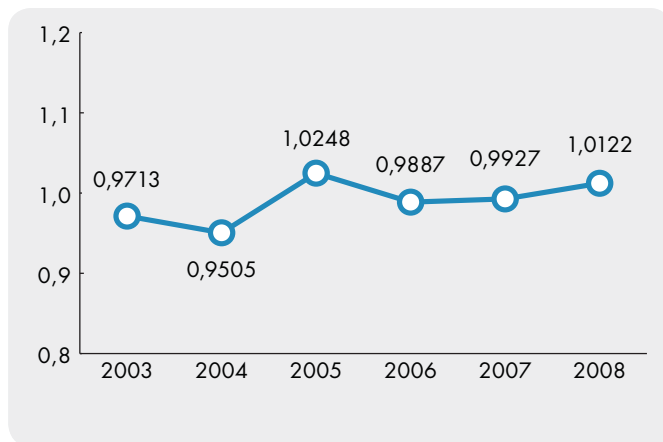


Gráfico 13: Esforço tributário próprio

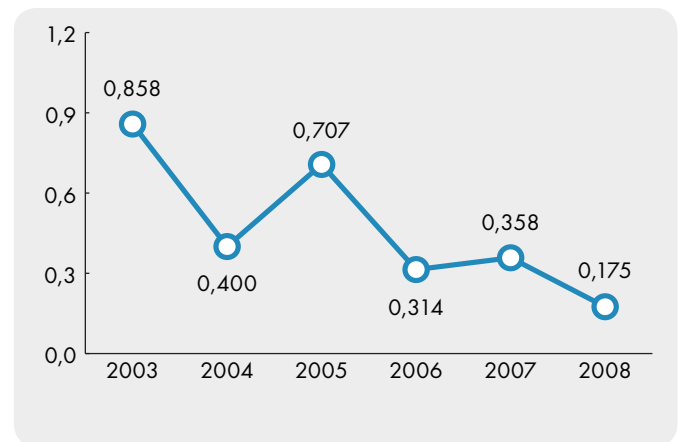


Gráfico 11: Despesas de custeio



Gráfico 14: Carga tributária per capita

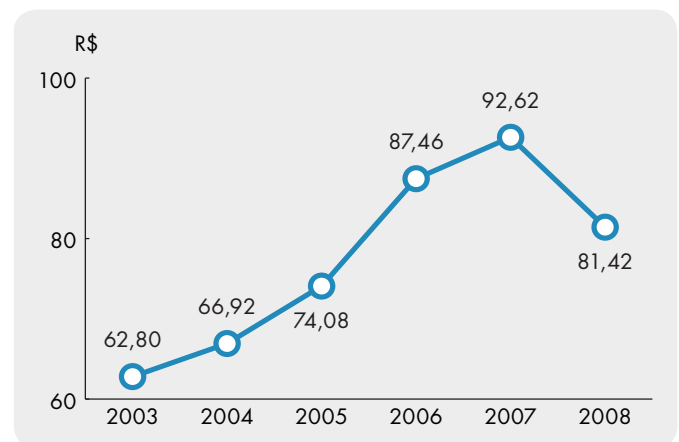


Gráfico 12: Autonomia financeira

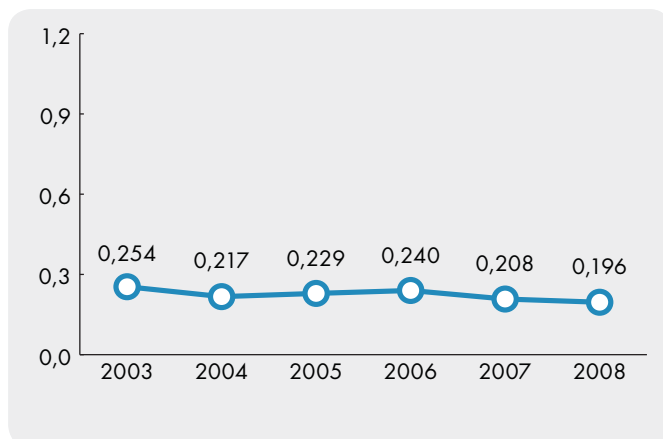


Gráfico 15: Investimentos per capita

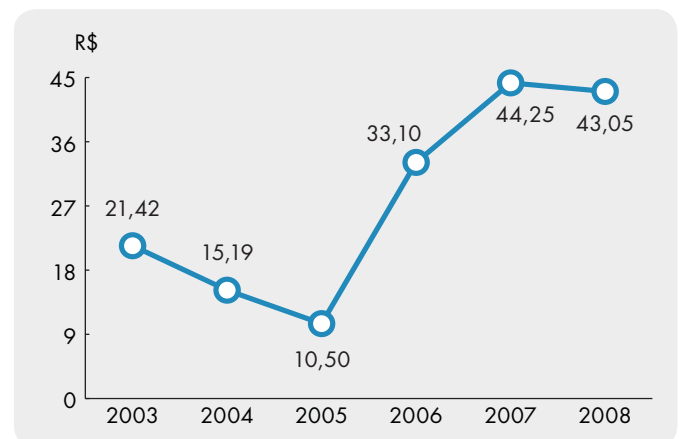


Gráfico 16: Grau de investimento

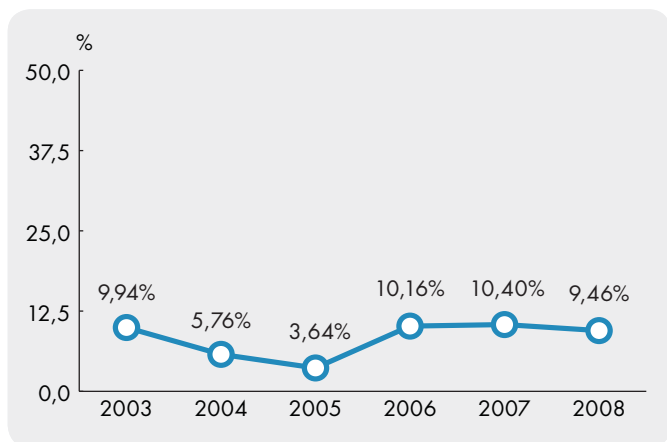
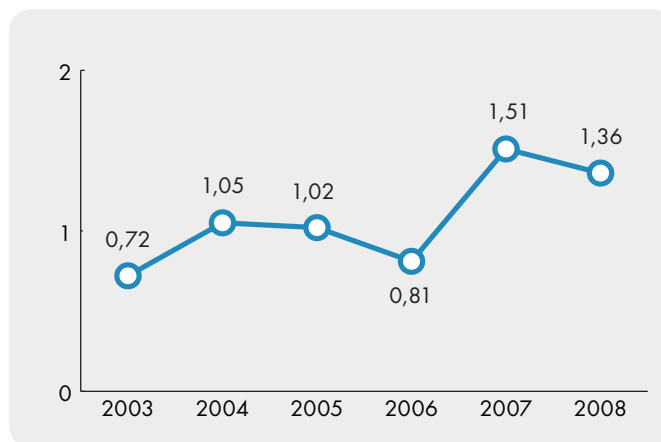


Gráfico 17: Liquidez corrente



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Captação de recursos**

■ **Articulação**

1. Realizar convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando à capacitação em elaboração de projetos e captação de recursos financeiros.

■ **Planejamento**

2. Identificar no município mão de obra qualificada para participar de oficinas de capacitação em captação de recursos.
3. Criar uma câmara temática específica para identificar fontes de financiamento e editais em aberto.

● **Transparência na gestão dos recursos financeiros**

■ **Articulação**

1. Articular o Fórum da Agenda 21 Local e os Conselhos Municipais para acompanhar a aplicação dos recursos financeiros.

■ **Planejamento**

2. Instrumentalizar o Fórum da Agenda 21 Local e os Conselhos Municipais com ferramentas de análise de prestação de contas dos recursos utilizados.

■ **Fiscalização**

3. Acompanhar o cumprimento das medidas punitivas e de ressarcimento dos gastos não condizentes com a legislação vigente.

■ **Comunicação**

4. Utilizar o espaço virtual do Fórum da Agenda 21 Local para divulgar a prestação de contas.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . CIID . Conselhos Municipais . FGV . Instituto Ayrton Senna . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Fecam . LDO . LOA.

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A participação, essencial em um processo de Agenda 21 Local, tem a função de aproximar o cidadão da gestão e das políticas públicas. Dessa maneira, ele conquista espaço, garante a elaboração de um planejamento que reflita as necessidades locais e acompanha sua implantação.

A mobilização social é parte importante do processo de fomento à participação. Ela acontece quando um grupo de indivíduos se reúne e decide agir para um bem comum. Fazer parte de um processo de mobilização é uma escolha que depende das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de transformar sua realidade.

O desenvolvimento local depende do acesso a informações organizadas e disponibilizadas com transparência a todos os interessados. Para que possam participar efetivamente dos processos decisórios e influenciar as políticas locais, os cidadãos devem estar bem informados sobre os problemas, oportunidades e potenciais da região.

Embora haja uma quantidade considerável de dados produzidos, é preciso sistematizá-los e atualizá-los para que se transformem em informação útil para as populações e que sua divulgação seja ampla e democrática entre os diferentes segmentos sociais.

O desafio é promover formas de organizar, disponibilizar e divulgar as informações de modo integrado, coerente e acessível a todos, para que elas se tornem ferramentas eficazes de participação social.

Em São Gonçalo, a preocupação dos membros do Fórum com a Mobilização e Comunicação refere-se à *falta de uma campanha de publicidade e divulgação da Agenda 21.*

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Divulgação da Agenda 21**

■ **Comunicação**

1. Identificar possíveis canais de divulgação.
2. Elaborar um plano de ação estratégico para divulgação da Agenda 21.
3. Elaborar peças de divulgação (ex.: *site*, jornal, filipetas, rádio comunitária, *outdoor*, *busdoor*).

■ **Planejamento**

4. Utilizar as Oito Metas do Milênio como instrumento de divulgação da Agenda 21.

■ **Articulação**

5. Identificar e contatar possíveis parceiros para viabilizar o plano de ação de divulgação da Agenda 21.

6. Articular com a Secretaria Municipal de Educação a realização de concursos (redação, criação de logo, gincanas, maquetes) como um processo de divulgação da Agenda 21.

Possíveis parceiros

Associações de moradores . Crea . Empresas ligadas ao Comperj . Escolas . OAB . ONGs . Instituições Religiosas . Prefeitura Municipal . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Empresas ligadas ao Comperj . Laboratórios B. Braun . LDO . LOA . Petrobras.

GESTÃO AMBIENTAL

A gestão envolve:

- Escolha inteligente dos serviços públicos oferecidos à comunidade;
- Edição de leis e normas claras, simples e abrangentes de defesa ambiental local;
- Aplicação das leis, penalizando quem causa algum tipo de dano ambiental;
- Formação de consciência ambiental;
- Geração de informações que deem suporte às decisões;
- Democratização das instituições, para que permitam e estimulem a participação de cidadãos e cidadãs;
- Planejamento do desenvolvimento sustentável local;

Implementação das políticas necessárias para realizá-lo.

Fonte: Programa Nacional de Capacitação – volume 1 – MMA.

Nos últimos anos, os municípios brasileiros vêm assumindo um papel cada vez mais efetivo na gestão das políticas públicas, dentre elas a política ambiental. Desde 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) define o papel do poder local dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, transformou o município em ente autônomo da federação e lhe facultou o poder de legislar suplementarmente sobre a política ambiental, em especial sobre questões de interesse local.

Gestão é o ato de administrar, ou seja, usar um conjunto de princípios, normas e funções para obter os resultados desejados. A gestão ambiental de um território deve cuidar para que este não se deteriore, conservando as características que se deseja e aprimorando aquelas que necessitam de melhoria. Para isto, é preciso conscientizar e capacitar administradores e funcionários para que possam desempenhar seu papel, suas responsabilidades e atribuições.

Uma gestão participativa, como pede a Agenda 21, entende que poder local não é apenas a Prefeitura, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal e as relações que estabelecem entre si. Uma boa gestão ambiental depende do bom funcionamento deste conjunto e tem como atribuições cuidar das áreas importantes para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos.

Em São Gonçalo, o grupo abordou vários aspectos ligados à gestão ambiental local. Dentre eles, destacaram a falta de *participação popular* nas decisões e, especialmente, de *conscientização da população para cobrar de seus representantes as ações de bem comum*.

Faltam campanhas e atividades permanentes sobre as políticas de meio ambiente para todo o público e também campanha de publicidade e divulgação da Agenda 21.

Sobre a participação social na gestão, o grupo afirmou que *já existe integração da comunidade do entorno para um desenvolvimento social*. No entanto, não há transparência em alguns aspectos, como, por exemplo, no *acesso da população aos contratos que preveem obras públicas*.

Na opinião deles, a *instalação do Comperj* é uma oportunidade, pois *poderá trazer investimentos e desenvolvimento e, portanto, recursos que poderão ser aplicados na conscientização da sociedade, do poder público e dos empresários*.

Todavia, a *falta de uma estrutura que dê uma base sustentável para a continuidade de atividades* no âmbito da gestão ambiental foi apontada como uma fragilidade que engloba a administração pública, as ONGs e o setor empresarial local.

Assim, o fortalecimento do arcabouço institucional do Sistema de Gestão Ambiental Local é essencial, especialmente quanto à *implementação e organização do Conselho Municipal de Meio Ambiente*, que é a instância mais representativa do Sistema e local de mediação dos conflitos socioambientais.

Outra preocupação é com a *falta de continuidade das ações do Conselho de Meio Ambiente (desarticulado e sem agenda definida), impedindo sua parceria com o processo de Agenda 21 Local*.

Além de prejudicar a participação social nas decisões públicas, a inoperância do Conselho de Meio Ambiente pode levar à *perda de receita*. De forma geral, é fundamental e estratégica a *mobilização da população e a formação de Conselhos Municipais*.

Outro aspecto abordado foi a *falta de divulgação das ações de Responsabilidade Social e Ambiental das empresas estrangeiras* instaladas no município e também a *existência de empresas que não têm responsabilidade socioambiental*.

Com relação às estruturas locais de gestão, foram identificadas situações preocupantes sob o prisma da sustentabilidade, como a *falta de integração entre as Secretarias e seus programas para o desenvolvimento sustentável*, sendo destacada como exceção a *sinergia entre a Secretaria de Meio Ambiente e a de Desenvolvimento Econômico*, e o *alinhamento técnico entre as Secretarias de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Econômico, de Cultura e de Turismo*.

Um dos fatores que contribui para esta situação é a *ausência de um sistema integrado de informações das várias Secretarias Municipais*. Os participantes sentem necessidade de contar com uma *rede de informática integrada entre as Secretarias (intranet)*.

Eles avaliaram como uma conquista a *elevação da Subsecretaria de Meio Ambiente à Secretaria*. No entanto, informaram que *faltam informações sobre a atuação e responsabilidades desta e que falta a incorporação de “Desenvolvimento Sustentável” ao seu nome*.

Além da nomenclatura, foram apontados aspectos essenciais à eficácia da gestão ambiental, como a necessidade de *o governo municipal respaldar a importância da Secretaria de Meio Ambiente dentro da municipalidade e de seu aparelhamento*, tanto do ponto de vista de logística como de recursos humanos. Segundo o grupo, *faltam quadros técnicos permanentes (principalmente fiscais) para compor as Secretarias Municipais e assim garantir a continuidade das políticas públicas implementadas*.

Não há fiscais suficientes na Secretaria de Meio Ambiente e também falta capacitação dos recursos humanos e aparelhamento para fiscalização da degradação ambiental. Os participantes demonstraram preocupação com a *ineficiência da fiscalização, no que se relaciona tanto ao número de pessoal, quanto à tecnologia e aos instrumentos de monitoramento disponíveis*.

Como soluções para os entraves da gestão ambiental local, os membros do Fórum sugeriram *o aumento dos quadros técnicos* efetivos, a atualização de mecanismos legais, como a *revisão regular da Lei Orgânica do Município*, a *revisão do Plano Diretor (que não foi concluída)* e *mais políticas de desenvolvimento sustentável* que, na avaliação deles, são poucas.

Considerando a complexidade existente na gestão ambiental, eles avaliaram que *falta às subprefeituras um formato tripartite (um representante do poder executivo, um do legislativo e um da comunidade)*.

Em relação à *grande quantidade de informação com cenários muito diversos* presentes em *teses e monografias sobre o município*, nota-se que *falta um banco integrado de dados para facilitar a tomada de decisões* e diminuir a *burocracia* na tramitação dos processos administrativos de gestão ambiental.

De forma geral, consideraram fundamental a *existência de instituições fortes* na gestão pública e a *capacitação dos gestores públicos*, o que pode contribuir para a *alavancagem de processos ligados ao desenvolvimento sustentável local*.

Os participantes avaliaram que o potencial do município é limitado pela *falta de programas que integrem o poder municipal com organizações internacionais de fomento* e pela *inexistência de políticas e mecanismos institucionais de incentivo e acesso a programas e à cooperação internacional para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável*.

Apesar de terem afirmado que *já existem instituições que promovem a cooperação internacional* no município, eles alegam que *faltam profissionais qualificados para promover o intercâmbio* e o estímulo à *cooperação nacional/internacional*.

Duas potencialidades identificadas foram a *ampliação dos convênios com centros universitários a fim de capacitar a comunidade local* e a *divulgação dos mecanismos e instrumentos sobre os arranjos para cooperação nacional e internacional nas universidades e na administração pública*.

O grupo argumentou que *o cenário político atual pode favorecer a troca de informações*, assim como a *própria implantação do Comperj*. Por outro lado, avaliaram que a *falta de projetos e estratégias bem elaborados para desenvolver arranjos institucionais internacionais*, a *carência de profissionais especializados no assunto* e a *falta de conhecimento sobre os mecanismos jurídicos internacionais* são obstáculos a serem superados.

A presença de um *grande número de profissionais da área jurídica* pode colaborar para remediar a *falta de participação do município* no âmbito dos acordos de *cooperação internacionais*.

Eles informaram que sabem da *existência de alguns arranjos (ex.: Projeto da Marambaia e da Igreja Católica de São Pedro de Alcântara)*, mas que não têm acesso a informações mais detalhadas.

Sobre o processo da Agenda 21 Local, o grupo informou a *existência da lei municipal 163/07, que institui o Fórum da Agenda 21* e acrescentou que, *historicamente, sempre houve pouco incentivo aos debates por parte do poder público, acarretando baixa mobilização social e pouco envolvimento com esse processo.*

Na avaliação dos participantes do Fórum, *faltam centros de capacitação para profissionais sobre temas como manejo do meio ambiente e Agenda 21.* Nesse sentido, sinalizaram como oportunidade a *existência de um Programa Federal de Capacitação do Coletivo Educador (cursos oferecidos aos alunos do Ensino Fundamental e Médio para difusão da Agenda 21).*

Para o grupo, *o processo da Agenda 21 ainda está em construção, o que favorece a busca de conhecimentos para captação de recursos para sua implementação.* Lembraram também que existem *várias iniciativas em escolas e grupos comunitários para o desenvolvimento da Agenda 21.* Além disso, *incluiram a reunião dos setores do Fórum da Agenda 21 Comperj no rol de oportunidades de fortalecimento do processo.* Eles esperam que o Fórum seja ampliado e tenha continuidade para se firmar como processo sustentável de participação social na gestão pública local.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Estímulo à participação popular

■ Planejamento

1. Pôr em prática o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.
2. Criar programas de voluntariado ecológico voltados para a população jovem, terceira idade e empresas.

■ Comunicação

3. Criar uma ação estratégica para a divulgação e conscientização da importância do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (ex.: criação de material lúdico de divulgação, Oito Metas do Milênio).
4. Divulgar a versão virtual do Diário Oficial da cidade.
5. Criar um disque-denúncia gratuito para questões socioeconômico-ambientais.

■ Articulação

6. Buscar interlocução com o Ministério Público para instituir o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), visando garantir a continuidade das políticas públicas implementadas.
7. Estabelecer parcerias para viabilizar a utilização dos espaços dos ônibus, táxis, pontos de ônibus, *shoppings*, praças para divulgação do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS).
8. Promover a integração do Fórum da Agenda 21 Local com a Polícia Florestal, Defesa Civil, Guarda Municipal e agentes comunitários de saúde, visando à mobilização popular.
9. Realizar parcerias com programas federais, como os Pontos de Cultura, Centro de Educação Ambiental e Salas Verdes, como espaço de integração da comunidade.

■ Infraestrutura

10. Criar o Observatório de Desenvolvimento Urbano Local para monitorar a implementação dos Objetivos do Milênio.

● Formação de um colegiado de estudos sobre os avanços da instalação do Comperj

■ Planejamento

1. Formar um colegiado, organizado por representantes do Fórum da Agenda 21 Local de cada município da área de

abrangência do Comperj, para discutir a fase de implementação do empreendimento e os recursos disponibilizados para os municípios.

■ Comunicação

2. Divulgar os resultados do acompanhamento nos meios de comunicação locais.

■ Articulação

3. Buscar junto ao Comperj um incentivo para a continuidade das atividades socioambientais desenvolvidas no município.

■ Gestão pública

4. Cobrar da equipe de gestão do Comperj o comprometimento com a divulgação de acidentes que afetem o meio ambiente.

■ Capacitação

5. Cobrar do Comperj a formação e capacitação de agentes da comunidade para auxiliar na prevenção de acidentes ambientais ou em emergências.

● Fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente

■ Gestão pública

1. Reativar o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

■ Infraestrutura

2. Dotar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de infraestrutura básica.

■ Articulação

3. Convidar as lideranças locais para participarem da reativação do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
4. Realizar fóruns e conferências para agregar atores visando ao fortalecimento e à continuidade do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
5. Promover a articulação do Fórum da Agenda 21 Local com o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

● Estímulos a projetos socioambientais

■ Capacitação

1. Capacitar profissionais para a elaboração de projetos e programas socioambientais.
2. Capacitar gestores com o papel de integrar a comunidade na tomada de decisões.

■ Articulação

3. Articular-se com as empresas para que apoiem projetos socioambientais.

■ Comunicação

4. Divulgar os futuros projetos e os que estão sendo executados na região, para estimular a participação da comunidade.

■ Planejamento

5. Criar um banco de boas práticas para embasar a elaboração de projetos no município.

● Fortalecimento do Fórum da Agenda 21 Local

■ Gestão pública

1. Elaborar emenda à Lei Municipal 163/07, que cria o Fórum da Agenda 21 Local (adequando-a à realidade atual).
2. Promover o entendimento junto às Secretarias municipais e o Poder Legislativo sobre a importância da Agenda 21.
3. Inserir o chefe do Executivo municipal no Fórum da Agenda 21 Local, a fim de gerar comprometimento.

■ Capacitação

4. Capacitar os representantes do Fórum nos assuntos pertinentes à Agenda 21 Local.

■ Comunicação

5. Criar fóruns comunitários (minicélulas de Agenda 21 Local) para dar continuidade à discussão e ao acompanhamento dos projetos e trabalhos.

■ Planejamento

6. Criar câmaras temáticas setoriais no Fórum da Agenda 21 Local.
7. Estabelecer no Plano Local de Desenvolvimento Sustentável metas para os desdobramentos da Agenda 21 no município.

● Captação de recursos para o Fórum da Agenda 21 Local

■ Gestão pública

1. Elaborar emenda à Lei Municipal 163/07, para a criação do Fundo Municipal da Agenda 21.
2. Elaborar um banco de projetos com o objetivo de captar recursos.

■ Articulação

3. Realizar convênios com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à capacitação em elaboração de projetos e captação de recursos financeiros.

4. Promover a captação de recursos junto a empresas privadas para apoio às ações da Agenda 21.

■ Planejamento

5. Realizar um levantamento dos órgãos de fomento, nacionais e internacionais.

● Promoção da Agenda 21 nos espaços formais de educação

■ Planejamento

1. Promover a criação de Com-Vidas (Agenda 21 Escolar) nas escolas do município.

■ Articulação

2. Criar um canal de comunicação com a Secretaria Municipal de Educação que evidencie a importância da Agenda 21 no âmbito escolar.
3. Buscar parcerias com as unidades de ensino particular a fim de divulgar o tema Agenda 21.

■ Capacitação

4. Capacitar os membros do Fórum da Agenda 21 Local para prepará-los para realizar palestras de divulgação nas escolas.

■ Comunicação

5. Elaborar material didático para ser distribuído nas escolas.
6. Criar espaços virtuais de divulgação e interação voltados para a comunidade estudantil.

● Integração dos Conselhos Municipais

■ Capacitação

1. Criar mecanismos de capacitação para futuros conselheiros.

■ Comunicação

2. Sensibilizar a população a respeito da importância dos Conselhos Municipais.
3. Criar um canal de comunicação entre os Conselhos Municipais.
4. Elaborar um calendário anual com as ações realizadas e prestações de contas dos Conselhos Municipais.

■ Planejamento

5. Planejar um fórum permanente de Conselhos da região de influência do Comperj.

● Participação do Segundo Setor nas questões ambientais

■ Fiscalização

1. Realizar uma fiscalização eficiente e pedagógica nas empresas instaladas no município que não tenham compromisso com as questões socioambientais.

■ Comunicação

2. Promover a divulgação das ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas pelas empresas instaladas no município.
3. Divulgar a importância das diversas certificações (ISO 9001, ISO 14001).

● Divulgação de contratos públicos

■ Comunicação

1. Divulgar os contratos públicos nas mídias disponíveis (Diário Oficial, *site* da prefeitura).
2. Divulgar as audiências públicas no Diário da Câmara Municipal e nos meios de comunicação da cidade.

■ Infraestrutura

3. Instalar placas de obras públicas com informações mais detalhadas.

● Integração entre as Secretarias municipais

■ Gestão pública

1. Promover a integração entre Secretarias municipais para a efetivação de programas afins.

■ Comunicação

2. Criar um canal de comunicação interno para facilitar a integração das Secretarias (ex.: intranet).
3. Utilizar a estrutura dos portais desenvolvidos pelas Secretarias municipais para acesso aos projetos.

■ Articulação

4. Articular as associações de moradores como um canal de divulgação das políticas públicas das Secretarias Municipais.
5. Promover encontros dos membros do Fórum com os secretários municipais, visando sensibilizá-los sobre a importância da Agenda 21 Local.

● Promoção da gestão da informação

■ Planejamento

1. Realizar um levantamento sobre as dissertações, teses e monografias elaboradas sobre o município.

2. Criar um banco de dados com esses documentos.

3. Criar um comitê de estudo e implantação do banco de dados.

4. Investir em tecnologia da informação, visando à desburocratização.

■ Articulação

5. Realizar convênios do poder público com instituições com *expertise* em gestão pública, visando à capacitação dos gestores.

6. Realizar parcerias com universidades para o processamento de dados necessários.

● Estímulo à cooperação internacional

■ Articulação

1. Realizar cooperação técnica com universidades e centros de pesquisas para desenvolver a interlocução com os organismos internacionais.

2. Articular o poder público municipal com as instituições que já atuam com a cooperação internacional.

■ Infraestrutura

3. Melhorar a infraestrutura do parque industrial de Guaxindiba, com vistas a torná-lo mais atrativo para as empresas sustentáveis que se instalarão no município.

■ Gestão pública

4. Elaborar uma legislação que incentive a vinda de empresas sustentáveis para o município.

5. Cumprir o Plano Diretor quanto à cooperação internacional.

■ Comunicação

6. Elaborar um plano de divulgação para as cooperações internacionais.

● Arranjos institucionais internacionais

■ Articulação

1. Promover um intercâmbio entre o Fórum da Agenda 21 Local e os organismos internacionais.

■ Planejamento

2. Identificar profissionais da área jurídica aptos a colaborar com esses arranjos.

3. Aproveitar a posição da cidade no cenário político nacional a fim de inserir o município nos arranjos institucionais internacionais.

4. Buscar fontes de informação e capacitação sobre os arranjos institucionais internacionais.

● Instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais

■ Articulação

1. Articular-se com a OAB local a fim de identificar profissionais especializados em Direito Internacional.
2. Promover diálogos entre a Petrobras e o Fórum da Agenda 21 Local, visando identificar as oportunidades oferecidas pelo empreendimento.

■ Planejamento

3. Buscar fontes de informação e capacitação sobre os mecanismos jurídicos internacionais.

■ Gestão pública

4. Buscar investimentos internacionais através de acordos de cooperação.

■ Capacitação

5. Capacitar os integrantes das instituições do Terceiro Setor e da comunidade sobre a legislação e aspectos jurídicos nos âmbitos nacional e internacional.

● Organização e estruturação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

■ Gestão pública

1. Assegurar o comprometimento das Secretarias municipais com a Agenda 21 Local, independentemente da alternância de gestão.
2. Criar núcleos de gestão pública distritais tripartites, considerando a questão da paridade.

■ Comunicação

3. Divulgar o Planejamento Plurianual Municipal.
4. Divulgar a legislação ambiental por meio de boletins específicos.

■ Planejamento

5. Inserir “Desenvolvimento Sustentável” ao nome da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
6. Criar auditorias ambientais internas e externas.
7. Monitorar a realidade e avanços de caráter ambiental por meio de relatórios de acompanhamento de metas.

■ Infraestrutura

8. Reforçar a necessidade de recursos humanos para intensificar a fiscalização no município.
9. Reforçar a necessidade de melhoria da infraestrutura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

■ Articulação

10. Promover a integração do Legislativo e Judiciário às ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Possíveis parceiros

Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo . Associações de moradores . Câmara Municipal . Conleste . Conselhos municipais . Consulados . Coppe/UFRJ . Coppead/UFRJ . CPDerj . Crea . Embaixadas . Empresas ligadas ao Comperj . Entidades religiosas . Escolas . FGV . Firjan . Fóruns Locais da Agenda 21 de outros municípios . Ibam . ILTC . Inea . Ministérios (Educação, Relações Exteriores, Meio Ambiente) . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Procuradoria Municipal . Rebal . SEA . Sebrae . Secretarias municipais (Desenvolvimento Social, Meio Ambiente) . Senac . Senai . Sest-Senat . Sesc . Sindicatos . Sinep . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . Banco Itaú . BID . Bird . BNDES . CIID . Empresas ligadas ao Comperj . Fecam . Finep . FNMA . Fundo Municipal do Meio Ambiente . Instituto Itaú Social . Instituto Natura . Laboratórios B . Braun . LDO . LOA . Pnud.

AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO

Com base na avaliação de todas as questões levantadas e discutidas com os representantes da Agenda 21 dos municípios localizados na área de influência do Comperj, a Petrobras desenvolveu diversos planos e programas para a região, tanto de medidas compensatórias quanto de responsabilidade ambiental e social, para minimizar eventuais impactos causados pelo empreendimento.

Programas ambientais

■ Monitoramento dos corpos hídricos superficiais e sedimentos

Acompanhar a evolução da qualidade das águas dos rios Macacu e Caceribú, verificando alterações nas características e na qualidade das águas. Essa iniciativa dará origem a um banco de dados que orientará o monitoramento da água em fases futuras do empreendimento, assegurando que não haja degradação de corpos hídricos pelas atividades do Complexo.

■ Monitoramento das águas subterrâneas

Monitorar as variações e interferências na quantidade e qualidade das águas subterrâneas durante a realização das obras de infraestrutura de urbanização do Comperj.

■ Monitoramento dos efluentes líquidos

Monitorar os efluentes líquidos gerados pelas obras na fase de infraestrutura de urbanização e verificar se o tratamento de efluentes é realizado de forma adequada, não só em consonância com as leis pertinentes, mas também em relação aos parâmetros básicos necessários para sua reutilização.

■ Monitoramento de emissões atmosféricas e da qualidade do ar

Monitorar o teor de gases e particulados a serem gerados durante a fase de infraestrutura de urbanização e dar continuidade ao programa de monitoramento da qualidade do ar, iniciado na fase de licenciamento prévio.

■ Monitoramento de manguezais da APA de Guapimirim e Esec da Guanabara

Diagnosticar e monitorar as principais características nas áreas de florestas de mangue da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara.

■ Monitoramento da biota aquática

Caracterizar e monitorar possíveis alterações do ecossistema aquático, tanto fluvial quanto marinho, a partir de informações sobre seres vivos e condições do ambiente na fase de terraplanagem do Comperj.

■ Monitoramento da biota terrestre

Realizar o levantamento e monitoramento da composição da fauna terrestre da área de influência direta do Comperj.

■ Revegetação e apoio ao desenvolvimento, divulgação e implantação de práticas agroflorestais sustentáveis

Promover atividades de reflorestamento que contribuam para a recuperação e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribú.

■ Fortalecimento das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental de Itaboraí

Prover subsídios para que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Itaboraí possa cumprir as condições para celebração de convênio com o governo do Estado do Rio de Janeiro que visa à descentralização do licenciamento ambiental.

■ Apoio ao Parque Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí

Apoiar a implantação de infraestrutura do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, contribuindo para que ele se torne referência enquanto espaço de pesquisa, educação patrimonial-ambiental e entretenimento para a comunidade do entorno.

Projetos sociais

■ Educação Ambiental

O objetivo do programa de Educação Ambiental é desenvolver ações nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, visando capacitar diversos setores da sociedade para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

■ Comunicação social

O programa de Comunicação Social do Comperj visa difundir e monitorar continuamente as informações sobre a implantação do empreendimento, informando riscos, situações específicas e evitando criar expectativas irreais entre os diversos públicos de interesse envolvidos.

■ Centro de Integração do Comperj

O local foi planejado para permitir a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento das vocações locais nos municípios de influência do empreendimento. O objetivo é promover o desenvolvimento socioeconômico por meio da capacitação de micro e pequenas empresas da região, de forma a diminuir o impacto gerado pela mobilização e desmobilização de mão de obra em virtude das fases de construção e montagem do Comperj.

■ Centro de Informações do Comperj

O Centro de Informações do Comperj tem por missão coletar, sistematizar e disponibilizar dados e informações socioeconômicos e ambientais georreferenciados sobre os municípios membros do Conleste.

■ Apoio e cooperação às políticas públicas para adequação dos serviços públicos locais

O objetivo deste plano é apoiar as administrações públicas municipais e incentivar a articulação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na região, de modo a adequar a estrutura dos serviços públicos regionais às demandas oriundas da implantação do Comperj.

■ Capacitação de fornecedores e serviços locais para gestão de resíduos sólidos e insumos para obras

O objetivo deste plano é capacitar e apoiar os municípios da região do Comperj para disposição final de resíduos sólidos, assim como qualificar os fornecedores locais para suprimento de areia, em virtude das obras de urbanização.

■ Monitoramento da evolução demográfica e das demandas por serviços públicos

O objetivo do plano é acompanhar impactos socioeconômicos e ambientais provocados pelo aumento da população e da demanda dos serviços públicos, disponibilizando informações que permitam o planejamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

■ Valorização da cultura local

O objetivo geral deste programa é apoiar iniciativas para a valorização do patrimônio cultural material e imaterial dos municípios na região do Comperj, em alinhamento à Política de Responsabilidade Social da Petrobras.

■ Acompanhamento epidemiológico

Acompanhamento analítico da evolução de enfermidades e agravos na área de abrangência do Comperj – com foco nos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, São Gonçalo e Guaxindiba –, contribuindo para quantificar e informar possíveis mudanças no comportamento epidemiológico no decorrer do processo de implantação do Complexo.

■ Atitude sustentável

O projeto, desenvolvido no parque ambiental Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo, visa oferecer atividades esportivas e culturais a 2.200 pessoas, em sua maioria crianças e adolescentes. O projeto traz ainda benefícios ao meio ambiente, já que a água que abastece o lago artificial (piscinão) é captada por uma balsa localizada na Baía de Guanabara e tratada com fins de purificação, tornando-se própria para o banho.

GLOSSÁRIO / SIGLAS

Abav – Associação Brasileira de Agências de Viagens	CIID – Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento
Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	CIIE – Centro de Integração Empresa Escola
Abrae – Associação Brasileira de Assistência ao Excepcional	CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
Abratur – Associação Brasileira de Turismo Rural	CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	Coapi-Rio – Cooperativa de Apicultores do RJ
Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	COB – Comitê Olímpico Brasileiro
Apherj – Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro	Codin – Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos
Asdi – Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Commads – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	Conade – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência
BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico Social	Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
BVS&A – Bolsa de Valores Sociais e Ambientais	Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	CRE – Conselho Regional de Enfermagem
CBB – Confederação Brasileira de Basquete	Crea – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Cbratur – Congresso Brasileiro da Atividade Turística	CRM – Conselho Regional de Medicina
CBV – Confederação Brasileira de Voleibol	CRT – Concessionária Rio-Teresópolis
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas	CT-Energ – Fundo Setorial de Energia
Cedae – Companhia Estadual de Água e Esgoto	CT-Hidro – Fundo Setorial de Recursos Hídricos
Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	CT-Infra – Fundo Setorial de Infraestrutura
Cenpes – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello	CT-Transporte – Fundo Setorial de Transportes Terrestres
	DER – Departamento de Estradas de Rodagem

Detran – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

Detro – Departamento de Transportes Rodoviários

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento

Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro

Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

Febracoop – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio de Janeiro

Fecam – Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano

Fenape – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getulio Vargas

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente

Frida – Fundo Regional para a Inovação Digital na América Latina e Caribe

Funama – Fundação Nacional do Meio Ambiente

Funbio – Fundo Brasileiro para Biodiversidade

Fundescab – Fundo de Desenvolvimento

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Idec – Instituto de Defesa do Consumidor

Ieca – Instituto de Estudos Científicos Ambientais

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inea – Instituto Estadual do Ambiente

Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISP – Instituto de Segurança Pública

Iterj – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Pais – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

Parnaso – Parque Nacional da Serra dos Órgãos

PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental

Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor

Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo

Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor

Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil

Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais

SUS – Sistema Único de Saúde

TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

WWF – World Wildlife Fund for Nature

PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental

Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo

Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor

Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor

Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil

Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais

SUS – Sistema Único de Saúde

TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Unef – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

WWF – World Wildlife Fund for Nature

PARTICIPANTES

Primeiro Setor

- Alba Regina Botelho Ribeiro – Secretaria Municipal de Habitação
- Alber L. Santos – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Alberto Coelho – Secretaria Municipal de Transporte
- Ana Cristina Couto de Moraes – Subsecretaria Municipal de Educação
- Anderson dos Santos Portugal – URRJ/FFP
- André Luis Lopes – Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
- Anilka Medeiros – Secretaria Municipal de Saúde
- Carlos Eduardo S. Carvalho – Secretaria Municipal de Segurança
- Celeste Dias – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Cláudia Ribeiro Barbosa – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Cláudio Lemos – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Cleise Campos – Conselho Estadual de Gestores de Cultura
- Conceição Soares – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
- Danilo Lessa de Paula – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Domingos da Rocha – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- Doralice Cordeiro – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Eliana Sidaco – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- Elias da Silva Cavalcanti – Secretaria Municipal de Saúde
- Eliemar Rosa Silva – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- Evanildo Barreto – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Gilmar Conceição dos Santos – Secretaria Municipal de Trabalho
- Gleiciane Rodrigues – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Héliida G. Matte – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- Iarair da Conceição – Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
- Ivan O. da Silva – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Jéferson Azevedo – IBGE
- José Brandão Filho – Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental
- Josué Augusto da Silva – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- Jozildo Rodrigues de Souza – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Juan M. V. Flores – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Lana Serafim – Subsecretaria de Educação Ambiental
- Lourdes da Costa L. de Paula – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- Lourenço Eduardo – Inea
- Luciana de Azevedo Pereira – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Luciana Figueiredo – Secretaria Municipal de Administração
- Lucidalva V. de Paula – Conselho Municipal de Cultura
- Luiz José Soares – Uerj
- Máira Vieira do Vale – Uerj

- Marcelo Fanteza – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Marcelo Guerra Santos – Uerj
- Marcia Sibelia Ferreira Rangel – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Marcio de O. Vasconcellos – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Marcio S. Mattos – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Marcos Aurélio Franco Rodrigues – Secretaria Municipal de Administração
- Maria Aparecida Valle – Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher
- Maria das Graças G. de Oliveira – Fundação de Apoio à Infância e Adolescência de São Gonçalo
- Marilyn Pires – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Miguel Moraes – Câmara dos Vereadores
- Paulo Tavares – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- Regina M. T. Netto – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Riverton Neves Tavares – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Rosely Sardinha – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Sandra Barbosa – Incubadora de Economia Solidária
- Sergio Ricardo da Fonseca – Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
- Siluro Lopes Macedo – Prefeitura Municipal de São Gonçalo
- Silvana P.N Carvalho – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
- Sílvia Helena B. Medeiros – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Sineli Antunes de Siqueira – Secretaria Municipal de Segurança Pública
- Thiago de Araújo Silva – Câmara dos Vereadores

- Valdemir Carvalho Almeida – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- Vânia Fernandes Lemes – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Segundo Setor

- Aécio Nanci – Casa de Saúde São José
- Alan Sergio Alves – Microcamp
- Aldeir de Carvalho – Polo de Confeções
- Américo Diniz Neto – Sebrae
- Argus Amaral Santos Silva
- Augusto Nunes – Nunes e Brandão
- Carlos Larica Neto
- Celina Tatiana Gomes Soares
- Cleusa da Silva
- Damaris Gomes – Sebrae
- Daniele Antonian Pestana – Techlabor Engenharia
- Danilo Lessa de Paula
- Dayse Gonçalves
- Dyego Juann Silva de Souza
- Eduardo Walter Binkelman Filho – Associação Empresarial e Comercial de São Gonçalo
- Elayne Bastos – Fundação Getulio Vargas
- Eliezer Araújo da Silva – Etrós Máquinas e Equipamentos Ltda.
- Evandro Luiz de Souza – Padaria Estação dos Sabores
- Fábio Bezzoco – Techlabor Engenharia
- Fabio Porto Costa
- Getulio Dias – Sindicato das Indústrias da Tinturaria de São Gonçalo
- Gustavo Caldas de Queiroz – Techlabor Engenharia
- José Henrique de Azevedo – Padaria Estação dos Sabores
- José Orbilio de Souza Abreu
- Julio Sergio Gonçalves Elias
- Katia Turra Matouk – Firjan

- Lenilton Ferreira – Techlabor Engenharia
- Lucenil F. Carvalho – Techlabor Engenharia
- Luciana Figueiredo de Azevedo
- Luiz Augusto Paiva Mendes – Techlabor Engenharia
- Marcelo Almeida Sampaio – MSampaio Imóveis
- Marcleide da Silva Arantes
- Marco Antonio Muniz Manhães – Etros Máquinas e Equipamentos Ltda.
- Marcos Alcântara – Auto Center
- Marines Bretar de Souza – Sebrae
- Mario dos Santos – CDL
- Maurilio Soares – Polo Automotivo do Coelho
- Palmyra Rosa Louro Barbosa – Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo
- Paulo Bóia – Sindicato dos Salões de Barbeiro, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares
- Paulo Domingos Barbosa – Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo
- Paulo Machado Fontes – Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo
- Ricardo Soares – Microcamp
- Rodrigo Souza Miranda
- Romar Henrique R. Jr.
- Sérgio Barbosa – Techlabor Engenharia
- Sergio Calagario Barbosa
- Sérgio Kunio Yamagata – Yamagata Engenharia
- Simone Rimas da Silva
- Suely Amaral
- Suzana Silva de Moraes – CDL
- Wallace Pires Oliveira – Sesi /Senai
- Walter Lima S. de Santana – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Rio de Janeiro
- Yêddo Bittencourt Jr. – Sebrae

Terceiro Setor

- Alex Borges – ONG Semear
- Ana Lucia dos Prazeres Tobias – Incubadora Social de Comunidades – PUC-RJ
- Ana Lucia Meano
- Ana Maria Lima Sobral
- Ana Maria do Sacramento – Projeto Social Idade Não Conta
- Antonio Peixoto Vieira – Fórum Municipal Lixo e Cidadania
- Carla Almeida da Fonseca – Instituto Almeida Brinquedoteca e Central Comunitária
- Cristiano de Paula – ONG Guardiões do Mar
- Dayse da Motta – Centro de Valorização da Vida
- Dayse de A. Silva – Centro de Informação da Mulher
- Dinga Marques – ONG Enfoco
- Edivaldo Cardozo
- Edmilson Machado de Souza – Giucas Oficina Escola de Aproveitamento Integral de Alimentos
- Edna Maria H. de Vasconcelos – Grupo Lixoiô
- Elisete dos Santos – ECO Art’s das Palmeiras
- Emilia Candido do Nascimento Rocha – ONG Enfoco
- Flavia Soares Menezes de Souza – Giucas Oficina Escola de Aproveitamento Integral de Alimentos
- Geisi Nara dos Santos – Negros Gonçalenses em Ação
- Gleiciane Rodrigues – ONG Sorria Meu Rio
- Graça Bispo – ONG Guardiões do Mar
- Iolanda Rodrigues Pinheiro – Grupo Lixoiô
- Irene Camila da Fonseca – Centro de Valorização da Vida
- Janete N. Guilherme – Centro de Integração e Desenvolvimento Comunitário “Comunidades em Ação”
- José Augusto Félix Marques – ONG Terra Verde
- Julia Tadeu Goulart Teixeira – Centro de Informação da Mulher
- Kelly Cristina de Oliveira – ONG Guardiões do Mar

- Marcio Vaz – Imagem e Efeito
- Maria Auxiliadora – Grupo Lixoiô
- Maria Helena M. de Sena – Grupo Lixoiô
- Maria das Graças – ONG Enfoco
- Maria das Graças Silveira Bispo – ONG Guardiões do Mar
- Maria do Carmo Bastos – Instituição de Caridade Vovó Maria do Rosário
- Maria Lucidea Tavares da Cruz – Salvarte
- Marilyn Pires Merolla – ONG Terra Verde
- Marinalva Alves de Andrade
- Marisa Chaves de Souza – Movimento de Mulheres de São Gonçalo
- Marlene do Socorro Gomes de Souza – Associação Brasileira das Agências de Viagens
- Marta Moés
- Michelle Gomes de Oliveira – Projeto Comunidade em Ação
- Mônica Aparecida R. Reis
- Oscarina Souza Siqueira – Movimento de Mulheres de São Gonçalo
- Raimunda Gomes da Silva
- Reginaldo Pinto de Santos – ONG Terra Verde
- Rosana de Almeida Leitão – Instituto Agronômico
- Rosana Martins Gonçalves
- Rosimere Conceição Ferreira dos Santos – Instituto Agronômico
- Sabina de Jesus do Nascimento – ONG Enfoco
- Sabrina Sodré – ONG Guardiões do Mar
- Selma da Rocha Cardozo – Movimento de Mulheres de São Gonçalo
- Solange Bastos de Araújo
- Sonia Regina dos Santos Ribas – Associação Mulher Amiga
- Surama de F. Sobral – Movimento de Mulheres de São Gonçalo

- Sylvia Helena Daflon Oliveira – Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase

Comunidade

- Adilson A. Agostinho
- Alessandra Vivas Dias
- Alexandre C. Rezende
- Alexandre Correia de Oliveira
- Alexandre João de Brito
- Aline da Silva Lourenço
- Aline Ferreira Pereira
- Aline Pereira Anastácio da Silva
- Aline Raiane Souza dos Santos
- Aline Silva Rocha
- Alquimerica da Silva
- Aluizio Carmo de Lucena
- Alzira Trindade Daaid
- Ana Leticia Mariano Giglio
- Ana Lucia Dutra da Conceição Cordeiro
- Ana Maria Rodrigues Azeredo
- Ana Maria Sobral – Fórum Lixo e Cidadania
- Ana Maria Rodrigues Azeredo
- Ana Paula dos S. Ribeiro
- Ana Paula Ferreira Brum
- Ana Paula O. dos Santos
- Ana Paula R. de Azevedo
- André Luis Gomes de Oliveira
- Aneli da Costa Carvalho
- Antonia Iva Martins
- Antonia Pedrosa da Silva
- Antonio Carlos Marcelino Torres
- Ari de Matos
- Armando Augusto Teixeira
- Astrida de Souza Alegria

- Augusto Senna
- Bárbara Monteiro de Barros
- Camila Cristina Pinto da Silva
- Camila da Conceição Monteiro
- Canuta Barbosa Ferreira
- Carla Verônica Corrêa Cardoso
- Carlos Alberto da Silva Gomes
- Carlos Henrique Pereira Martins
- Carlos Wagner Mendes Quaresma
- Carolina Coelho da Costa Waite
- Carolina Graciosa da Fonseca
- Cátia Gama Falcão
- Catia Sousa do Nascimento
- Célia Marília dos Santos Rocha
- Cícera Lalamite Almeida Lopes
- Cirilo da Silva Antunes
- Claudete Viana dos Santos
- Claudia Reduzino
- Cláudia Rodrigues Azeredo
- Cláudio Jubim Barbosa
- Cleuza Sena Siqueira da Silva
- Cremilda Leite Santos
- Daisy Maria dos Santos Damasceno
- Deise Gama Pereira Gonçalves
- Delson Rodrigues Machado
- Diorgenes Alexandre da Silva
- Douglas de Oliveira Pinheiro
- Edgar Chagas Nobre
- Edilane Jesus da Silva
- Edileuza Maria Rodrigues Silva
- Edivaldo Cardozo - Associação de Moradores de Itaoca
- Edna Maria H. de Vasconcelos
- Edna Marques da Silva Guimarães
- Eduardo da Silva Carvalho
- Eduardo Pinto Guimarães
- Eduardo Santos de Souza
- Eleane Platner Cezario de Souza
- Eliana Bibiana Marques Magdalena
- Eliana Martins Porto
- Eliane Alves da Silva
- Eliane Sodré da Costa
- Elida Borges Garcia
- Eliete Maria Ferreira
- Elisa Filgueiros Fontes
- Elisangela Leonardo Lopes Alves
- Elizabeth Oliveira de Brito
- Elizabeth Perne Paiva Rangel
- Elizabeth Pinheiro Gomes do Couto
- Elma dos Santos Pereira
- Elza Borges Leitão
- Emilia Candido do N. Rocha
- Epaminondas Lima Vieira de Queiroz
- Epitácio Abreu da Paixão
- Eric da Costa Ferreira
- Érika Pereira de Souza
- Erly Marques de Freitas
- Ester Machado
- Eva da Fonseca Peçanha
- Evandro Neves
- Everton Azevedo de Andrade
- Fábio Manuel da Silva Júnior
- Fátima Borges Leitão
- Fernanda Gomes
- Fernando Neves Pinto
- Firmiano da Silva Costa
- Francisca dos Santos Belmiro
- Francisco Gomes da Costa
- Geilza Francisca de Souza

- Geisi Mara dos Santos
- Genilton Conceição Muniz
- Germano Longo Nunes de Moura
- Geyse Kecila Barros Mendes
- Gieze Silva Moura
- Gilberto Araújo Madeira
- Gilda de Souza Santana
- Helenildo Ramos Ortega
- Heliomar da Silva
- Helter Jerônimo Luiz Barcellos
- Humberto Beethoven
- Igor de Moraes Paim
- Ilma Maria Bezerra de Sousa – União das Associações de Moradores de Bairros de São Gonçalo
- Iolanda Rodrigues Pinheiro
- Jacinta Miguel de Lima Rodrigues
- Jaime Everaldo Platner Cezário
- Janete Joana Teixeira da Silva
- Janete Nazario de Holanda Lessa
- Jaqueline Vasconcelos do nascimento
- Jefferson Souza
- João Barbosa da Silva
- João Batista de Miranda
- João Joceli Monteiro Ventura – União das Associações de Moradores de Bairros de São Gonçalo
- João Rodrigues Nunes
- Joel da Silva Oliveira
- Jonas da Silva França
- Jordan M. da S. Costa
- Jorge Luiz Reis
- José Alexandre P. dos Santos
- José Carlos Manhães de Sales
- José de Ribamar da Silva
- José Estevão Rocha Santana
- José Eudes Pinheiro – Centro Comunitário Ceac
- José Gonçalves de Mesquita
- José Luiz Aguiar
- José Waldino
- Josefa Maria Ana da Conceição Souza
- Josefa Natalia da Costa Farias
- Joseli Maria Viana de Carvalho
- Josias da Silva Freitas
- Josias Pereira
- Jucilene Ferreira Pereira
- Juliana Alves Torres
- Juliana de Souza Santana
- Juliana Maciel Mathias
- Juliana Pattitucci Maia de Lucena
- Juliana Santiago de Araújo
- Julio César de Souza Silva
- Jullyana Branco da Silva
- Jurema Monteiro Ventura dos Santos
- Kássia Cordovil Machado
- Katia Regina Marques
- Keren Luize Santos Pinheiro da Silva
- Laila Jéssica de O. dos Santos
- Lana Cristina Serafim de Oliveira
- Lauro Victor Nobre Martins
- Lazaro Antonio de Santana
- Leide A. de Souza Faria
- Leonardo da Cunha
- Leonardo de Mendonça Corneiro
- Leonardo Rozario Conceição
- Lerry Claiton de Oliveira Batista
- Letícia do Carmo Moura
- Lídia Maria Gonçalves Santos Brito
- Lourdes Brazil
- Lucimar Garcia Amaral
- Lucio Roque de Lima Filho

- Lucy P. Guimalhães
- Luiz Carlos Amaral
- Luiz Cesar Modesto do Rosário – Movimento da Consciência Ambiental Tecnológica
- Luiz Fernando Mello Andrade
- Luiza Maria Reduzino da Conceição
- Luzia Cristina B. Alves
- Mara Cristina Manhães
- Marcela Bello da Silva
- Marcelo da Silva Pereira
- Marcelo Ferreira Neto
- Marcelo Guerra Santos
- Marcelo Teodosio de Mello
- Márcia de Fátima F. Ventura
- Marcio Moura Jardim
- Marcio Paz de Almeida
- Marco Aurélio Soares de Oliveira
- Marcos Antonio Pinheiro Machado
- Marcos Menezes de Faria
- Marcos Thimoteo Dominguez
- Marcus Vinicius Sardinha Brum
- Margareth Perne Paiva
- Maria Cecília dos Santos de Magalhães
- Maria Christiane de Arsolino
- Maria Claudia dos Santos Alves
- Maria Cordeiro da Silva
- Maria da Gloria Viana
- Maria das Graças de Souza Lima
- Maria de Fátima Rodrigues Bezzoco
- Maria do Amparo Ferreira da Silva
- Maria do Socorro Lopes Santos
- Maria Eduarda Magalhães Dubiel de Souza
- Maria Helena Leite Freitas
- Maria Helena Magalhães
- Maria Helena Tavares Barcelos
- Maria Núbia da Silva
- Mario Marins Oliveira
- Marlucia de Jesus Santos
- Mauricio Mendes de Oliveira
- Milton Adelvacir Pinto
- Miriam da Costa Guimarães
- Mônica Souza de Siqueira
- Moysés Marques Filho
- Naína Ramos de Paula
- Nathália M. de A. Santos
- Nelson Ferreira Gomes
- Neusa Maria Alves Neves
- Nilvania M. da Costa Sousa
- Nilza da Rosa Fagundes
- Nivaldo Francisco de Marins
- Norberto Martins Ferreira
- Octávio Fernandes da Silveira – União das Associações de Moradores de Bairros de São Gonçalo
- Olívia Costa Maciel
- Orlando Chaves Monteiro
- Orni dos Santos Andrade
- Otiniel Martins Israel
- Ozenil Ferreira da Silva
- Patrícia Perne Paiva
- Patrick Vidal Alves
- Paulo Alves Vieira
- Paulo Roberto Rodrigues Vianna
- Priscila de Oliveira Pereira
- Priscila de Souza Santana
- Priscila Monteiro Nogueira
- Rachel Araújo
- Rafael Constantino de Melo
- Rafael Nascimento Silva
- Raquel Tinoco
- Rayane dos S. Alves

- Regina Ferreira Gois
- Reginaldo Porto dos Santos
- Renan Carlos Peixoto Souza
- Ricardo Cêia Mortená Rodrigues
- Ricardo da Silva
- Ricardo de Cunha Oliveira
- Rita de Cássia dos Santos Rocha
- Roberto Silva Marinho
- Rodrigo Antonio Peixoto Souza
- Rodrigo Simão Sader
- Ronilton O. de Souza
- Rosani Amâncio Cardoso
- Rosely Medeiros de Oliveira
- Rosemeri Soares Peixoto Souza
- Rosilda de Oliveira Moura
- Rosilene Rodrigues
- Rute Frazão de Figueiredo
- Samuel Matias Machado da Silva
- Sandocley Queiroz de Azevedo
- Sandra Barbosa
- Sandra Grativol de Oliveira
- Sandro Patrício de Azevedo
- Sidney Figueiredo Portugal
- Sidney Vicente de Andrade Valle
- Simone Gomes de Oliveira
- Solineide Rodrigues Pereira
- Sonia Alves Barreto
- Sônia Maria Trigueira
- Suelen Bezerra Cruz
- Sylvia Helena D. Oliveira
- Taís Siqueira de Almeida
- Tania Maria R. do Nascimento
- Tatiana do Carmo Cruz
- Telma Tobler de Oliveira
- Thales Diego Mendes da Silva
- Thatiana Rodrigues da Cruz
- Thiago Neves Campos
- Ubiratã Sodré
- Uilton Pinto de Miranda
- Valdeci Nogueira Freitas
- Valdo Roque Barros da Silva
- Valquiria Silva de Andrade
- Valter Chocider Amatucci
- Vanessa Assumpção
- Vanessa da Costa Santos
- Vania Helena Ceia Rodrigues
- Vera Lucia de Cruz Constantino
- Vicente de Paula
- Walter Fernandes
- Wilson dos Santos Pina Sobrinho

PROJETO AGENDA 21 COMPERJ – CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Petrobras

Gerente de Relacionamento	Gilberto Puig Maldonado
Gerente de Relacionamento Corporativo	Carmen Andrea Ribeiro Vianna Santos
Coordenador da Agenda 21 Comperj	Ricardo Frosini de Barros Ferraz
Assessor (mobilização à construção coletiva)	Caroline Vieira Nogueira
Assessor (formalização à finalização)	Luiz Cesar Maciel do Nascimento
Encarregado de Logística	Paulo Brahim

Ministério do Meio Ambiente

Diretora do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental	Karla Monteiro Matos Geraldo Abreu
Assessor técnico (consolidação municipal)	Márcio Ranauro
Assessor técnico (consolidação municipal)	Luis Mauro Ferreira

Secretaria de Estado do Ambiente

Superintendente do Grupo Executivo do Programa Estadual da Agenda 21	Carlos Frederico Castello Branco
--	----------------------------------

Etapas mobilização da sociedade à formalização do Fórum

Instituto Ipanema

Coordenadora Geral	Ninon Machado de Faria Leme
Coordenadora Técnica	Maria de Lourdes Davies Freitas
Técnico	Eduardo Peralta Vila Nova de Lima
Técnico	Jaime Bastos Neto
Técnico	Mônica Engelbrecht Deluqui
Assistente Técnica (construção coletiva)	Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo
Assistente Técnica (construção coletiva)	Fernanda Leopardo
Assistente Técnico	Jorge Luiz Gonçalves Pinheiro
Assistente Técnico (construção coletiva)	Leonardo Fernandez Casado Barcellos
Assistente Técnico (construção coletiva)	Nilmar Vieira Magalhães
Assistente Técnica (construção coletiva)	Polita de Paula Gonçalves
Assistente Técnica	Priscila Amaro Lopes
Assistente de Apoio	Helena Maria de Souza Pereira

ISER

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Samyra Crespo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Dionei Brollo
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Técnica	Márcia Gama
Técnica	Patricia Kranz
Técnica (construção coletiva)	Ana Batista
Técnica (construção coletiva)	Renata Bernardes
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente Técnico/Financeiro	Hebert Lima
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira

Rodaviva

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Cláudia Jurema Macedo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Rozender Smaniotto
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Coordenador Regional	Vladimir Falcão
Técnica	Isabel Macedo
Técnico	Marcelo Arantes
Técnica (construção coletiva)	Tânia Jandira
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente Técnico	Hebert Lima
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Administração (construção coletiva)	Rosangela Ferrão
Tesoureiro	Jose Pedro Mendes
Suporte Técnico (construção coletiva)	Raimundo Nonato

ASA

Coordenador Geral	Roberto Rosa Olivella
Gerente do Projeto	Cláudia Passos Sant'Anna
Coordenador Técnico	Roberto Wagner Rocco
Coordenador de Campo (construção coletiva)	Leandro Quintão
Técnica	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Técnico	Thiago Albuquerque
Técnico	Flavio Vizeu Soares Bezerra
Técnico (construção coletiva)	Alex Bernal
Técnica (construção coletiva)	Christiane Nascimento Santos
Técnica (construção coletiva)	Gisele Renault
Técnica (construção coletiva)	Nathália Araújo e Silva
Técnica (construção coletiva)	Priscila Amaro Lopes
Técnica (construção coletiva)	Patricia Themoteo Teixeira
Técnica (construção coletiva)	Renata Villaça
Técnico (construção coletiva)	Thiago Vasquinho Siqueira
Assistente de Relatoria (construção coletiva)	Tatiana de Sá Ferreira
Apoio Administrativo	Heidi Marques

Consultorias:

Fundação José Pelúcio – Ladec / UFRJ (construção coletiva)	José Luiz de Santana Carvalho
ILTC (consolidação municipal)	Lucila Martínez Cáceres

Etapa de Finalização das Agendas

Consultorias:

Coordenadora Técnica	Patricia Kranz
Consultor	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Consultor	Thiago Ferreira de Albuquerque
Consultor	Mônica Engelbrecht Deluqui
Consultor	Roberto Rocco
Consultor	Leandro Quintão
Técnica	Maria Aparecida de Oliveira
Produção de vídeo	Wellington Gomes de Oliveira



março 2011

www.agenda21saogoncalo.com.br



Ministério do
Meio Ambiente

